

FORMAÇÃO BÁSICA DO MILITANTE DO POVO

Trabalho de base, perfil militante e análise de conjuntura

Volume 1



GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR - GLP
glp.nacional@inventati.org • www.oamigodopovo.noblogs.org



Cartilha: Formação Básica do Militante do Povo - Trabalho de base, perfil militante e análise de conjuntura, Volume 1.

Organização e Publicação: Grupo Libertação Popular (GLP).

Brasil, outubro de 2024.

GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR - GLP

- Email: glp.nacional@inventati.org
- Site: www.oamigodopovo.noblogs.org
- Instagram: [@libertacao.popular](https://www.instagram.com/libertacao.popular)
- Telegram: t.me/libertacaopopular

ÍNDICE

4 Apresentação e metodologia

5 I - Trabalho de base: agitação, propaganda e organização

6 **As três tarefas básicas do militante**
Oposição CCI - Combativa, Classista e Independente ao DCE da UnB

9 **Sindicato e Tendência**
Federação Anarquista Uruguaia (FAU - Histórica)

10 **Agitação e propaganda no processo de transformação social**
Via Campesina

13 **A retomada do trabalho de base**
Ranulfo Peloso da Silva

19 **Reflexões e técnicas de como organizar plenárias e reuniões**
Coletivo de Educação Popular – Escola Bolivariana de Poder Popular

21 **Planejamento do trabalho**
Coletivo de Educação Popular – Escola Bolivariana de Poder Popular

24 II - Perfil do militante do povo e crítica ao ativismo

25 **Militância e ativismo**
Coletivo Luta Libertária

29 **Sobre a luta reivindicativa e o papel do trabalho de base combativo**
Antônio Galego

32 **A tirania das organizações sem estrutura**
Jo Freeman

38 **Sobre a disciplina revolucionária**
Nestor Makhno

39 III - Análise de conjuntura

40 **Huerta Grande: a importância da teoria**
Federação Anarquista Uruguaia (FAU - Histórica)

42 **Método de análise de conjuntura**
Coletivo Pró-Organização Anarquista em Goiás - COPOAG

43 **Como se faz análise de conjuntura**
Herbert José de Souza (Betinho)

APRESENTAÇÃO

Você tem em mãos o primeiro volume da cartilha de Formação Básica de Militantes do Povo com a temática “Trabalho de base, perfil militante e análise de conjuntura”. Essa publicação é um marco fundamental na construção e formação interna do Grupo Libertação Popular (GLP). Todo militante deve estar consciente da responsabilidade histórica de nossa luta para melhorar as condições de vida das massas populares e, acima de tudo, da importância do aprofundamento teórico para alcançar nossos objetivos estratégicos.

A Importância da Teoria, Organização e do Método Materialista de Mobilização

Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário. A frase de Lênin expressa com clareza a necessidade da teoria como base para a ação política concreta. É a partir de uma sólida fundamentação teórica que conseguimos organizar e mobilizar as massas populares de forma eficaz, construindo uma prática orientada por princípios materialistas e dialéticos.

Nosso método de trabalho de base deve ser guiado pela compreensão materialista das condições objetivas da sociedade. A realidade deve ser analisada e transformada de acordo com as contradições que emergem da luta de classes. A organização é, portanto, o pilar de sustentação que nos permite avançar em nossa atuação. Sem organização, não há transformação. Cada militante deve estar engajado em fortalecer nossas estruturas e garantir a continuidade de nossa luta por meio de um trabalho disciplinado e consciente.

Crítica ao Ativismo, Culturalismo e Identitarismo

No entanto, para que a militância seja eficaz, precisamos evitar armadilhas comuns que distanciam nossa ação das massas populares. Uma dessas armadilhas é o ativismo desorganizado, que, apesar de suas boas intenções, carece de uma estratégia política de longo prazo. Ações isoladas, sem um direcionamento programático, não conduzem à mobilização efetiva das massas e muitas vezes se perdem no calor do momento, sem resultados duradouros.

Outro ponto que merece atenção é o culturalismo, que muitas vezes busca soluções para as contradições sociais exclusivamente no campo das manifestações culturais, sem tocar na raiz material dos problemas. Da mesma forma, o identitarismo tende a fragmentar a luta ao priorizar questões específicas de identidade, ignorando a totalidade da exploração de classe que atinge as massas populares como um todo. Não desconsideramos a importância das lutas anti-discriminatórias, mas acreditamos que sua resolução está intrinsecamente ligada à superação do capitalismo e das formas de dominação material sobre o povo.

Trabalho de Base: Agitação, Propaganda e Organização

De que forma o militante deve atuar para mobilizar as amplas massas populares? Como convencê-las das reivindicações sociais? De que forma ampliar o quadro de lutadores do povo? Nossas bases organizam-se conosco? Elas participam? Estamos sendo ouvidos? A quem nos dirigimos? Conhecemos do que falamos? Estas são perguntas que devem nos inquietar diariamente. Nossas atividades cotidianas precisam avançar continuamente rumo aos objetivos programáticos e estratégicos do Grupo de Libertação Popular.

O objetivo desta formação é subsidiar cada militante com conteúdo teórico, ideológico e técnico para o trabalho de base cotidiano, sempre sob a ótica do método materialista dialético. Discutiremos nossa ação, suas prerrogativas e a necessidade de articular agitação, propaganda e organização, assim como a capacidade de analisar a conjuntura.

Nosso crescimento interno, periférico e externo deve se dar de maneira planejada e sistemática, sob o risco de sofrer baixas e retrocessos se não mantivermos uma organização disciplinada e atenta às mudanças da conjuntura. Somente aumentando nossa capacidade de mobilização e influência nas massas populares poderemos obter vitórias concretas em nossa luta contra o Estado e a burguesia.

Precisamos capacitar cada militante para se tornar um agitador, propagandista e organizador. Ninguém nasce pronto, e todos estamos aptos a aprender. O resultado do nosso trabalho de base determinará o êxito de uma revolução ao serviço das massas populares.

Grupo Libertação Popular, outubro de 2024.

METODOLOGIA DA FORMAÇÃO

Os textos e fragmentos aqui reunidos foram selecionados entre uma pluralidade de materiais disponíveis sobre o assunto. É importante afirmar que eles não necessariamente pressupõem a concordância total com a linha do Grupo Libertação Popular, mas servem como base para uma leitura crítica, filtrando elementos que podem ser aproveitados ou descartados, subordinando-os aos objetivos programáticos e estratégicos do nosso coletivo e à nossa prática militante.

Leitura Crítica Coletiva

O primeiro passo metodológico desta formação é a leitura crítica dos textos. Ela deve ser feita com o intuito de avaliar o que pode ser útil e o que deve ser superado. Nossa organização, ao longo de sua construção, deve manter o princípio de que é possível aproveitar diversos conteúdos, desde que sejam adequados à nossa realidade e à luta das massas populares. Entretanto, não devemos “engolir” esses textos sem reflexão.

O espaço mais adequado para essa análise será o debate presencial coletivo, onde refletiremos sobre o que deve ou não ser absorvido pela

nossa militância. Cada participante deve anotar o que considerar pertinente, seja como reafirmação de princípios, críticas, dúvidas ou superação de ideias. Não guarde suas reflexões apenas para si.

Etapas da Formação

Esta Formação Básica do Militante do Povo - Volume 1 seguirá os seguintes passos:

1. Todos os textos devem ser previamente lidos por todos os participantes.
2. Pontos importantes devem ser anotados para discussão.
3. O debate iniciará com a apresentação das principais ideias dos eixos por militantes do Grupo Libertação Popular, que devem preparar conjuntamente sua exposição, utilizando recursos didáticos (resumos, slides, vídeos etc.).
4. Após a apresentação, o debate será aberto à intervenção de todos os participantes, buscando um diálogo profundo sobre as questões levantadas.

Greve dos entregadores por aplicativo, São Paulo, 2020.

I TRABALHO DE BASE: AGITAÇÃO, PROPAGANDA E ORGANIZAÇÃO

Soviete de Petrogrado, Rússia, 1917.

As três tarefas básicas do militante

Documento da Oposição CCI - Combativa, Classista e Independente ao DCE-UnB, aprovado na II Plenária da Oposição CCI, em 17/09/2011.

As três tarefas básicas de nossa organização estudantil, e de todos os seus militantes, agitação, propaganda e organização, estão estreitamente ligadas, a ponto de podermos falar que uma é condição da outra, e sem qualquer uma delas a organização deixa de existir enquanto tal. Por isso é preciso que cada um dos seus militantes tenha condições mínimas de executar todas elas, apesar de sabermos que nem todos serão peritos, ou terão o mesmo talento ou desenvoltura para todas. Precisamos definir o que significa do ponto de vista prático cada uma das três tarefas.

A agitação

Podemos definir a Agitação como o ato político que visa por meio de um conjunto de ideias simples (duas ou três, por exemplo) mobilizar uma base de estudantes a fim de criar ou mobilizar pela obtenção de uma pauta concreta e imediata (ex: um ato ocupação por melhores condições de R.U). A eficácia da agitação depende do nível de contradição material sob a qual a base de estudantes está submetida. Em conjunturas de refluxo das lutas de massas, a agitação é pouco efetiva, o que não significa que não deva ser utilizada. Nesse caso, a agitação deve colher as reivindicações da base, desenvolvê-las e buscar criar uma mensagem a fim de gerar uma mobilização política.

O militante tem de ser um agitador, capaz de jogar palavras de ordem nas situações apropriadas, e de tomar certas iniciativas, em momentos oportunos. Podemos dizer que o agitador tem que:

1) Saber através das suas palavras de ordem, convencer as pessoas envolvidas num determinado conflito, debate, assembleia, protesto, de uma maneira que suas palavras expressem seus interesses, tomem seu partido, enfim, que possam ser palavras de todos.

2) Saber adaptar as demandas e interesses das pessoas presentes, a seu programa, de maneira que nas palavras de ordem, as pessoas possam se identificar neste programa ou grupo, uma expressão dos seus próprios interesses, um aliado pronto a defendê-las em momentos difíceis.

3) A ação do agitador tem que gerar, ou explicitar, uma contradição aguda entre o seu público alvo específico, o segmento da massa, e um inimigo concreto, uma instituição, uma pessoa, sempre utilizando de imagens "maniqueístas", que possam reforçar, evidenciar o caráter político da oposição existente e aprofundá-la. Tem de usar palavras, atos, gestos contra pessoas e instituições.

Do ponto de vista prático, o agitador tem que fazer principalmente: a) Intervir propositivamente, b) sintetizar propostas/demandas; c) divulgar os motes de luta, d) denunciar. Através de: a) panfletagem; b) barulho; c) incômodo; d) obstrução do trânsito ou a execução de tarefas; e) pinturas, f) teatro, g) piquete etc. Os atos do agitador normalmente são atos que visam dar exemplo

de desobediência, como se colocar na passagem atrapalhando uma tarefa, como transpor um limite fixado pelos capitalistas e pelo Estado recuando imediatamente depois dos gestos, para fugir de represálias ou punições.

O agitador tem de estar sempre atento: a) ao conflito existente num determinado local; b) saber identificar que interesses correspondem aos lados da luta; c) saber identificar se existe luta dentro de cada um dos lados; d) explorar todos esses conhecimentos.

A propaganda

O militante tem que ser um propagandista. A propaganda é, em termos gerais, a formulação e a propagação de nosso programa por meio de palavras ou imagens, ou ambas. A propaganda classista e combativa parte de dois princípios: 1) Os problemas materiais (reivindicativos) possuem causas que não são superficiais e necessitam de uma formulação para explicá-los e resolvê-los; 2) Os estudantes sofrem tais problemas materiais, portanto nossa propaganda deve se dirigir a ele. A propaganda supõe instrumentos/meios materiais.

A principal diferença entre agitação e propaganda está no fato de que a propaganda diz respeito a formulação de nosso programa/teoria e de sua propagação (através da organização estudantil), e isto quer dizer que, seu objetivo não é apenas denunciar e mobilizar por uma pauta reivindicativa imediata (ex.: contratação de mais professores) e sim, no nosso caso, entender a dinâmica do capitalismo, seu desenvolvimento histórico e seus impactos na educação, por exemplo. Apesar disso, os dois meios (agitação e propaganda) não se contrapõem de forma mecânica, a propaganda serve para fundamentar e aprofundar as reivindicações e lutas imediatas, e podem ser combinadas a depender de uma análise das potencialidades da situação concreta.

Os meios práticos, materiais, atualmente necessários/disponíveis para a realização propaganda são: 1) Grupo de estudos, palestras etc.; 2) Textuais (livros, cartilhas, revistas); 3) Visuais (vídeos); 4) Sonoros (mensagens radiofônicas); 5) Digitais (computador e internet). Cada meio supõe os instrumentos (TV, Gráfica, Rádio), e conseqüentemente os recursos necessários, as-sim como a capacitação técnica. Mas o militante pode ter a capacitação sem ter o instrumento, assim como um violinista pode não ter seu violão, o que não inutiliza seu saber.

A propaganda classista e combativa bem feita tem então de saber a quem se dirige, por exemplo: se fala a cristãos tem de encontrar um modo de expor as contradições do capitalismo e do Estado sem questionar o cristianismo; se fala a membros do candomblé, tem de encontrar meios de criticar o capitalismo e o Estado sem criticar o candomblé; se é dirigida a membros da igreja cristã e a membros do candomblé, tem de criticar o capitalismo e o Estado sem criticar a religião em geral, e sem falar bem de uma delas em especial. Ou seja, é a situação concreta que determina a forma da mensagem. O que não é certo é sacrificar a mensagem

política para agradar a igreja ou ao candomblé. E também não se deve condená-los no geral quando não se fala para seus fiéis, pois o fundamental para nós não é a defesa da religião nem sua condenação. Mas sim a crítica da sua manifestação concreta conciliadora com a dominação dos poderosos. Assim se encontra o equilíbrio entre os objetivos políticos e vontades e opiniões diversas do público alvo da propaganda, sem oportunismo ou hipocrisia, respeitando efetivamente as pessoas.

Também os meios variam em função do público alvo. Por exemplo, os meios sonoros e visuais são mais abrangentes que os textuais, que pressupõe que as pessoas saibam ler e interpretar. A propaganda deve equilibrar assim: Formulação da Mensagem Política + Público Alvo + Instrumentos.

A propaganda é um instrumento que pode mudar as ideias, mas principalmente a vontade política das pessoas; mas elas só se realizam completamente quando ela se converte em prática, porque não é possível saber se as pessoas efetivamente mudaram suas ideias se elas não mudam as práticas. Logo, a propaganda tem uma função que necessariamente só pode ser completada pela organização.

A organização

Organização é a ação de organizar, ou seja, de distribuir tarefas, direitos e deveres, ligando indivíduos entre si através destes. Podemos dizer que o objetivo da organização de base combativa é transformar a propaganda e a agitação em organização concreta, e esta em mais propaganda e agitação. No entanto, é possível agitar e propagandear sem organizar. A organização supõe antes de tudo indivíduos dispostos a se organizarem.

O militante tem de ser um organizador. Para organizar, é preciso: 1) ter objetivos, direitos e deveres do grupo organizado (que chamaremos de coletivo) manifestos no seu funcionamento concreto – a missão do estudante classista é traduzir nestes objetivos, direitos e deveres, direta ou indiretamente, os objetivos de seu programa; 2) definir com clareza a forma de tomar decisões; 3) saber escolher critérios que deixem claro, quem é ou pode fazer parte do coletivo, e quem não pode. Ou seja, todo coletivo é relativamente um grupo fechado.

O indivíduo é livre para definir seu compromisso com outro e com um coletivo qualquer. E o coletivo é livre para firmar que compromisso exige dos seus membros ou candidatos a membros. Se um indivíduo não cumpre esse compromisso mínimo, significa que ele não pode entrar ou tem de deixar o grupo. Isto não é ser anti-democrático, é simplesmente ser coerente, pois o indivíduo que não tem deveres para o coletivo não pode ter direitos nele. A democracia funciona para dentro do coletivo.

Um coletivo existe para fazer coisas, se ele não faz as coisas que diz ser seu objetivo fazer, há algo errado (ex: um grupo se forma para fazer propaganda, se não faz, há algo errado com ele). Por isso todo trabalho em organização supõe três momentos pelo menos: 1) discussão; 2) decisão; 3) execução.

A discussão: Este é um momento importante, pois deve ser amplamente realizado por os membros do grupo. Para isso é importante ter um método de discussão, para garantir que todos tenham direito de usar a palavra. Para isso é preciso: 1º) definir o tempo total de discussão, os assuntos a serem discutidos, e o tempo gasto em cada um deles; 2º) definir o tempo que cada pessoa irá falar; 3º) as pessoas que ainda não falaram tem prioridade sobre as reinscrições.

A decisão: Depois de todos terem discutido, e caso não haja consenso, e se considerar que uma decisão deve ser tomada

– lembremos, se a discussão visa a ação, quando não há acordo, deve-se inventar uma forma de decidir – deve-se passar ao processo decisório. Para se tomar a decisão deve-se: 1º) apresentar as propostas existentes; 2º) abrir intervenções, sempre quantidade iguais para cada uma delas, para defender as vantagens de cada uma delas; 3º) tomar a decisão – que normalmente é tomada através do voto.

A execução: Depois de realizada a discussão e tomada a decisão, falta a execução. Assim, depois de tomar a decisão, é preciso: 1º) indicar quem faz o referente a ela; 2º) até quando; 3º) com que recursos materiais e apoio humano. A execução, diferente da discussão não supõe, necessariamente, a participação direta de todos. Mas todos são responsáveis por ela, por seus erros e acertos, não só quem as executa. Assim, a organização garante um caráter democrático e não compromete seus objetivos, sua prática ou fazer.

Como dissemos, a prática é uma forma de passar uma mensagem, mas limitada. Normalmente só as pessoas próximas fisicamente da execução do trabalho são alcançadas por ela. Por isso, a propaganda é fundamental, para fazer essa mensagem da realização prática chegar mais longe. Por outro lado, a agitação é uma forma de romper limites, de quebrar a rotina, e mostrar que o que se fala na organização e na propaganda, a desobediência e o enfrentamento da ordem, são possíveis, mesmo que dentro de certos limites. Assim, propaganda, agitação e organização se complementam, sendo três tarefas imprescindíveis da nossa organização.

Podemos dizer que das tarefas, a mais elementar é a agitação, pois ela só supõe o agitador e a propagação de reivindicações imediatas. A propaganda supõe recursos materiais e aprofundamento da reflexão, e a organização supõe a coordenação de seus militantes, e nem sempre é possível dispor disso. Apesar de não constituir uma seqüência, podemos dizer que as tarefas dos nossos militantes são: agitação, que sempre é possível de ser feita, logo, é condição básica das outras; a partir disso os militantes tem de ser capazes de transformar a agitação em propaganda ou em organização, e de preferência, em ambas. Isso por que se pode adquirir recursos materiais sem ter pessoas dispostas a se organizarem, e ter pessoas dispostas a se organizarem sem ter instrumentos de propaganda. Mas tendo um maior número de pessoas, maior será a capacidade de gerar recursos/reflexão para a propaganda, e quanto maior a propaganda, maior a capacidade de atrair pessoas. Por isso a unidade dialética das três tarefas, que se revezam e se reforçam umas as outras.

As duas formas de luta do Movimento Estudantil

Duas formas de luta

Nós consideramos que existem duas formas básicas de luta e organização que se articulam com o ME e as três tarefas básicas do militante. Falemos primeiro das duas formas de luta, a Política e a Programática, e depois o local aonde se aplicam.

O programa, para nós é aquele conjunto de análises, princípios, reivindicações, objetivos estratégicos etc. que expressam e reforçam as relações e conferem unidade a um grupo, quer dizer, no nosso caso, os princípios e reivindicações que não abrimos mão em nenhuma circunstância. Política, pelo que entendemos, é poder.

A Luta Programática é aquela que se manifesta na atividade de agitação e propaganda. Isto porque, como a agitação só supõe um

militante dotado de programa que busca modificar a consciência através de uma ação específica, e a propaganda necessita recursos materiais com o objetivo de gerar uma reflexão aprofundada. A agitação se utiliza da ação para modificar a consciência e não necessariamente a realidade propriamente dita (o teatro é um exemplo disso). Ao fazer propaganda e agitação nós não estamos diretamente aumentando nossa força coletiva, nosso poder de ação. Este só aumenta quando nós conseguimos aglutinar mais pessoas além do próprio militante/agitador, e converter isso em organização concreta.

Como para nós organização é poder, força coletiva, a Luta Política depende necessariamente da aglutinação e organização de pessoas. Assim, para nós é possível existir luta programática sem luta política, mas não o contrário. Isto por que a luta política, na nossa definição, supõe organização concreta de pessoas e o trabalho de agitação. Resumindo: a Luta Programática é igual a: 1) agitação ou; 2) propaganda ou; 3) agitação + propaganda; Luta Política é igual a: 1) organização + agitação ou; 2) organização + agitação + propaganda.

O Movimento Estudantil e o Local de Estudo

O que nós chamamos de Movimento Estudantil é um espaço de combate, de resistência ou de ataque, ou seja, um local onde se trava a luta de classes. Nós atuamos em nossos Locais de Estudo que se materializam em unidades sociais concretas em que se amarram relações sociais e unidades geográficas, neste caso: escolas ou universidades.

Nossa luta programática ou a política (o trabalho de agitação, propaganda e organização) se dá neste local. Para começar uma luta programática, só é preciso ter um estudante ou fazer chegar à propaganda a um determinado local. O objetivo é transformar a luta programática em luta política, por que aí a luta deixará de ser uma luta de militantes isolados ou organização, para se tornar uma luta de massas. Quanto maior for a capacidade de aglutinação, maior será a capacidade de agitação e propaganda, maior poder global de mobilização das massas organizadas em torno de nosso programa.

A tarefa de agitação, base da luta programática e política, dependem do conhecimento que o militante tem das pessoas a que se dirige. E como organização, propaganda e agitação constituem uma unidade, podemos dizer que a luta programática e política dependem também da análise da realidade. Por isso é necessário um método de análise que possibilite ao militante obter informações indispensáveis para o cumprimento de suas tarefas. As três tarefas são a base da distinção das duas formas de luta que sempre se aplicam dentro da nossa frente, e tudo depende de um estudo cuidadoso da realidade. Mas além do conhecimento da realidade, e até para que este seja possível, a luta política e programática exige disciplina militante, cumprir os horários e tarefas. Comprometimento e disciplina são características essenciais para a prática de uma organização, para seu crescimento e efetividade. Uma pessoa que se propõe militar e participar de uma luta coletiva deve compreender essa necessidade e assumir tal responsabilidade.



Sindicato e Tendência

Trechos do texto "Sindicato e Tendência" publicado pela Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) em 27 de abril de 1969 e 04 de maio de 1970.

I. Sindicato e Tendência, 27 de abril de 1969

A tarefa de fixar objetivos adequados e concretos para a ação dos grupos da tendência combativa se vincula à necessária delimitação do nível preciso de atividade em que aqueles se desempenham. Neste sentido são úteis certas precisões.

Primeiro, convém ter sempre presente que a organização de tendência não equivale à organização gremial, sindical...

Não há sindicato que possa subsistir muito tempo se abandona a defesa da categoria que agrupa. Defesa da categoria em geral e de seus interesses em particular, frente aos patrões e autoridades.

... O sindicato está aberto a todos. Entre seus membros estão habitualmente as mais diversas opiniões e orientações políticas e ideológicas e é correto que assim seja. Essas distintas opiniões se confrontam dentro da vida sindical e se a categoria tem – como deve ser – um tipo de organização que reflete com fidelidade a opinião de seus componentes, é a orientação majoritária que reflete a opinião do sindicato.

É necessário e lógico que nestes se ocupem de temas que vão além da preocupação só salarial, da luta econômica. Porém, na medida em que vão - e vem – mais além desta questão surgem as discrepâncias. Sobre métodos, sobre formas de atuar e, as vezes, inclusive sobre programas. E tudo isto é normal.

Se o sindicato cumpre cabalmente sua função primária e básica de defender a categoria, é necessário que se ocupe destes temas. Porém, aí está o problema – sobre estes assuntos é difícil que haja unanimidade e, portanto, as posições dos sindicatos a respeito podem mudar e de fato mudam, segundo o jogo de maiorias que vai se dando nas eleições, assembleias, etc. O sindicato não pode por isso, ser um cimento suficientemente sólido para construir, a partir dele, um movimento revolucionário.

... Por isto se se quer avançar substancialmente em uma linha conseqüente de ação combativa a nível de massas, além de atuar sindicalmente, tem que agrupar-se como tendência, a qual implica já um primeiro grau de definição, maior que a sindical.

Participar de tendência supõe aceitar um conjunto de definições que podem ser compartilhadas por companheiros de diversas extracções ideológicas, porém, imprescindíveis se se procura alcançar um mínimo de verdadeira coerência operativa.

Algumas das coisas que planteamos aqui podem parecer óbvias. Entretanto, é útil te-las sempre presentes. Especialmente te-las presentes no momento de atuar, para não recair nos velhos erros... atribuindo às organizações sindicais excessos de ação político-ideológica que o tempo demonstraria que não pode assumir conseqüentemente.

II. Sindicato e Tendência, 04 de maio de 1970

... o fundo mais verdadeiro, a realidade habitual segue sendo esta: defender o salário, as condições de trabalho de todos. E por

ser para todos, precisamente, é que em períodos difíceis como o atual, se faz também difícil aos sindicatos, como tais, fazer cargo de um nível mais elevado da luta... Decorre disto a necessidade de que os setores mais combativos, os que chegaram a uma compreensão maior das exigências da hora, se agrupem e se unam a outro nível: o nível de tendência.

Significa isto que deve-se abandonar a atividade sindical? Por suposto que não. Tem que seguir-se atuando nas categorias, impulsionando a luta até onde seja legítima e possível. Tem que chegar o mais longe que se possa, porém, não tão longe de forma que fique isolado... Nem para frear artificialmente como faz o reformismo, nem para querer levar artificialmente aonde a categoria não quer ir, como, às vezes, fazem os que se tornam cegos com os seus próprios desejos e não vêem o que as pessoas querem.

Isto não significa que os militantes têm que ser escravos do espontaneísmo das massas. Que tenha que esperar sentado até que as massas se ponham a mover-se para começar também a mover-se. A função do militante é a de promover a luta ativamente... Porém, promover a luta é uma coisa e levar-se por subjetivismo é outra. Para promover realmente lutas, a nível de categorias, tem que reivindicar coisas que sejam queridas realmente pela categoria...

A repressão trata de converter aos 'passivos' em assustados, aos que são combativos as vezes em 'passivos' e assim isolar os setores mais duros. A estes se golpeará então diretamente. O reformismo joga no mesmo sentido e falará contra os 'aventureiros' e pedirá 'direções responsáveis' para tentar fazer base aproveitando as condições de retrocesso, de frouxidão, criadas pela repressão.

Frente a ação global da repressão generalizada e a atividade coordenada do reformismo... têm-se coordenado os grupos de tendência combativa que hoje constituem uma corrente importante, presente em número crescente de categorias.

Porém, uma vez concretizada esta corrente, a experiência tem demonstrado que suas possibilidades transbordam o marco da atividade estritamente sindical. Tem muita gente nos bairros que não está inserida nos quadros sindicais e que, no entanto, está disposta ao combate, que se organiza para lutar. A tendência não pode virar as costas a esta realidade. Apenas iniciada esta sua ação, no campo dela se estende amplamente. Os problemas agudos que o povo padece, as penúrias que impõe a política reacionária e repressiva do governo empurram à luta setores cada vez mais importantes, como único caminho para tratar de impor a satisfação de reivindicações profundamente sentidas. Ao caminho da resistência como única saída. A luta contra os aumentos, abusivos e arbitrários, das tarifas da UTE, demonstrou claramente que este caminho se pode recorrer. Que tem que recorrer-lo. Porém, isto implica a superação de velhos esquemas, de hábitos negativos, as vezes muito arraigados. Tem que romper, definitivamente, com os preconceitos isolacionistas...

Agitação e propaganda no processo de transformação social

Extraído da cartilha de formação “Agitação e Propaganda no processo de transformação social” (Via Campesina, 2007)

Neste momento, de ação articulada entre os diversos segmentos da juventude brasileira interessada na transformação da estrutura social, política e econômica do país, consideramos pertinente retomar o debate sobre as possibilidades da agitação e propaganda como tática a ser utilizada em função de nossa estratégia.

1. O que é agitação e propaganda?

A agitação e propaganda é um conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação, denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social.

Segundo fontes de pesquisa (GARCIA, 1990) a expressão agitação e propaganda foi criada pelos revolucionários russos, para designar as diversas formas de fazer agitação de massas e ao mesmo tempo divulgar os projetos políticos da revolução.

Agitprop é o termo que sintetiza a expressão agitação e propaganda. Esse termo foi disseminado por diversos países, bem como as experiências dos grupos, brigadas ou coletivos de agitadores e propagandistas.

2. Origens

A Rússia pré-revolucionária de 1917 era o país de maior extensão territorial do mundo e com grande índice de analfabetismo nas classes populares. Para poder organizar os trabalhadores urbanos, camponeses e soldados (que estavam nas frentes de batalha), o Partido Bolchevique organizava duplas e brigadas de agitadores e propagandistas. Nesta época, o marxista russo Plekhanov chegou a definir agitação “como uma ideia que é inculcada em muitas pessoas” e propaganda como “muitas ideias que são trabalhadas para poucas pessoas”. Com a tomada do poder em Outubro de 1917 o acontecimento da revolução tinha que ser informado por todo o território, e era fundamental combater a contrarrevolução.

Com estes objetivos, grupos de soldados do exército vermelho, de estudantes e de artistas se empenharam na invenção, desenvolvimento ou aprimoramento de uma série de técnicas de agitprop, fazendo uso das mais diversas linguagens – como o cinema, o teatro, a música, o jornalismo, a retórica, as artes plásticas – e meios, como o trem de agitprop, que levava em cada vagão uma forma distinta de agitação e propaganda: banda de música, grupo de teatro, equipamento de cinema para exibição e filmagem, militantes para fazer discursos políticos, vagão biblioteca, etc.

3. Meios, instrumentos e formas de agitprop

Cada movimento e organização produziu seus métodos e formas, de acordo com as demandas que se apresentaram ou se apresentam no contexto histórico em que atuaram, ou atuam.

Há métodos e formas que ressurgem depois de longo tempo, como é o caso do teatro jornal, desenvolvido pelos agitadores russos e exportado para a Alemanha e os Estados Unidos, e mais de meio século depois reinventado por Augusto Boal em sua metodologia do Teatro do Oprimido, no contexto de resistência às ditaduras latino-americanas.

O importante é que não há métodos e formas fixas. Cada novo momento pode demandar a invenção de novas formas, ou a recuperação de métodos antigos. Tudo depende do contexto, da estratégia definida pela organização, das condições de atuação e da criatividade das brigadas de agitprop. (...)

4. Objetivos da agitação e propaganda neste momento histórico:

- a - Motivar a classe trabalhadora para se organizar, elevando o nível de consciência das massas.
- b - Estimular a luta social; reativar a noção de luta de classes.
- c - Deslegitimar o projeto da elite atacando seus pressupostos ideológicos: a propriedade privada e o princípio da livre iniciativa.
- d - Expor a falsidade, o fracasso e a impossibilidade de realização, neste sistema, das promessas da “democracia” burguesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

5. Agitprop e processos revolucionários

A tática do agitprop deve ser planejada de acordo com a dinâmica do processo social pelo qual o país estiver passando. Por exemplo, em época de descenso de massas a estratégia e as táticas são diferentes de épocas de reascenso. Ou seja: o agitprop de antes da revolução é diferente daquele realizado em etapa posterior. (...)

6. Depois do golpe de 1964: agitprop como uma tarefa menor

A imagem predominante que a esquerda brasileira tem sobre o trabalho de agitação e propaganda é a tarefa de panfletagem em locais de grande movimentação e em áreas de periferia urbana. Seria uma tarefa de divulgação das bandeiras de luta registradas em jornais e panfletos preparados para esse tipo de atividade. Nessa concepção, basta destacar militantes para a panfletagem e entre eles garantir a presença de um seletivo grupo que tenha condições de conduzir um debate em escolas, comunidades de base, etc, quando isso for necessário. Não há formação específica para a tarefa de agitprop, porque nessa conformação não há necessidade disso.

Desta forma, a atividade da agitação e propaganda virou uma tarefa “menor”, uma tarefa para militantes novos e, principalmente, para a juventude, que era vista como “mão-de-obra” barata para este tipo de atividade.

O que fica patente nesse tipo de proposta é que há uma separação entre aqueles que formulam as reflexões e aqueles que as executam. Não questionamos em nossa metodologia o sistema de divisão do trabalho que, ao dissociar teoria e prática, aliena os militantes envolvidos no processo para a dimensão da totalidade da experiência.

Do golpe de 1964 em diante, o domínio dos meios de produção da cultura permanece monopolizado nas mãos da elite e de frações da classe média. Ao mesmo tempo em que os militares destruíram os então recentes e promissores vínculos por meio dos quais se operava um processo de transferência dos meios de produção de técnicas e linguagens artísticas aos camponeses e operários, o regime dos fuzis incentivou a criação de um sistema nacional de televisão – do qual o maior expoente foi a Rede Globo. O objetivo era respaldar esteticamente o projeto de modernização conservadora do país, por meio da imposição de uma imagem de desenvolvimento, progresso e integração da nação, com a qual os militares e a elite nacional pretenderam justificar seu predomínio brutal no poder.

Um dos efeitos da hegemonia burguesa no âmbito da cultura, decorrente de sua dominação econômica e política, foi o apagamento da memória dos embates anteriores, em que movimentos como os Centros Populares de Cultura (CPCs), nascido em 1961, e o Movimento de Cultura Popular (MCP), que surgiu em 1959, ambos destruídos pelo golpe militar de 1964, articularam as esferas da cultura e da política de forma radical. A experiência de agitação e propaganda desses dois movimentos, que amadurecia a passos largos, compreendia a publicação de jornais, revistas, livros de poesia e música, a gravação de discos, a organização de festivais e de debates (BERLINCK, 1984). Ambos os movimentos operaram mudanças radicais na organização da produção cultural brasileira, desde os temas, a pesquisa de formas, a incorporação do processo de construção coletiva de obras, a apresentação gratuita em comunidades rurais e bairros de periferia urbana, a realização de oficinas de formação cultural em consonância com a formação política, que naquela conjuntura não andavam dissociadas (COSTA, 1996).

Portanto, do golpe de 1964 em diante, prevalece o domínio dos meios de produção da cultura monopolizado nas mãos da elite e de frações da classe média. Esse fato deu novo fôlego ao antigo preconceito, inclusive em amplos setores da esquerda brasileira – e, principalmente, manifestou-se como senso comum nas classes populares – de que “cultura é coisa de rico”. (...)

Em suma, a ideia de cultura e arte como mercadoria, como espetáculo para diversão, é a fatura que herdamos do golpe militar. Desde então cultura e política, diversão e formação, entretenimento e crítica são vistos como coisas opostas. Naturaliza-se a ideia de que o campo da estética deve ser desvinculado da vida política efetiva, pois disso depende sua qualidade. E toda tentativa de direcionar a produção artística e cultural para o rumo do engajamento, da intervenção na realidade, é interpretada como manobra autoritária, maniqueísta, que atropela a dimensão subjetiva da criação artística ao submetê-la a demandas de ordem política.

O golpe militar transformou a televisão no centro do sistema de produção de mercadorias culturais, em que o refinamento das técnicas publicitárias estimula o consumo das mercadorias excedentes. Estas técnicas expandem o desejo de consumir, e vendem uma imagem de nação em ascenso que não condiz com as mazelas do país real (KEHL, 1986). A criação desse universo estetizado da realidade exige, inclusive, a apropriação indiscriminada de técnicas artísticas sofisticadas, muitas das quais geradas em oposição ao capital. (...)

No curso deste processo, ainda em andamento, a via partidária da esquerda brasileira fez a opção majoritária pelo marketing político, de forte apelo emocional, pouca informação, ou contra-informação, e nenhuma pretensão de agitação das massas populares, para além do voto. Essa via herdou em peso o preconceito em torno do agitprop, que o relega à condição de subutilização da ação isolada da panfletagem, a ponto inclusive de “terceirizar” esta tarefa, passando da militância partidária para a “militância paga” de trabalhadores informais e desempregados. (...)

7. Qual é o nosso estágio atual?

O agitprop ressurgiu como demanda porque, via de regra, o problema de desinformação, analfabetização e alienação que vigoravam no começo do século XX ainda persistem, apenas com diferença na forma de organização do poder.

Isto é, o monopólio dos meios de comunicação de massa não existia da mesma forma nas décadas passadas, mas hoje ele é um dos principais mantenedores da desinformação e alienação.

Como ainda não possuímos os meios de produção e divulgação de massa que nos permitam combater o padrão hegemônico de representação da realidade, temos que seguir potencializando os métodos de trabalho de base e agitação baseados no contato real dos militantes com a população, inclusive porque o método do trabalho de base vinculado a agitação e propaganda é uma possibilidade que não foi apropriada pelas classes dominantes, com exceção do assédio de casa em casa que algumas religiões de princípios conservadores utilizam como tática para aliciar fiéis.

Mas, para que essa vantagem da posição corpo a corpo do trabalho de base surta efeitos de agitação e propaganda, não basta transmitirmos linearmente nossas informações, pois para despertar a indignação é preciso que mostremos a falsidade das promessas de democracia e universalidade da classe dominante, confrontando-as com nosso ponto de vista. (...)

8. Agitprop e crítica radical

Uma providência fundamental nas ações de agitprop é a articulação permanente entre elementos da conjuntura e da base estrutural do sistema a ser criticado. Nossa tarefa é ligar a “parte” ao “todo”, fazer com que a partir dos problemas imediatos e cotidianos se possa compreender o sistema e suas engrenagens. Pois se nossa perspectiva não é melhorar, ajustar ou consertar o sistema, é nosso dever erigir uma metodologia de formação de agitadores e agitadoras que os habilitem a formular estratégias, com o conjunto de suas organizações, e táticas de ação cuja força seja suficiente para abalar as estruturas de dominação, por meio de uma contraposição crítica que vá à raiz dos problemas, causando um efeito permanente de estranhamento das relações de poder que a classe dominante naturalizou em séculos de sistemática violência do Estado contra a população pobre.

Se em solo brasileiro a falsidade do discurso da democracia burguesa está escancarada pela evidência irrecusável de que as promessas universais de liberdade, igualdade e fraternidade não escondem, ou justificam, o arbítrio da classe dominante, é tarefa da agitação e propaganda implodir os conceitos estabelecidos pela grande imprensa, e agir no âmbito da contrahegemonia.

Para isso, todos os meios e linguagens são válidos. Além das experiências em andamento, podemos criar novos formatos ou refuncionalizar antigos, fundindo formas, linguagens, técnicas e meios.

Por fim, atualmente contamos com os seguintes fatores que podem potencializar as ações de agitprop:

a - A tecnologia nos deu condição de acesso aos meios de produção. O avanço tecnológico na produção de equipamentos de filmagem, edição e gravação audiovisuais e musicais tornou possível a popularização da produção de filmes, músicas, fotografias, etc. Isso significa que linguagens como o cinema e a televisão, até então monopolizados pela elite, poderão ser democratizadas, não mais apenas pela perspectiva do consumo. Além disso, a tendência é que novas alternativas de democratização da informação apareçam em ritmo crescente, também como consequência do desenvolvimento tecnológico, o que facilitará a divulgação da produção.

b - A construção de um calendário comum de lutas entre movimentos sociais e centrais sindicais dá organicidade para as ações de agitprop, pois elas passam a estar inseridas na vida política das organizações, como tática de ação contrahegemônica e fortalecimento do contato com a sociedade.

9. A natureza política do trabalho de agitação e propaganda

Existem pelo menos quatro condições que compõem a natureza de nosso trabalho:

a - O nível de formação política da militância envolvida no trabalho de agitação e propaganda, ou seja, a ideologia de classe. Um grupo de militantes pode não ter recursos financeiros para realizar o trabalho, mas a compreensão da necessidade política estimula os militantes a agir, a criar ou adaptar métodos e formas, de acordo com as condições e meios possíveis. A ideologia sustenta o trabalho nos períodos de descenso da luta de classes.

É fundamental que tenhamos um processo permanente de formação e educação política das classes populares articulado com o trabalho de agitação e propaganda, e ligado ao processo de organicidade de cada movimento social, para que possamos ir além do cumprimento de calendários de luta e mobilização.

b - Entender que o trabalho de agitação e propaganda não é um fim em si mesmo. É parte fundamental do trabalho de base que todo militante social precisa exercitar permanentemente. O trabalho de base é um desafio constante, e não pontual ou baseado numa data do calendário de lutas. É fundamental articular agitação e propaganda com a estratégia de trabalho de base.

c - Todo trabalho de agitação e propaganda precisa, acima de tudo, cumprir com a missão de: elevar o nível de consciência da população brasileira e incentivar a participação popular; provocar o questionamento sobre a democracia em que vivemos – até onde o povo decide sobre as questões candentes da sociedade, como por exemplo, a privatização da Vale do Rio Doce, o desmatamento da floresta amazônica, a transposição do rio São Francisco, etc? Nosso trabalho de agitação e propaganda parte do propósito de mudar a cultura de participação na vida política brasileira. Pois um povo só é sujeito e arquiteto da própria história quando ajuda a tomar as grandes decisões que dizem respeito ao futuro das próximas gerações.

d - A prática de valores humanistas, de solidariedade e socialistas. Sem a vivência no cotidiano de novos valores, o trabalho de agitação e propaganda se torna vazio e não alcança os objetivos políticos que se propõe.

10. Valores que devem ser cultivados por um agitador e propagandista do povo

Um agitador e propagandista é norteado por valores que o tornam diferente no meio da massa. A agitação e propaganda deve ser parte da vida do militante. Os valores fazem parte da natureza de sustentação do trabalho de agitação e propaganda. Apenas a técnica da agitação e propaganda não permite que alcancemos a transformação social.

Seguem abaixo exemplos de valores para desenvolvermos em nosso espírito militante:

1. Gostar de ser e estar no meio do povo. De ter abertura para aprender com o povo, com a comunidade, com as pessoas com as quais convive.

2. Ter sensibilidade política para perceber os momentos certos de atuar, recuar e avançar. A sensibilidade política nos permite ter a clareza de lidar com as contradições que aparecem, os imprevistos na lida com as pessoas.

3. Desenvolver a capacidade individual de fazer leitura e análises da realidade local. Interpretar e interligar as questões do específico com as grandes questões gerais da sociedade. Interpretar e identificar em cada local e realidade o que mais despertar a curiosidade das famílias, das pessoas. E partir da necessidade local para fazer o trabalho de agitação e propaganda.

4. Gostar de estudar e pesquisar. Um bom agitador e propagandista busca à luz da história e da ciência elementos para aprofundar e melhorar o trabalho.

5. Espírito de companheirismo, de solidariedade, de sacrifício e do desprendimento dos bens materiais. Valor de criar espírito de coletividade.

6. A firmeza e a coerência ideológica. Não se deixar levar pelos problemas e dificuldades do trabalho. Não se deixar levar pelas graças e fantasias da propaganda feita pelas elites.

7. Acreditar que as mudanças profundas nascem, crescem e acontecem somente através do povo organizado. Acreditar na força do povo e na capacidade de mobilização social. As transformações não estão em outros lugares. Não perder de vista o horizonte político e os objetivos, a razão de nossa existência enquanto militantes de um movimento social.

8. Ser exemplo no trabalho, nas iniciativas, na superação dos limites, na prontidão para as tarefas mais árduas do cotidiano.

11. O que podemos fazer para fortalecer as ações de agitprop

1º) Discutir em nossas organizações como a agitação e propaganda pode ser potencializada de acordo com o objetivo estratégico de cada movimento, e visando o objetivo comum de transformação radical da estrutura social, política e econômica brasileira.

2º) Avaliar a viabilidade de criação de brigadas ou coletivos mistos de agitprop, com militantes de diversas organizações, em caráter provisório ou permanente.

3º) Promover cursos de formação de agitadores que culminem na criação ou fortalecimento de brigadas ou coletivos de agitprop.

4º) Envolver as brigadas ou coletivos de agitprop nas atividades dos calendários de luta estaduais e nacionais.

5º) Trocar experiências de métodos e formas de agitprop entre as diversas organizações que trabalham com essa tática. E pensar em formas de divulgação das experiências, por meio de vídeo, publicação escrita, fotografias, etc, para auxiliar o processo de formação de agitadores e acelerar a multiplicação de brigadas ou coletivos.

A nossa condição legítima de movimentos que lutam pela transformação radical da sociedade, associada à nossa posição de alvo maior da artilharia da direita, e da crise política, cultural e ecológica que assola o planeta, nos autoriza a tentar tudo novamente, aprendendo com as experiências anteriores, tentando evitar os limites impostos naqueles tempos, procurando estabelecer novo patamar de compreensão sobre as ações de agitação e propaganda, contribuindo assim para os enfrentamentos daqueles que virão depois de nós, e honrando as companheiras e companheiros que nos antecederam na luta de classes.

A retomada do trabalho de base

Autor: Ranulfo Peloso da Silva, assessor do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis). Data: Outubro de 2001.

1. Introdução

“Achavam-se agrupados e presos à terra, por uma raiz comum, como uma moita de bambu. E como esse vegetal, inclinavam-se e dobravam-se. Mas, sobreviviam às maiores tempestades”. (Morris West, O embaixador, 1985).

A grande marca da organização popular é sua presença e enraizamento na vida da população, animando pessoas e grupos a se organizarem para buscar solução de seus problemas.

O antigo e permanente interesse dos trabalhadores de **repartir o pão e o poder**, mesmo que não seja totalmente consciente, é **derubar a velha pirâmide** e construir uma sociedade sem dominação.

A organização popular nasce para romper com a prática dos dominadores que, pelo autoritarismo ou pela troca de favores, se mantêm no poder. Ela se organiza desde a base, para estar presente, todos os dias, lá onde acontece a luta pela vida.

Apostar no trabalho de base é investir numa tarefa que exige vontade política, dedicação, tempo, pessoas e recursos. Porque não é só a elite que gosta de mandar; é também o povo que aprendeu a ficar calado e a obedecer ao chefe de plantão. Só uma convicção profunda pode se dispor a vencer a *cultura autoritária* e o *personalismo* e contribuir para que o povo se torne **protagonista** e tome a direção da barca.

[...]

3. Retomar o trabalho de base

“Gente não é boi de carro, pro carro de boi puxar, gente tem mente que gira, mente que pode girar. Gira a mente do carreiro e a canga pode quebrar.”
- Lavrador de Goiás

Retomar o trabalho de base não é a repetição saudosa de práticas e atividades feitas no passado. Nem é o basismo que trata o povo como menor e incompetente, e faz o elogio de suas ações espontâneas e sem planejamento. Basismo é uma forma disfarçada de autoritarismo para manter a base dependente.

Retomar o trabalho de base é resgatar uma estratégia. É um caminho de luta e de organização que **envolve os próprios interessados** no conhecimento e solução dos desafios individuais e coletivos.

Retomar o trabalho de base é reafirmar três objetivos:

1º) Participação massiva dos trabalhadores: as elites não têm medo de lideranças que se destacam. Para elas é fácil isolar, destruir, “comprar” algumas cabeças que sobressaem. Multiplicar militantes e ações é que mete medo em todos aqueles que se acostumaram a dominar outras pessoas. Por isso, a prática de multiplicar novos combatentes, deve invadir todos os espaços da vida – trabalho, política, cultura, religião, lazer – e se tornar uma rede de animação, de resistência e de vitórias.

2º) Democratização do poder: participar do poder é ser capaz de fazer propostas, tomar decisões e repartir responsabilidades para concretizar o sonho dos trabalhadores. O trabalho de base, enquanto experiência de uma nova convivência entre pessoas, pode ser uma grande escola de participação política. O ato de falar e de ouvir, de propor e de negociar, de ganhar e de perder, de disputar e de decidir, de comandar e de obedecer, de responsabilizar-se e de cobrar – tudo isso estimula a ambição de ser gente e de ter o poder coletivamente. Deve ser a escola, onde se aprende a colocar o poder a serviço da maioria, visando as transformações que o país precisa.

3º) Construção socialista: a finalidade da luta é realizar o sonho do mundo novo, livre de todas as formas de opressão e com a possibilidade real de satisfazer os anseios materiais e espirituais das pessoas. Isto será possível quando a produção, a distribuição e o consumo forem feitos de forma solidária. Este projeto implica, desde agora, em uma nova relação entre os humanos e com a natureza, sem dominação, sem preconceitos e sem destruição.

4. O que é trabalho de base

“Fé na vida, fé na gente, fé no que virá. Nós podemos tudo, nós podemos mais. Vamos lá fazer o que será.”
– Gonzaguinha

Trabalho de base não é receita ou mágica. É um jeito de fazer política onde o militante coloca sua alma. É uma paixão carregada de indignação contra qualquer injustiça, e cheia de ternura por todos que se dispõe a construir um mundo sem a marca da dominação. Essa convicção nasce do coração e da razão, torna-se força contagiante, capaz de vencer a fúria e a sedução da opressão e de comprometer-se com a transformação das pessoas e da sociedade.

Essa prática multiplicadora pode ser realizada nas favelas, nas ocupações de terra, nas fábricas, nas igrejas, nas instituições do Estado e nos espaços internacionais. Ela se sustenta quando mantém os pés no chão e a cabeça nos sonhos. Consegue vitórias quando articula as lutas econômicas com as diferentes lutas políticas e sociais. E perdura, em qualquer conjuntura, quando combina ações de rebeldia com as disputas na legalidade.

A finalidade do trabalho de base é:

- a. **Anunciar sempre** que o ideal da humanidade é a prosperidade e a convivência solidária. E **combater** a ganância, a competição, a dominação. Quanto maior a opressão e a crise, maior a razão para propagar o sonho da sociedade sem classes.
- b. **Despertar a dignidade** das pessoas e a **confiança** nos seus valores e no seu potencial. A pessoa se torna feliz e perigosa (para as elites), quando começa a andar com os próprios pés. Em geral, quem está no poder, prefere gente

obediente e conformada, porque é fácil manipular uma população domesticada e dependente.

- c. **Canalizar a rebeldia popular** na luta contra a injustiça e na construção de uma sociedade de homens e mulheres novos, onde a produção, distribuição e consumo, sejam orientados pela lógica da solidariedade.
- d. **Transformar a realidade** e conseguir vitórias em todos os campos e em todas as dimensões, que satisfaçam os justos anseios da população.

A força do trabalho de base está:

- a. **Na sua sustentação de base:** o trabalho de base tem que ter raízes plantadas na *alma da população* que é a base da sociedade. Por causa desse alicerce, ele sempre renasce e se reproduz. Não é um movimento para os trabalhadores. É dos trabalhadores. O povo deve se sentir parte dessa construção e companheiro da mesma caminhada. Para isso, o trabalho de base se organiza *lá onde o povo vive e trabalha*. Para combater dentro de cada um o vício da dependência, é preciso que cada pessoa, desde o início, contribua com disposição, ideias e sustentação financeira das atividades.
- b. **Na crença do povo:** a razão do trabalho de base é ajudar o povo a entender e se comprometer com a vida feliz e solidária. Mas sabe que esse povo já luta porque precisa sobreviver. O povo está sempre reagindo contra a exploração e a dominação, mesmo quando não fala a linguagem dos militantes, ou entra em caminhos que são armadilhas. A história tem mostrado que, apesar de toda a miséria e de toda a contradição, *o povo é a sementeira permanente de novas formas de luta e de novos militantes*.
- c. **Na clareza de que a organização popular, sendo uma parte, é parte para incluir todo o povo.** Os dirigentes não são guias geniais, mas lideranças indispensáveis que ajudam o povo a entender a realidade e organizar os esforços, no rumo da transformação. No processo, o povo vai assumindo-se como sujeito de sua história. É como diz o poeta "sentindo na vida que pode, o pobre entende o que vale; depois que a canga sacode, não há patrão que o cale".
- d. **Na coerência entre rumo e caminho:** no trabalho de base não tem essa de fazer a cabeça. A pessoa deve abraçar a causa, porque foi convencida de que ela é justa. Então, o jeito de tratar as pessoas, deve estar de acordo com a finalidade que queremos atingir. Fica difícil falar de liberdade se, na prática diária, as pessoas mantêm um comportamento autoritário e antidemocrático. É verdade que, *"quem não sabe aonde quer chegar, não chega lá nunca"*. Mas, é igualmente verdade, que o fim é o caminho que a gente faz, para chegar ao objetivo. Quer dizer, o método que se pratica, deve ser coerente com os objetivos que se pregam.
- e. **Na metodologia multiplicadora:** cada militante que se convence, assume o compromisso de mobilizar um time de novos companheiros. Estes, por sua vez, vão repartir os esclarecimentos e as experiências com outros colegas que vivem em muitos espaços de luta, de vida, e de trabalho. Assim se vai tecendo a rede de resistência e de solidariedade, para a conquista de vitórias.
- f. **No planejamento das ações:** ninguém entra de peito aberto numa guerra. É indispensável traçar um caminho, capaz de levar à vitória. O planejamento enfrenta o medo de mexer no *comodismo* das pessoas e na *indisciplina* da

prática espontaneísta. Na luta popular, como no futebol, o objetivo não é chutar a bola. É preciso avançar e se defender organizadamente, na hora certa e com as pessoas certas. Por isso, marcam-se pontos e prazos de chegada; faz-se uma caprichada preparação dos militantes; escolhem-se responsáveis pelas atividades; realiza-se um balanço dos resultados, em cada etapa da luta.

- g. **No amor pelo povo e pela vida:** o trabalho de base é mais que um trabalho profissional, feito por pessoas competentes. Ele tem um segredo que anima a esperança dos militantes, chegando à doação da própria vida. O valor da vida, a dignidade das pessoas, a rebeldia para a liberdade e a fraternidade universal, formam a base dessa paixão que invade a alma dos militantes e dá sentido à sua disposição e dedicação. No concreto, essa convicção se traduz no respeito ao povo, no carinho aos iniciantes, no cumprimento dos acertos coletivos, na capacidade de tomar iniciativas, na coragem de encarar os desafios, nos gestos de indignação, entusiasmo e celebração. O amor pelo povo e pela vida se expressa, de maneira plena, nas manifestações individuais e coletivas do *companheirismo*.

5. Como fazer o trabalho de base

"Fazer, é a única forma de mostrar, que é possível transformar o mundo."
- Eduardo Galeano

Uma pessoa ou grupo que esteja convencido da força do povo esclarecido e organizado vai escolher e ajudar um setor desse povo no resgate de seus sonhos. O sentido do trabalho popular é organizar a resistência e alimentar a esperança de seus associados. Por isso reúne, amplia, capacita, organiza, articula as pessoas e ações na formação de um projeto popular.

Para fazer o trabalho de base, não tem receita pronta e infalível. Mas, olhando várias experiências, é possível descobrir pontos em comum. Entre eles estão:

- a. **Quem começa?** Qualquer pessoa (trabalhador ou não) pode dar o pontapé inicial. A história mostra que tem gente que desperta primeiro e fica indignada pela exploração vivida pelo povo. Essa revolta inicial acaba descobrindo que não basta se queixar das injustiças e que sozinho ninguém vai conseguir acabar com a opressão. Como enfrentar essa máquina de morte? Que fazer para que a resistência não morra no nascedouro? Uma iniciativa é procurar *gente de confiança* que pense no mesmo sentido. Assim começa um projeto popular.
- b. **Onde começar?** A luta dos oprimidos acontece *lá onde estão os trabalhadores*. Pode ser na fábrica, no bairro, na escola, numa categoria profissional, no espaço de um município, num movimento, ou numa igreja. Também pode ser com uma raça, com um grupo de mulheres, com adolescentes, ou com a terceira idade. Qualquer lugar, na cidade ou no campo, e até dentro de uma prisão já foi lugar onde os militantes iniciaram um posto da luta. O ruim é saber das coisas e não fazer nada. O melhor é sempre *escolher um grupo ou lugar que tenha as condições de espalhar e influenciar outros grupos e lugares*.
- c. **O núcleo de militantes.** Enfrentar uma fera sozinho nem sempre é sinal de coragem. Pode ser apenas inexperiência. Para ser vitoriosa, a luta popular tem que dar passos, conforme suas forças. Por isso, uma primeira tarefa do

militante, é formar um *time de companheiros que já tenha o mínimo de compreensão e disposição* para entrar num processo. *É sempre bom ter gente nova, sabendo que “a idade de uma pessoa se conta pelo número de amigos que ela consegue reunir”*. Pessoas novas estão mais abertas e livres para encarar uma caminhada. A escolha tem que ser cautelosa e baseada na confiança. **Algumas qualidades são fundamentais:** pessoas que não aceitam ser manobradas, que já mostraram que vão além do seu interesse individual, que sejam discretas (não falam determinados assuntos para quem não está interessado ou é contra), que saibam relacionar-se com o povo. Esse primeiro time vai ter que reunir-se diversas vezes, para reforçar a amizade, trocar ideias, e para acertar os objetivos e o plano de atuação.

d. Como conhecer a realidade? Definido onde vai ser o trabalho é hora de conhecer, por dentro, o lugar e o grupo. As informações nascem da convivência, observação, conversas, visitas, pesquisas ou consulta aos especialistas no assunto. Conhecer e ser conhecido exige o *aprendizado da língua do grupo* para favorecer a integração e a troca. Três tipos de informações não podem faltar:

d.1) as que tratam da quantidade: qual o número de pessoas, volume da produção, renda, problemas enfrentados; assim como saber quais são os grupos que oprimem a população e os que estão ao seu favor;

d.2) as que revelam os desejos, os sonhos e os projetos das pessoas. Em geral, são os sentimentos que, em primeiro lugar, movem as pessoas. Quando elas se sentem aceitas e reconhecidas, também passam a participar;

d.3) as histórias de resistência: todo ser humano protesta, só varia a forma – pode ser individual ou grupal, escondida ou aberta, espontânea ou organizada, pacífica ou violenta. *Os militantes devem estar convencidos que não inventam a luta. Sua tarefa é descobrir pessoas e sinais da luta do povo e ajudar essa luta se ampliar, se organizar e obter vitórias econômicas, políticas, sociais e culturais.*

As informações corretas sobre a realidade se tornam matéria-prima no estudo dos militantes, apontando dicas para as ações e formas de organização. As anotações são importantes na descoberta de problemas e interesses comuns. É essencial envolver as pessoas pesquisadas na coleta e na apropriação dos resultados. Afinal, elas devem ser as primeiras interessadas em tomar consciência do que está acontecendo. Este estudo pode ser a primeira ação do trabalho de base.

e. Fazer ações concretas. Os dados da realidade podem sugerir várias propostas de ação. Os militantes têm que sacar o que o povo está a fim de fazer para realizar seu desejo. Às vezes, as ações escolhidas parecem que nada têm a ver com os grandes problemas descobertos. A ação a ser encaminhada é aquela na qual o grupo vai participar, e não ficar na plateia assistindo. Tem que ser uma ação dentro da compreensão do *momento* e do *ritmo* que esse povo possa suportar. Pode ser um jogo, uma festa, uma celebração. Mas, pode ser também um protesto, um mutirão, uma disputa política. Os militantes têm obrigação de sugerir propostas, mas não podem impor, porque as ações não assumidas pelo grupo geram acomodação, dependência ou frustração.

“Devagar que eu tenho pressa”, diriam os antigos. É decisivo que as primeiras ações deem certo. São as *vitórias que animam a*

vontade de continuar. São elas que preparam o povo para ações maiores. As derrotas aumentam o sentimento de fraqueza e de impotência.

Uma ação puxa outra, quando é bem preparada. Depois de executada, é fundamental fazer um balanço para avaliar os avanços, os pontos fracos e a continuidade. *Fazer ações e refletir sobre elas* tem sido a grande escola onde o militante e o povo se capacitam e se formam.

f. Descobrir e projetar lideranças. As lideranças aparecem nas ações, porque dão sugestões, tomam a frente, sacam mais rápido, são mais corajosas, estão um pouco mais informadas. A liderança expressa publicamente, o que muitos gostariam de ser ou de dizer, mas têm dificuldade.

As lideranças são indispensáveis no trabalho popular. Porém, só merecem este nome quando reúnem, em torno de si, muitas pessoas; e quando criam as condições para o aparecimento de outras lideranças. As verdadeiras lideranças, não são necessariamente eleitas; são reconhecidas por causa de sua atuação e de sua dedicação.

Acostumados com lideranças tradicionais, o povo, às vezes, acha que deve escolher pessoas que sabem prometer, que falam bonito, que são mais estudadas ou, então, gente muito quietinha. A experiência mostra que tais pessoas têm decepcionado: falam, mas não fazem; dão sugestões, mas não botam a mão na massa; se comprometem com tudo, mas nunca encontram tempo para nada.

É tarefa dos militantes ajudarem na preparação das legítimas lideranças populares. *As lideranças que interessam ao trabalho de base são aquelas que unem seus interesses individuais com os interesses do grupo.* Elas não usam essa posição como privilégio pessoal, mas como uma tarefa da luta. Na caminhada, as lideranças aprendem a comandar. Descubrem que exercer o poder é repartir o poder. Vão saber distribuir as responsabilidades conforme a necessidade da luta, o jeito e o gosto de cada um, equilibrando a dose de paciência com a dose de firmeza. Sua preocupação permanente é a de animar os que estão dormentes e desanimados, promover o entrosamento do grupo e ajudar na capacitação de novas lideranças.

g. Formar dirigentes: em todo o grupo, mesmo quando os participantes são conscientes de suas responsabilidades, há pessoas que se destacam e se tornam *referências*. A referência, mais que privilégio, é uma tarefa de coordenação das ações para o bom funcionamento do trabalho, pois, como diz o povo, *panela que muitos mexem, sai insossa ou salgada*. Dentro do mesmo grupo, outras pessoas vão ter outras funções, conforme o momento e a sua competência.

É verdade que já houve gente que se aproveitou do cargo de dirigente para seu interesse individual. Quem faz isso se esquece que *o poder nasce do povo e por esse povo deve ser exercido*. Na luta popular, o poder não pode ser exercido de forma autoritária e personalista (como fazem os “coronéis” da elite). Muito menos para dominar a maioria desinformada.

Não se deve confundir *direção* e *diretoria*. Diretoria é um mandato que se ganha no voto, mesmo que os candidatos não tenham preparo nem compromisso com o povo. *Ser dirigente nasce do reconhecimento público*.

O reconhecimento não é um dom destinado a alguns privilegiados. Ele tem origem na união de, pelo menos, quatro exigências:

1) ligação profunda e permanente com o povo, sua vida, seus anseios e suas lutas;

- 2) **compromisso com a transformação** das pessoas e da sociedade;
- 3) **capacidade de fazer propostas justas**, principalmente nos momentos difíceis;
- 4) **convicção e jeito para organizar o povo**, compartilhar as responsabilidades e **comandar**.

h. Autonomia: no trabalho de base, os trabalhadores e suas organizações não podem ficar dependentes de uma assessoria ou de um chefe. Quando não existe independência econômica e política, os trabalhadores se tornam massa de manobra. Sem formação, sem recursos financeiros, sem conhecimento das técnicas – *como fazer uma reunião, falar em público, operar uma máquina, fazer um plantio, organizar uma mobilização* – os trabalhadores continuarão de rabo preso. Uma *assessoria militante* e competente pode contribuir na capacitação dos trabalhadores para que se tornem sujeitos e protagonistas da luta popular.

Para conseguir independência é preciso ter coragem e condições de andar com os próprios pés. Desde o início, os trabalhadores devem ser incentivados a garantir a sustentação de suas atividades e a ser competentes numa tarefa. Faz tempo que sabemos que a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores ou não haverá libertação.

i. Como criar um movimento: o trabalho popular que realiza muitas ações, que apresenta ideias novas e reúne muitas pessoas, acaba aparecendo. Torna-se esperança para os excluídos do sistema e preocupação para as elites. Sem pressa e com grande participação devem ser elaboradas as orientações do grupo que, mais na frente, seja base para os estatutos.

Um olho d'água pode virar riacho e até rio. Conviver com o reconhecimento da sociedade é o novo desafio do trabalho popular. Como continuar se preocupando com o esclarecimento, a organização e a reprodução de sangue novo para a caminhada? Infelizmente, muita gente boa, quando se tornou "importante", se agarrou nos cargos e se esqueceu que **é no povo que está a força**. Para evitar esses desvios, muitos movimentos se previnem renovando, de tempos em tempos, todo o pessoal que recebe cargos. Outra vacina contra o perigo de corrupção política é *exigir que cada militante ou liderança assuma uma tarefa concreta junto a uma luta direta*.

A finalidade de uma organização é atrair outros trabalhadores para a causa da justiça, tornar-se uma ferramenta de luta permanente e ser uma escola de preparação de novos companheiros. Mas, a organização nunca pode se tornar o centro da luta. *O centro da luta é o próprio movimento dos trabalhadores* que, no esforço para derrotar a opressão e construir a nova humanidade, confere mais dignidade às pessoas.

j. Formar os trabalhadores: só o entusiasmo e a força não vencem a segurança e a manha dos poderosos. Os oprimidos têm que juntar força, pensamento e espreiteza para vencer a dominação. Para que o ativismo não faça do militante um "militonto", ele deve ser capaz de desmontar o sistema capitalista e apresentar saídas que apontem para a solução de seus problemas. *É fácil derrotar quem não estuda, quem não para pra pensar*. É triste saber que muitos "estudados" não entram na luta. Mas *é imperdoável que um lutador não pare para estudar*, não seja também um intelectual.

Estudar quer dizer entender o que está acontecendo consigo e com os outros e buscar uma solução. Isso exige uma reflexão sobre a própria experiência de luta e um olhar sobre a experiência de outros trabalhadores. Assim é possível apropriar-se dos conhecimentos que estão acumulados nas pessoas e nos livros.

Formar-se não significa fazer cursos, nem encher a cabeça de informações. É estar mais capacitado para descobrir respostas para os problemas que afligem o povo.

Formar não quer dizer despejar conteúdo sobre a cabeça de pessoas que ficam recebendo passivamente. O processo de formação acontece quando ele se torna *uma troca entre sujeitos que ensinam e aprendem* os ensinamentos da vida.

A formação deve ser planejada conforme o nível de compreensão e de compromisso de cada companheiro. É importante organizar atividades de formação para iniciantes, ativistas, lideranças e dirigentes. É fundamental que o próprio movimento destaque pessoas que se dediquem à tarefa de organizar e de executar um plano de formação.

São muitas as atividades de formação: a preparação, a execução e o balanço de uma ação, por exemplo. Mas também os seminários, os cursos, os debates, as viagens, as leituras, as reuniões, os treinamentos, o esforço para contar a própria história e a formulação de propostas. A **formação política** tem que vir junto com a **capacitação técnica**: como fazer uma reunião, escrever um relatório, falar em público, administrar uma cooperativa, operar uma máquina, fazer um jornal, etc.

k. Evitar o isolamento, trabalhar em parceria: em toda a parte, tem gente (organizada ou não) lutando contra a injustiça. O trabalho político se fortalece quando conhece e se liga com pessoas e grupos que estão no mesmo rumo. Essa articulação facilita a troca de experiências e a realização de ações conjuntas. Quando um movimento se acha *dono da verdade*, se torna arrogante. Vira uma *seita* fácil de ser destruída.

A busca de parceiros não pode ser a prática de *usar* as pessoas e os grupos, especialmente na hora do aperto, interessados apenas no que eles podem oferecer em termos materiais. A parceria é a descoberta de que ninguém pode fazer tudo, que ninguém sabe ou é especialista em tudo. A parceria é a crença no valor da troca das competências, no poder de fogo da ação conjunta e na soma dos recursos disponíveis.

Os "donos do mundo" nos dividem para continuar reinando. É verdade que não temos a mesma cor, o mesmo lugar de nascimento, a mesma religião, o mesmo sexo, o mesmo time de futebol, nem o mesmo gosto de comida. É uma riqueza os desafios que as diferenças nos colocam. Porém, nunca se pode esquecer os interesses e as dificuldades que são comuns. Neste momento, é urgente ver aquilo que nos une, mesmo sabendo que temos muitas diferenças.

Ser *parceiro* não significa *abrir mão da própria convicção*. Muito menos aceitar ser um *braço tarefeiro* de um projeto que não ajudamos a pensar, só por interesse de alguns trocados. A parceria é uma *união de esforços* para atingir objetivos que estão na mesma direção. Os dois lados se convencem e decidem fazer uma caminhada conjunta. Como toda aliança, também a *parceria deve ser feita com autonomia das partes*. Cada parceiro deve conservar suas diferenças e suas motivações. É bom lembrar que parceria é diferente de interação, ligação pontual ou convênio.

l. Houve uma tendência de ocupar o espaço público: no trabalho popular, negava-se qualquer ligação com o poder público – nem participação, nem colaboração, nem mesmo

uma relação em questões concretas. O movimento caminhava em paralelo, como a linha do trem. E tinha razão, porque o Estado era dirigido por uma ditadura.

Hoje, o Estado continua dominado por uma elite, está *privatizado* pela classe dominam-te. Porém, a luta popular entendeu que o espaço público é também um espaço de disputa contra a opressão, quando se tem clareza do projeto popular e se garante a independência dos trabalhadores. Tal participação não pode justificar a lógica das campanhas eleitoreiras, nem a perda de autonomia dos movimentos. [...]

A participação de movimentos e de candidatos populares, no espaço público do Estado, pode facilitar o acesso ao conhecimento da máquina e possibilitar formas de pressão para a formulação das políticas sociais e para a correta destinação dos fundos públicos para o conjunto da população. Ensina também os mecanismos do poder e deixa claro que o Estado, do jeito que está organizado, não serve aos interesses populares. *Enquanto os oprimidos não derrotarem a opressão, não poderá haver um governo realmente popular.*

m. Fazer a propaganda: quem acredita no que faz se alegra que sua ideia se espalhe. Fazer propaganda é anunciar e repartir com outros, as lições que aprendemos pelo caminho. É falar dos nossos sonhos e convidar muitos para a mesma esperança. Temos obrigação de repassar para as gerações futuras, como um tesouro, as realizações populares. Isso nada tem a ver com a invenção de histórias para impressionar ou iludir alguém.

No início, a propaganda do trabalho, se faz de pessoa para pessoa. Quando cria raízes e já pode encarar o sol, ele é anunciado de forma mais aberta: faixas, cartazes, boletins, filmes, cadernos, etc. Muitos militantes foram atraídos para a luta popular, atingidos pela propaganda.

6. Qualificar o trabalho de base

“Se muito vale o já feito, muito mais temos a fazer.”

Quem já faz trabalho de base, não precisa começar tudo do zero. Talvez apenas *amolar a ferramenta* para que continue servindo as suas finalidades. O mundo mudou. A elite agora usa a tática da sedução e o discurso da competência para quebrar a união dos trabalhadores. Esvaziam o sentido de *parceria, colaboração, repartição de lucros e até da solidariedade*. Para a maioria, sobra o desemprego, a luta pela sobrevivência, a exclusão social. Sem largar o rumo, o campo popular precisa descobrir novas formas de fazer crescer sua luta e organização.

Ao longo da história, nenhum sistema, por mais poderoso e cruel que fosse, jamais conseguiu durar para sempre.

Um tempo de avaliação

O primeiro passo da cura é reconhecer que existem problemas. A crise não é, necessariamente, uma situação negativa. Pode ser a oportunidade de testar as convicções e redirecionar o modo de atuar.

Não é verdade que muitas lideranças e organizações estão dessintonizadas com suas bases (dirigentes em FM e o povo em AM)?!

O remédio para os novos desafios não vai surgir de nenhuma cabeça iluminada, mas de um balanço do movimento, da leitura rigorosa da conjuntura e da grandeza de nossa generosidade.

Que partes devem ser avaliadas?

As seguintes perguntas podem ajudar no exame de vários aspectos do trabalho:

- a. Onde estão os resultados?** A primeira pergunta que alguém faz quando entra numa luta é: o que é que eu ganho com isso? Sem ver sinais ou possibilidades concretas, é difícil mobilizar. O pessoal quer comida, terra, lazer, renda, reconhecimento. As vantagens que queremos no futuro – sejam econômicas, políticas, sociais, culturais, espirituais – já devem começar agora.
- b. Onde está a participação?** É mais fácil ter plateia e eleitores, que trabalhadores conscientes e sujeitos. É bom sempre examinar se as lideranças estão facilitando o protagonismo dos trabalhadores e o surgimento de outras lideranças. Ou será que se adonaram do povo por uma prática paternalista e assistencialista que transforma companheiros em campaneiros?!
- c. Onde está a juventude?** Tudo o que é novo tem algo de “aborrecente”. Quem quer inovar, quem não aceita ser manobrado por um dono (mesmo que esteja “vestido de povo”), sempre incomoda. O novo e o velho podem dizer respeito à idade ou à mentalidade. Quando uma organização não se renova nem se amplia, é porque começa a caducar. Existem organizações que, em vez de luta pela vida de muitos, se tornou meio de vida para alguns.

Os **novos atores** têm uma linguagem e um rosto que os movimentos tradicionais nem sempre reconhecem. Usam palavras da “onda”, tratam de dimensões como sexualidade, raça, subjetividade, ecologia, cultura, religião e trazem grande entusiasmo. São temas antigos, transformados em formas de luta e mobilização. Será sempre necessário distinguir a verdadeira rebeldia, de um lado, e aquilo que é modismo, de outro.

- d. Onde está a competência?** *Agir sobre a realidade é a única forma de provar que se pode mudar a realidade.* Quer dizer, junto com o sonho e a garra, *é preciso saber fazer.* É uma deficiência ser técnico e não ser político, mas é uma desmoralização ser um militante político e não botar a mão na massa. A competência que se precisa no trabalho de base, é a capacidade de desmontar a exploração, onde quer que ela apareça. Mas, também, a capacidade de apresentar propostas, com fundamento, que possam ajudar na construção da nova sociedade.
- e. Onde está o rumo?** Não queremos *remendar o velho*. Lutamos pela *transformação total do mundo* e das pessoas. Por isso, não vamos “vender a alma” em troca de concessões. Queremos homens e mulheres orgulhosos de sua dignidade e comprometimento com a nova convivência entre todas as pessoas. Essa orientação guia nossos esforços.
- f. Onde está a disciplina?** A postura **liberal** de muitas lideranças tem irritado e cansado muitos militantes. *Disciplina exige pontualidade.* É chato chegar na hora e ficar esperando por alguém que, sem motivo, vai chegar atrasado. Mas, disciplina, é muito mais que obediência a uma ordem ou horário: **é o cumprimento dos acertos coletivos.** É uma convicção que nasce no interior da pessoa, como um profundo respeito por si mesma e pelos companheiros. É um zelo que se treina, todo o dia, pensando na própria sobrevivência e no avanço e segurança do movimento. Disciplina, então, é realizar com perfeição as tarefas assumidas, ser

fiel ao plano traçado, corresponsabilidade política e financeira, respeito a cada companheiro e cada companheira, sobretudo aos iniciantes. Disciplina é chegar às reuniões com propostas fundamentadas, é cobrar o combinado e aceitar, com humildade, a cobrança merecida.

7. A “alma” do trabalho de base

“Temos nossas mentes e nossas mãos, cheias da semente da aurora e estamos dispostos a semeá-la e a defendê-la para que dê frutos.”
- Che Guevara

O trabalho de base não é uma “tática” para atrair o povo; nem um conjunto de técnicas que se forem bem aplicadas, podem dar bons resultados. Embora o trabalho de base seja também uma metodologia, ele vai bem além de qualquer “modelo”.

O trabalho de base é uma paixão assumida por gente que se entrega por seu tesouro. É paixão indignada contra qualquer

injustiça e que se multiplica em ternura pelos companheiros. Esse *modo apaixonado de crer no povo e de multiplicar*, está na alma de quem se entrega para que a maioria se torne gente. O envolvimento na construção deste modo de viver sem a marca da dominação dá entusiasmo a essa *convicção contagiante*. Esse jeito de fazer política dá certo porque tem seu alicerce nessas convicções. Isso torna a política uma atividade sensível, comprometida e criativa. Este é o segredo, que plantado na alma, motiva o militante para entregar-se à realização do projeto popular.

A fé na vida, o amor pelo povo, o sonho da liberdade e a fraternidade universal, formam a força interior que impulsiona o militante, principalmente nos momentos da dor, da dúvida e das derrotas. Está presente diariamente na alegria de viver, na disposição para a luta, na esperança sem ilusões, no canto, nos símbolos, na beleza do ambiente, nas celebrações e, sobretudo, no *companheirismo*. Essas posturas e atitudes, individuais e coletivas, revelam desde já, o sabor da convivência solidária que sonhamos para todos.



Reflexões e técnicas de como organizar plenárias e reuniões

Três textos extraído do Caderno Dicas, Ano 01, Números 01, 02 e 03 (<http://missaoruymaumarini.blogspot.com/>) do Coletivo de Educação Popular – Escola Bolivariana de Poder Popular

A importância da reunião

A reunião é o mecanismo por meio do qual se exercita o trabalho coletivo em qualquer nível. A reunião somente alcança este objetivo, além daqueles objetivos para os quais foi programada, quando se realiza da maneira organizada. Uma reunião desorganizada não deixa de ser uma “conversa”, um encontro de amigos ou de compadres. Toda reunião, para ser operante, terá que ser organizada.

Entre indivíduos desorganizados, as reuniões não têm hora para começar nem para terminar; além disso, se realiza de maneira a mais anárquica imaginável. Os que gostam de aparecer se mostram felizes nesta reunião que não tem hora para terminar. Se a reunião não tem pré-estabelecido o tempo de sua duração, em geral se realiza de maneira desorganizada.

Uma reunião séria se compõe de quatro partes: preparação, informe com balanço crítico, plano de trabalho, distribuição e controle.

Na preparação da reunião, o coordenador responsável estabelece o local da reunião, a pauta, escreve o informe para as tarefas que se seguirão à reunião.

Uma vez reunidos todos os integrantes da coordenação que vai se reunir, se discute o tempo em que vão estar reunidos. Se o tempo aprovado é de 120 minutos, as três partes seguintes da reunião terão tempo programado. Em 5 minutos deve-se ler o informe e balanço crítico. Em 45 minutos, os integrantes da reunião terão que discutir o informe. Se estes são em número de 9, cada um terá 5 minutos para sua intervenção. De igual modo deve-se proceder para a duração do Plano de Trabalho e os 20 ou 30 minutos que sobram serão empregados para a distribuição das tarefas e estabelecimento das datas de controle, porque tarefa sem controle não passa de boas intenções: ninguém as cumpre;

O coordenador de uma reunião é responsável pelo cumprimento das normas organizativas da reunião. Daí, se seus companheiros aprovam os tempos para cada pessoa ou para cada parte da reunião, o coordenador deve fazer cumprir o estabelecido a fim de que a reunião não passe dos 120 minutos. Dilatar o horário, tão somente para satisfazer um “pavão” ou um desorganizado que alega demagogicamente que não tem liberdade para expor sua opinião, é não respeitar a vontade da maioria que aprovou o tempo de 120 minutos e 5 minutos para cada pessoa.

Somente se dilata o tempo de uma reunião quando a maioria dos integrantes da mesma decide modificar o tempo de duração. A utilização do tempo nas reuniões permite harmonizar a organização da mesma e, do mesmo modo, permite educar os militantes a fim de que tratem exclusivamente de assuntos fundamentais, deixando de lado os assuntos secundários e de interesse puramente pessoais que não se referem à organização. Da mesma forma, o respeito ao tempo estabelecido conduz a que as pessoas ou cada qual organize sua intervenção, tornando-a mais racional possível.

Para refletir sobre a prática

As dicas que se seguem não são apenas para serem lidas. Servem para orientar a prática de crítica e autocrítica nas várias instâncias da organização de que fazemos parte. O Objetivo principal das mesmas é contribuir para que superemos nossas dificuldades.

1) Que todos compareçam as reuniões. Se vierem poucos, valorizar a estes e trabalhar com os que estiverem presentes, sem ficar chorando a ausência dos demais: poucos e bons fazem mais do que muitos indecisos.

2) Nunca chegar atrasado e, se não der para chegar a tempo, pedir desculpas ao grupo: todos merecem respeito, tanto o que chega como os que já estão na reunião.

3) Durante o encontro não ficar procurando falhas nem nos dirigentes nem no comportamento dos companheiros. A desconfiança, a suspeita deve ser sempre esclarecida, diretamente com as pessoas e nas reuniões.

4) Aceitar sempre participar das comissões, trabalhos ou dar opiniões, porque realizar é melhor do que ficar criticando ou tirar o corpo fora.

5) Tanto no grupo como nas comissões em que tomar parte, trabalhar sempre, para não ser figura de enfeite.

6) Se alguém pedir opinião sobre um assunto importante, procurar dizer sempre alguma coisa (sem repetir o que já foi dito), mesmo que o assunto não seja simpático.

7) As maneiras de ver “como deveriam ser as coisas, devem ser externadas durante o encontro e não depois dele. A “indireta”, o fuxico, a fofoca o “leva-e-traz” corroem a convivência.

8) Ninguém deve fazer apenas o absolutamente necessário, mas procurar ajudar e encorajar os demais. As críticas também são formas de ajuda, desde que sejam construtivas e sejam feitas para melhorar.

9) Procurar ver sempre os encontros, festas ou outras atividades como uma oportunidade de confraternização e não de desperdício de tempo e de dinheiro.

10) Não ficar se queixando disto ou daquilo, importunando os companheiros com as mesmas doenças ou conversas, mesmo problemas e fofocas, mas viver interessado no crescimento do grupo e de cada pessoa.

Técnicas para coordenar plenárias e reuniões

Composição da mesa

A primeira deliberação após a instalação da plenária é a composição da mesa de trabalhos. A mesa é montada a partir da diretoria da respectiva entidade, cabendo à plenária sua aprovação ou não. Se desaprovada, a mesa deve encaminhar por votação as propostas

existentes sobre sua composição, sempre em bloco, isto é, toda mesa e não cargo por cargo – presidente e secretários. Compete à mesa, em consonância com o Regimento Interno da instância, estabelecer critérios sobre a organização dos debates tais como:

- inscrição de oradores e o tempo que cada um tem para falar ou expor seu ponto de vista sobre os pontos de pauta em discussão;
- propor quantos oradores serão inscritos;
- alternância dos oradores favoráveis ou desfavoráveis à matéria que está sendo posta em discussão;
- disciplinar os trabalhos, para que todos cumpram os critérios estipulados (tempo, quantidade de oradores, etc.) nos debates sobre os pontos de pauta.

A Pauta

Uma vez aprovada, a mesa deve proceder à composição da pauta, sua duração e o tempo de cada intervenção. A pauta deve ser votada pela maioria simples da plenária. Por ordem os assuntos definidos na pauta devem ser:

- 1 - a duração da assembleia ou reunião, o teto;**
- 2 - os pontos da pauta;**
- 3 - o tempo para cada ponto;**
- 4 - o tempo para cada intervenção.**

É função da mesa informar à plenária sobre o número de intervenções possíveis dentro de cada ponto, bem como calcular o tempo suficiente ao encaminhamento de cada discussão, propondo encerrar as inscrições em cada falação. Por exemplo. Suponhamos que se tenha 40 minutos para determinado assunto. O procedimento correto é começar pelo fim, ou seja:

1. a mesa calcula o tempo necessário que ela levará para realizar os encaminhamentos da assembleia ou reunião (apresentação de proposta, sistematização, defesas e votação).
2. em seguida, projeta-se sobre o tempo restante o número de inscrições (30 minutos, 10 inscrições, o que sugere à mesa o encerramento das inscrições após 6 ou 7 falações na intervenção seguinte).

As Questões

As questões são recursos da dinâmica de uma assembleia ou reunião. São também as regras de seu funcionamento.

Questão de ordem - A questão de ordem procede todo tipo de questão feita à mesa. Tanto em plenária quanto em reunião, a questão de ordem é acatada ou não por vontade da mesa. Não sendo acatada pela última, a questão de ordem pode ser colocada em votação pela plenária, isto é, o plenário decide pela questão de ordem (aqui sugerimos, pela experiência, encaminhar a questão de ordem "polêmica" para a plenária). A predominância da questão de ordem sobre outros tipos de questões deve-se a sua natureza. Ela objetiva sempre a correção de algum desvio, distorção ou equívoco na discussão em curso relativo ao Estatuto, precedentes, decisões anteriores já tomadas em caráter deliberativo, etc.. Por exemplo: suponhamos que em uma assembleia alguém encaminhe à mesa uma proposta que fere o Estatuto da entidade. Ou ainda, que esteja em discussão a realização de um determinado evento onde se encaminhe inicialmente os responsáveis por ele. Nesse caso, a questão de ordem deve lembrar a ordem das coisas; primeiro aprovasse ou não o evento e depois definisse os responsáveis.

Questão de esclarecimento - A questão de esclarecimento pode ser solicitada em relação às propostas, questões de ordens, pauta, etc.. Só não pode ser feita sobre a intervenção de alguém ou durante algum processo de votação.

Questão de encaminhamento - Este tipo de questão é solicitada para a proposição de metodologia e de condução da discussão, reunião ou plenária. A questão de encaminhamento é sempre uma proposta sobre determinado ponto discutido.

Regime de votação - É o momento através do qual a plenária manifesta soberanamente sua vontade deliberativa. O regime de votação é proposto pela mesa que coordena os trabalhos que consulta a plenária sobre a necessidade de defesas relativas às propostas sobre a matéria que está sendo discutida. Não havendo essa necessidade a mesa dá pôr encerrada a fase de discussão e inicia o processo de votação. Nesse momento não cabe mais nenhum recurso do tipo questão de ordem ou esclarecimento.

Vocabulário

ABSTENÇÃO – voto em branco.

ADENDO - é uma complementação a uma proposta, sugestão de emenda

APARTE – é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento sobre a matéria em debate. O aparte deve ser concedido pelo orador e não pode exceder o tempo estabelecido.

ATA – documento pelo qual deverá constar de uma maneira clara e sucinta todos os assuntos tratados e deliberados em uma sessão. Após sua redação deverá ser lida e submetida à aprovação pelo plenário.

DECLARAÇÃO DE VOTO - é quando se justifica o voto, verbalmente ou por escrito, perante o processo de votação. É pedido após a votação.

DELIBERAÇÕES - as propostas, que submetidas à votação em plenária, foram aprovadas pela maioria, e devem ser viabilizadas.

DISCUSSÃO – é a fase do debate da(s) proposição (ões) em plenário, ou em qualquer comissão antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

ENCAMINHAMENTO - é a forma de condução de um ponto de discussão, reunião ou plenária.

INDICATIVO – são propostas aprovadas em plenária, que não possuem caráter deliberativo.

INFORMES – informações gerais apresentadas no início da reunião, plenária ou assembleia.

MOÇÃO – é uma manifestação (de repúdio, solidariedade, apoio etc.) lida em plenária, reunião ou assembleia, e submetida à votação pela mesma.

PAUTA – é a relação de pontos que devem ser levantados no início da reunião para posterior discussão. Darão o norte à mesma.

PLENÁRIA – momento destinado à discussão da organização e apreciação de propostas.

QUESTÃO DE ENCAMINHAMENTO - é solicitada para a proposição de metodologia e de condução da discussão, reunião ou plenária.

QUESTÃO DE ORDEM – é exigida quando a discussão está fora de controle, no intuito de organizá-la.

QUESTÃO DE ESCLARECIMENTO – deve ser solicitada quando alguém tiver dúvidas sobre o que está em discussão.

REGIME DE VOTAÇÃO – é o período de votação de uma proposta. Durante este não são aceitas intervenções.

INSTÂNCIA – são espaços de discussão que possuem atributos e encargos deliberativos específicos.

Planejamento do trabalho

Texto extraído do Caderno Dicas, Ano 01, Número 04 (<http://missaoruymaumarini.blogspot.com/>) do Coletivo de Educação Popular – Escola Bolivariana de Poder Popular

Apresentação

Toda a militância tem claras as dificuldades que enfrentamos quando realizamos alguma atividade. Quantas são as situações que nos deparamos com novos problemas e necessidades que nunca enfrentamos antes, ou que mesmo tendo enfrentado, temos dificuldade de supera-los.

O Planejamento surge da necessidade de visualizar as soluções para nossos problemas, antes de começar a agir. Planejando podemos colocar em ordem as tarefas a realizar economizando esforço, tempo e recursos.

O objetivo deste material é contribuir para a educação política dos dirigentes e militantes do campo popular e classista fornecendo orientações metodológicas que possam orientar o trabalho nas entidades e as ações das organizações do povo.

Estamos certos que este material se constituirá num fecundo instrumento de trabalho para o planejamento das ações cotidianas.

Introdução

Quando nos propomos a agir é porque temos problemas, necessidades ou desejos, ou seja, situações que queremos transformar. Para conquistar nossos objetivos temos de agir de forma ordenada, onde possamos propor e cumprir etapas. Para tudo isto existe uma ferramenta: o planejamento. Que vantagem nos traz?

Planejar significa ter perspectiva. Olhar o próximo passo (o amanhã) como também os passos mais a frente (o próximo mês, o semestre todo, por exemplo).

Planejar significa priorizar. Sempre há muitos objetivos e tarefas e o planejamento permite destacar o principal e o secundário. Não se trata de querer “fazer tudo”, mas sim, de saber o que é possível cumprir.

Planejar significa harmonizar. É necessário unir os companheiros para atingir um objetivo comum.

Planejar significa dividir o trabalho, porém unificando os esforços.

Planejar significa distribuir tarefas. É preciso evitar a centralização de tarefas em poucos militantes. As tarefas devem ser assumidas por todos.

Planejar significa aplicar a linha política geral que emana de nosso programa. Quando planejamos, concretizamos a linha geral, trazendo-a para a situação específica em que estamos trabalhando. Esta tarefa exige dos militantes uma capacidade de criação, uma iniciativa que fortalecerá a todos.

Planejar é um processo coletivo, não pode ser realizado por um só indivíduo. O planejamento exige a discussão por todos, a opinião de todos, a crítica e o controle de todos os companheiros. O planejamento é um processo de tomada de decisões.

Planejar é um processo de capacitação política. Um militante não se capacita somente nas palestras, cursos e seminários. Forma-se fundamentalmente na prática, através do trabalho coletivo, do exemplo de seus companheiros.

Planejar significa avaliar permanentemente o programa de ação, mudar ou corrigir os objetivos, melhorar os rumos, preparar melhor o pessoal. Tudo isso vai dar uma nova força e assim pode nascer uma nova etapa do planejamento que pode ser animado com novos objetivos e novas metas. Logo, enquanto se executa também vai se avaliando e assim por diante.

O planejamento

Para se realizar o planejamento é importante se fazer algumas perguntas:

- Quais são os problemas e as necessidades? (diagnóstico da realidade) Qualquer atividade se realiza para enfrentar algum problema. Antes de planejar uma atividade, será necessário perguntar-se a que problema se pretende responder e refletir.
- O que queremos alcançar? (os objetivos) As atividades buscam dar soluções a problemas, mas seguramente não poderão resolvê-los por completo; por isso é necessário que nas atividades se tenha claro o que se pretende alcançar.
- O que devemos fazer para alcançar os objetivos? (atividades) Para se alcançar os objetivos, deve-se realizar atividades. Pode haver diversos tipos de atividades para alcançar um mesmo objetivo. O importante é escolher aquelas que os militantes possam realmente assumir. Ou seja que tenham capacidade, recursos e entusiasmo para leva-las até o fim.
- Como vamos saber se chegamos?(avaliação) A falta de avaliação permanente é a causa da desorganização, do táfismo, do desânimo, do fracasso. Com a avaliação devemos desenvolver a crítica dentro do grupo.

Consiste em uma revisão das atividades e em observar se estas contribuíram para atingir os objetivos propostos.

Os passos do planejamento

PRIMEIRO PASSO: Qual é o problema? Identificação dos problemas, necessidades e suas causas.

Precisaremos juntar os militantes que conhecem ou se interessam pela situação e procurar, com a contribuição e a experiência de todos, identificar os problemas que fazem parte dessa situação e suas possíveis causas. Ao dar esse primeiro passo o grupo pode se defrontar com uma entre duas situações:

- o grupo tem informações suficientes para identificar os problemas e suas causas,
- ou o grupo não se sente seguro o suficiente para fazer isso.

No segundo caso, para se sentir mais seguro, o grupo poderá procurar o apoio de outras pessoas que dispõem de melhores informações sobre os problemas da situação em estudo. Esse apoio pode ser obtido tanto através de outros grupos que tenha passado por problemas semelhantes como através de pessoas que conheçam especificamente o problema.

A identificação dos problemas e suas causas exige um conhecimento das linhas políticas que defendemos, da realidade do local onde estamos atuando e, quando existe, da avaliação crítica e autocrítica do trabalho anteriormente realizado.

O estudo de nossa linha política. Não se pode dirigir corretamente o trabalho se não conhecermos a fundo o programa e a linha política de nossa organização. Para orientar o trabalho é preciso que os militantes construam coletivamente a linha política.

O estudo da realidade do local em que se está trabalhando. Para realizar este estudo o militante precisa fazer:

a) uma análise política e social do local onde se está trabalhando. Quer dizer, temos de conhecer a realidade política e social deste local. Temos de analisar:

- a composição social do local ;
- o estado de ânimo dos setores populares e suas reivindicações
- a correlação de forças entre as forças políticas;
- o grau de organização e consciência do povo;
- o grau de organização da organização (estrutura, recursos materiais e humanos);
- nossas debilidades, principalmente nas questões que consideramos mais importantes.

b) a avaliação crítica e autocrítica do trabalho realizado anteriormente.

Neste processo de indagação e discussão com os interessados sobre os problemas e suas causas é importante anotarmos os resultados obtidos e montarmos um arquivo. Toda a experiência, avaliações, planos, os dados do conhecimento da realidade, tudo deve ser guardado nele de modo organizado. No arquivo estará toda a experiência cotidiana.

SEGUNDO PASSO: O que queremos alcançar? Os objetivos gerais e intermediários e a ordem de prioridades.

Uma vez feito o levantamento dos problemas e suas causas vamos procurar definir aquelas que são as mais importantes. E entre as mais importantes tentaremos eleger as que temos possibilidades de enfrentar e resolvê-las.

Mas se são várias as causas que sentimos que podemos enfrentar, vamos ter que escolher aquelas que devem ser atacadas primeiro e as que podem ficar para etapas posteriores.

Nossos objetivos devem considerar as condições e as exigências do momento. Ao formular nossos objetivos devemos ter consciência de que eles sairão de nossa imaginação. Estas questões contribuem para a formação dos objetivos, porém o essencial é que os objetivos devem ser claros para todos e não apenas na cabeça de um pequeno grupo.

Essa primeira rodada de discussões deve conduzir, então, as primeiras definições:

- o objetivo geral, que é resolver a situação que estaremos enfrentando;
- os objetivos intermediários, que consistem na resolução dos problemas cujas soluções nos levariam a vencer os desafios da situação;

- a ordem de prioridades, que é a organização dos objetivos intermediários entre os que tentaremos alcançar primeiro e os que deixaremos para as etapas posteriores.

TERCEIRO PASSO: Que devemos fazer para alcançar os objetivos?

Estabelecimento das atividades e da estratégia de ação.

Com os objetivos definidos, vamos escolher as ações que deveremos realizar para concretiza-los. Numa reunião serão listados os possíveis passos a serem dados.

Feita essa nova lista (assim como foi feito para determinar os objetivos intermediários), o pessoal passa a identificar e a escolher entre todos os caminhos mais indicados, quais os mais convenientes e possíveis de serem percorridos pelo grupo. Uma vez feita esta, o pessoal já tem definida a sua estratégia de ação ou linha de trabalho.

Todas as perguntas que vão surgindo durante o estudo sobre o que é preciso fazer para alcançar os objetivos estabelecidos ajudam o grupo a conhecer:

- as atividades que deverão ser desenvolvidas; - os recursos com quais se conta;
- os recursos com os quais ainda não se conta, mas que serão necessários no percurso planejado; - aquilo que poderia frear a ação;
- aquilo que poderia ajudar a avançar na busca dos objetivos.
- Esse estudo ajuda o grupo a estabelecer:
- quais as ações que poderá ou não desenvolver dentro das suas possibilidades;
- quais dessas ações deveriam ser realizadas antes de outras;
- quais poderão ser desenvolvidas sem a ajuda de ninguém;
- quais precisarão de ajuda de fora, etc;

Enfim, respondendo as perguntas que surgirem ao estudar as possíveis ações e as limitações do grupo, ele poderá estabelecer a sua estratégia de ação: a maneira de atuar como grupo na realização das tarefas.

Uma vez que as atividades principais foram definidas, é necessário estudarmos o que fazer para executar cada uma delas e começar o trabalho. Desenvolver cada atividade significa realizar uma série de tarefas a ela inerentes. Ao detalharmos essas tarefas, poderemos ordena-las da maneira mais adequada às nossas necessidades e, ao mesmo tempo, ordenar o trabalho de acordo com as nossas possibilidades.

Lembramos que, nesse ponto, novamente o pessoal se depara com profundidade os detalhes de cada atividade.

Essas perguntas se referem:

- às tarefas necessárias para realizar cada atividade;
- ao número de pessoas para cada tarefa; - aos recursos necessários;
- ao tempo necessário para realizar cada tarefa; - aos obstáculos que poderão ser encontrados;
- aos apoios que serão necessários.

Nesse momento, já temos os elementos para definirmos os planos de trabalho. Os planos de trabalho podem ser elaborados em fichas contendo as seguintes perguntas:

O que fazer	Para que	Como	Fazer com o que	Quando	Onde	Quem
Atividade	Objetivo	Execução	Recursos	Data ou período	Local	Responsáveis

Existem vários tipos de planos:

- **Planos por campanha:** São planos de trabalho com tempo definido. Seu objetivo é mobilizar e organizar por um motivo determinado, com fins específicos.
- **Planos funcionais:**
 1. *propaganda e mobilização:* confecção de material e sua distribuição, atividades culturais, elaboração de um boletim informativo, convocação para participar de atos públicos, etc.
 2. *organização:* definição dos objetivos, metas e atividades. Também trata da organização das reuniões, da coordenação das diversas atividades, da preparação de atos realizados, convocação de militantes, etc.
 3. *finanças:* promoção de atividades para angariar recursos, estabelecimento de critérios para uso e controle dos recursos existentes, estimativa de entrada e de gastos, etc.
 4. *formação política:* grupos de estudo e de formação, seminários.
 5. *planos individuais:* definem as responsabilidades de cada militante a curto e a longo prazo (em campanhas específicas). Cada companheiro faz seus planos de trabalho, a partir das decisões tomadas. É importante anotar as tarefas, o que já foi realizado, o que falta, a fim de facilitar o cumprimento do que foi discutido.
 6. *plano geral:* o plano geral permite uma visão de conjunto dos planos particulares. Não é um mero resumo, mas uma visão global do que se pretende fazer. É indispensável para que não se perca nos detalhes, não se desvie do objetivo principal.

O plano geral tem duas fases:

- *no início* da elaboração dos planos funcionais. É preciso ter uma ideia geral do que se quer fazer, para se ter uma ideia dos limites.
- *no final*, quando já se elaboram planos específicos, o que torna a visão geral mais clara e concreta.

Junto com o plano devemos elaborar também o cronograma. Numa folha fazemos uma ficha e colocamos todas as atividades distribuídas no ano ou no mês, conforme a organização. O cronograma pode nos ajudar a preparar as atividades com antecedência.

QUARTO PASSO: Como nós vamos saber que chegamos? Avaliação ou Revisão

Em primeiro lugar é importante ficar claro que a avaliação faz parte do processo de planejamento e ela se realiza no decorrer da caminhada. Deve existir uma revisão permanente do que foi planejado, uma vez que não existe plano infalível, tampouco o plano definitivo.

Os acertos necessários vão sendo feitos durante a caminhada, pois a realidade provoca mudanças no plano e o plano provoca mudanças na realidade.

Por outro lado, há a necessidade de estabelecer momentos de avaliação sistemática, com preparação prévia, porque no ato da avaliação ainda há planejamento.

Avaliar significa rever a prática da organização e verificar os avanços com relação aos objetivos formulados; significa fazer uma análise dos erros e acertos na condução do trabalho.

A avaliação se faz retomando o plano de trabalho e verificando o que foi feito e o que se deixou de fazer e por que. Ela ajuda a desenvolver a crítica no grupo, faz o grupo crescer e os participantes aperfeiçoam o trabalho de grupo.

A avaliação consiste na revisão das atividades, dentro daquilo que havia sido previsto e ajuda a repensar o plano de trabalho.

Crítérios para a avaliação

Avaliar não é achar a culpa nos demais, para depois ficar criticando tudo e não fazendo nada. Avaliar não é criticar negativamente. É um processo de crítica e autocritica onde, sobretudo, tem que existir uma predisposição de abertura. É um processo de aprendizagem e fortalecimento do grupo.

Portanto, para avaliar todos tem que entrar no mesmo barco e se colocar em condição de igualdade. Se existem dominadores é porque existem aqueles que permitem a dominação, e é essa relação que tem que ir sendo superada na prática.

Avaliar não é somente julgar, mas sobretudo analisar. Avaliar é conhecer o presente, olhando para trás e poder sempre seguir adiam-te. Uma boa avaliação ao fim de uma ação significa um grande passo para o bom princípio de outra.

Agora é bom lembrar que existe uma diferença entre resultado e o processo. As vezes o resultado parece negativo, mas o processo oferece grandes contribuições ou oportunidades de amadurecimento do projeto e dos militantes. A avaliação deve se preocupar também com a autocritica, uma auto-avaliação da prática individual.

O importante em toda atividade, em toda a nossa vida, é extrair da experiência uma aprendizagem para reorientar a caminhada.

Observações importantes

Um bom plano não é aquele que quer abarcar tudo e que nos deixa sem rumo. Às vezes um planejamento modesto, com poucas atividades mais importantes e que corresponda, às expectativas e necessidades da maioria pode ser mais eficaz. Em outras palavras é o que sempre falamos no dia a dia "dar os passos de acordo com as pernas".

É preciso que todos entendam o que estão fazendo e porque estão fazendo. Outra dica importante é que o planejamento deve levar sempre em conta o equilíbrio entre o que gostaríamos (nossos sonhos) e a realidade concreta.

Sentir bem se o povo e os militantes se sentem motivados e ouvir as lideranças, pode fazer surgirem propostas para melhorar o plano, mas sempre tendo como alicerce o real e o possível naquele momento e naquela realidade. É importante também que o grupo tenha um lugar onde seja fixado o planejamento para que todos possam recorrer a ele e se orientar.

Conclusão

Todos os critérios metodológicos para o planejamento e avaliação pratica podem caminhar juntos: enquanto se planeja, também se vai regimentando uma avaliação mais completa das atividades, porque assim sabemos a que nos propusemos, quanto queríamos alcançar, como queríamos fazer e quem tinha responsabilidades definidas. O planejamento do trabalho significa dividir racionalmente todas as tarefas.

Na organização não é suficiente planejar, executar e avaliar somente as atividades. É fundamental estar atento à dimensão pessoal, individual de cada participante, do relacionamento pessoal no grupo, que se não são enfrentados no momento adequado, podem converter-se em conflitos difíceis de serem resolvidos.

Por isso a avaliação permanente da organização e das relações pessoais e grupais é uma tarefa necessária. O grupo deve utilizar sua criatividade para esses momentos trabalhando a dimensão pessoal, quer seja com confraternizações, encontros de revisão de vida, etc ...

A militância ganhará cada vez mais experiência em planejar o trabalho na medida em que estas etapas e regras se transformarem em hábito, que sejam aplicadas e melhoradas permanentemente na sua aplicação cotidiana.

Jovem ativista oferece flor à guarda nacional. EUA, 1967.

II PERFIL DO MILITANTE DO POVO E CRÍTICA AO ATIVISMO

© Marc R. B.

Autodefesa na Ocupação Pinheirinho. São Paulo, 2012.

Militância e Ativismo: Porque uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa

Artigo do Coletivo Lula Libertária publicado em duas partes no boletim mensal Combate Anarquista, números 37 e 38, julho/agosto de 2004.

No meio libertário é grande a confusão que se faz em torno do conceito de militância. Chega-se inclusive ao absurdo de tratá-lo como algo próprio do que é ou de quem é militar, ou na melhor das hipóteses, como se fosse algo dogmático, padronizado, típico de um militante comunista ortodoxo.

Caracterizações como essas evidenciam um infeliz e desperado esforço de aproximar a militância de algo autoritário e hierárquico, supervalorizando um vocabulário institucionalizado, e aí sim militar, em detrimento de toda uma infinidade de conceitos produzidos a partir da luta real e histórica de organizações populares e específicas anarquistas em busca de uma sociedade mais justa. Evidenciam também um claro desrespeito ao histórico de lutas do trabalhador, que forjou cada um desses conceitos com seu próprio sangue e dedicação ao longo dos tempos e em diversos lugares.

Geralmente os críticos da militância opõem a ela e propõem como forma de atuação política o ativismo. Mas será que militância e ativismo podem ser comparados e substituídos um pelo outro? Muito mais do que termos, palavras diferentes, ambos são conceitos diferentes e como tais têm conteúdos diferentes que em nosso ponto de vista, mais do que se distinguem, se opõem muitos aspectos.

Militância, por exemplo, pressupõe um grau de entrega, seriedade e compromisso que geralmente não está presente no ativismo, assim como o desenvolvimento de um trabalho regular que busque envolver na luta revolucionária os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade. Militância também pressupõe um trabalho de longo prazo onde o militante verdadeiramente comprometido vê-se obrigado a reorganizar sua própria vida, abrir mão de muita coisa, enfim transformar sua própria vida em prática militante.

Enquanto na militância ela própria passa a ser a vida do militante, no ativismo acontece a relação oposta e a própria vida é que passa a ser a prática ativista. No primeiro caso, a vida pessoal se adapta às necessidades da luta, no segundo caso, é a militância que deve caber na vida pessoal do indivíduo. Dessa maneira cria-se um estilo diferenciado, que inclui o modo de se vestir e adornar o corpo, de se alimentar, a maneira de morar e decorar a casa, de se manter economicamente e se desenvolve o gosto cultural pelo que é supostamente “consciente”, entre outras coisas.

Criam-se variações, atuações criativas e esporádicas onde “tudo é anarquismo”. Enfim opta-se por um estilo de vida excêntrico que passa a ser a própria atuação política, possibilitando assim, que não se precise abrir mão de nenhum prazer e diversão em prol da “revolução”, pois ela já foi feita por ele (o ativista) consigo mesmo. É como se a revolução fosse algo meramente individual, existente no comportamento, e não um processo social.

Tudo isso faz com que a partir do ativismo o cara não se veja mais como um trabalhador, explorado pelo capitalismo e oprimido pelo Estado, mas unicamente como ativista, afastando-se dos meios sociais “normais e alienados”, identificando-se apenas com outros ativistas e criando um isolamento do campo popular incompatível com a militância. Muitas vezes reproduzindo preconceitos de classe sociais intermediárias da sociedade, onde têm origem muitos jovens que se aproximam do ativismo, segundo a autocrítica do próprio *Reclaim the Streets* – grupo inglês que foi um dos maiores incentivadores da dinâmica ativista no final da década de 90.

O ativismo em relação aos movimentos sociais e à população em geral

Esse isolamento dá origem a um grupo social peculiar que tem certas normas de conduta e que se opõe a outros grupos devido a sua visão diferenciada de mundo, opondo-se inclusive ao próprio trabalhador enquanto representante das classes oprimidas, que passa a ser visto como uma “pessoa comum” ou alguém que “não tem nada a ver”. Este tipo de ativista constitui um novo gueto social, com seus próprios valores e no final das contas tem grandes dificuldades de dialogar com todo aquele que seja diferente dele. É interessante notar que quando se encontram alguns destes ativistas em meio a um público mais amplo eles conversam apenas entre eles, apenas sobre os sons, os lugares, as coisas que interessam a eles, um tipo de papo que simplesmente impede o contato de quem seja diferente, não nenhum esforço para conhecer, se integrar, dialogar.

Ironicamente o ativista se propõe a lutar contra o capitalismo, e fica implícito que luta contra os efeitos perversos deste sistema. Ora quem mais sofre com este sistema são as classes trabalhadoras e exploradas. Mas o irônico é que os ativistas não lutam nunca com elas e sim por elas, dando origem a uma verdadeira elite dirigente, por mais que esperneiem contra o autoritarismo, o dirigismo, o vanguardismo, refutando isso com palavras, na prática a postura leva justamente a isso. Este ponto é polêmico, pois os próprios defensores do ativismo acusam os militantes mais regulares, pertencentes a grupos políticos e movimentos sociais de serem dirigentes e manipularem as massas. Na verdade essa é uma falsa polêmica, pois o militante em geral faz parte da massa; mesmo que esteja organizado politicamente com pessoas de afinidade política similares; não deixa de ser parte das massas, que sofrem com as mazelas do capitalismo e por isso mesmo se organiza socialmente em movimentos sem feição ideológica, religiosa, etc., que pelo seu perfil Bakunin chamou de movimentos de massa.

O militante só pode ser entendido como dirigente se for no sentido de que o seu dever é o de garantir o caráter revolucionário, e libertário no caso do anarquismo, dos movimentos sociais

e isso se faz não por decreto, mas de igual para igual através de discussão e prática política. Mesmo assim seu papel se resume a isso, cuidar para que o movimento não caia no reformismo e avance cada vez mais e por si mesmo rumo à radicalização e futuramente a uma ruptura revolucionária, sendo essa a única direção para qual ele aponta. O militante anarquista nada mais é do que um fomentador da revolução social nos meios apáticos ou acorrentados pelo reformismo.

Ironicamente é o ativismo que assume um caráter tipicamente dirigente. Uma das atividades mais comuns, e talvez o ponto alto da dinâmica ativista, é mobilizar os que já estão engajados ideologicamente para atos de rua quantitativamente expressivos, festivos e/ou violentos contra o capitalismo e a globalização, nos moldes dos atos promovidos pela AGP [Ação Global dos Povos] ao redor do mundo, sempre em nome da população pobre e explorada, já que é ela quem mais sofre com o capitalismo e a globalização da economia. Atos esses que se tornaram grandes devido ao fenômeno do turismo político (que atrai ativistas de outras regiões e até países), mas que raramente contam com a participação do pivô da história, o trabalhador e suas entidades de luta. Nesse tipo de ato ao trabalhador lamentavelmente fica reservado ao papel de expectador que apenas observa indiferente pela janela do ônibus que o leva a caminho do trabalho.

Mesmo que houvesse alguma participação popular, organizada ou não, num ato desse tipo, ela facilmente seria arrastada pelo ativismo dirigente que pensa, organiza e ideologiza o ato sozinho. Nesse caso existe um muro que separa o ativista, que não atua socialmente, e o militante social, que busca no seu dia a dia envolver cada vez mais gente na luta: o primeiro organiza e o segundo vai na maré. Os papéis são bem claros, enquanto ao militante social cabe toda a tarefa regular e diária, ao ativista resta o trabalho profissional de organizar um ato de vez em quando. É como se o ativista, ou a elite ativista, fosse uma ponte pela qual o trabalhador teria obrigatoriamente que passar rumo à liberdade. Nós como anarquistas sempre reivindicamos o trabalhador como protagonista da transformação social. “A emancipação do trabalhador será obra do próprio trabalhador”, “Façamos nós por nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito”. De que serve a letra da Internacional e o próprio anarquismo se for para atuar isolado do povo ou, o que é pior, em nome dele?

Os dirigentes “invisíveis” e a hierarquia informal

Mas o dirigismo ativista se manifesta é no interior do próprio movimento ativista. Sob o argumento do anti-autoritarismo, abre-se mão de qualquer organicidade, método decisório e principalmente da unidade na ação em prol do espontaneísmo. Porém, freqüentemente o único espontaneísmo que se manifesta é o de uma pequena fração de pessoas que, por serem mais experientes, terem mais tempo livre, possuírem os “contatos”, dominarem melhor as palavras, serem mais desinibidas, terem um tom de voz mais alto e uma infinidade de outros fatores, acabam impondo sua vontade à maioria, que terá que segui-la se quiser “fazer alguma coisa”, segundo a própria lógica ativista de fazer algo em tudo sem centrar forças em nada. Posteriormente o grupo dirigente e engajado arroga-se no direito de cobrar e pôr o dedo na cara de qualquer um que deixar de fazer algo (o que deveria ser um direito já que na dinâmica ativista ninguém é obrigado a fazer o que não queira) e com isso ganhar mais respeito e autoridade ainda, afinal de contas eles foram os que fizeram. Não importa quais foram os resultados, eles fizeram sua parte e sentem-se no direito de cobrar dos que não fizeram. São legítimos líderes.

Para quem tem dúvidas sobre isso, basta fazer um esforço de memória e se perguntar quem decide o destino das verbas arrecadadas em nome do movimento? Quem decide o que deve ser ou não notícia de destaque? Que alguém decide todos sabemos, mas como, quem, com que critérios, tudo isso permanece envolto numa nuvem de fumaça. Por detrás dela estão dirigentes auto-elegidos que fazem e desfazem em nome do coletivo, que de fato dirigem tal como os dirigentes das centrais sindicais e partidos que tanto criticam.

A organicidade e a existência de mecanismos de impeçam a reprodução da autoridade são necessários. O federalismo é uma ferramenta importante onde a democracia direta é exercida nos grupos e a decisão final é tomada numa instância maior entre os delegados dos grupos, mas tanto nesse caso como no caso de grupos menores onde a delegação ainda não é necessária, a unidade na ação é muito importante, pois é ela que permite a realização de qualquer atividade e depois sua avaliação coletiva. Em grupos menores, mais integrados devido à prática diária, a democracia direta é uma realidade, mas em reuniões mais amplas e com pessoas que mal se conhecem, mecanismos como inscrição e tempo de fala são garantias contra a centralização e estimulam a participação coletiva nos debates. Os verdadeiros autoritários, não gostam disso. No caos eles reinam e se impõem, com regras coletivas e igualdade são obrigados a respeitar os demais, já não podem ganhar no grito, o seu personalismo fica melindrado.

O ato pelo ato e a auto-alimentação do movimento

Um dos aspectos negativos do ativismo, citado de passagem no número anterior, é a supervalorização de grandes atos festivos de rua a ponto de serem sua atividade principal. Ora, o que se quer realmente com esses atos? Qual a finalidade de se tentar impedir e só conseguir atrasar em algumas horas uma reunião entre o Banco Mundial e o FMI? Será que com esse atraso eles deixaram de planejar a política econômica para os próximos meses? E se fossem impedidos de se reunir, será que o capitalismo cessaria? Humildemente receamos que não.

Obviamente reuniões como essas só são divulgadas e transformadas em encontros para manter a falsa imagem da democracia, de que tudo é feito aos olhos dos povos de todo o mundo e toda aquela conversa fiada. Será mesmo que o Banco Mundial e o FMI não trocam informações e fazem planos sem que nós saibamos?

Alguns podem até argumentar que os atos servem apenas como simbologia, que representam a indignação popular e que a ação violenta típica do ativismo chama mais atenção (como se o emprego da violência fosse típico unicamente do ativismo), mas acreditamos que isso também não seja verdade. Primeiro porque em geral esse tipo de ato não tem nada de popular, nós já falamos sobre isso e depois, se serve para representar, o que há por trás deles para ser representado? Nossas propostas, enquanto anarquistas e revolucionários que somos, já estão suficientemente difundidas para nos expormos desse jeito e ganharmos a confiança da população pobre e explorada que ainda não está organizada para a luta? Será que nós realmente representamos seus anseios? Novamente receamos que não.

Parece que a lógica da dinâmica ativista é realizar atos e atividades para se auto-alimentar. Na melhor das hipóteses este tipo de prática atrairia apenas os que já estão envolvidos ideologicamente e que são uma minoria esmagadora perante a proporção de gente que seria necessário mobilizar para uma legítima manifestação popular, mas que por fim acaba não cumprindo este papel, pois

como já foi visto na prática a coisa tende a esfriar e os atos se esvaziam. Acaba-se por gastar tempo e energia por nada.

Como militantes acreditamos que nosso trabalho é na verdade um processo que passa por várias fases, que num primeiro momento necessita criar raízes e referências nos movimentos populares autônomos fortalecendo-os e também se fortalecendo para só então partir para um enfrentamento mais direto, sempre com apoio popular no mínimo significativo. Do contrário nada faria sentido, pois assim estaríamos assumindo praticamente um caráter vanguardista se acharmos que a população vai concordar conosco e se conscientizar apenas ao nos ver sambando na Avenida Paulista ou jogando pedra no Mcdonald's. Seria quase um foquismo, só que em vez de armas e seqüestros, batucadas e festas.

Quando colocamos as questões nestes termos a contradição com o ativismo é radical. Nós, como militantes, reconhecemos a importância de atos e manifestações, mas isso tem que ser construído dia-a-dia. Se não tivermos uma força organizada que atue junto aos trabalhadores, estudantes, população dos bairros e favelas, etc. jamais faremos atos realmente eficazes. As pessoas que vão a uma manifestação em sua maioria são pessoas envolvidas com algum trabalho militante, pessoas que sabem o porque da manifestação, seus objetivos, que a construirão coletivamente.

Se militamos regularmente temos como debater isso com as pessoas, nos organizar coletivamente para ir a um ato. Caso contrário irão somente os organizadores e alguma pessoas que estão de passagem e que vez por outra aderem ao ato por curiosidade. Fora isso o único fator que pode "inchar" um ato é uma conjuntura muito positiva, que altere o estado de ânimo de uma parcela da população, mas achamos que não é bom ficar refém da conjuntura, porque ela muda. Exemplo vivo disso foram os atos anti-globalização de 2001, a conjuntura ajudava e muita gente veio, a onda passou e a coisa minguou, e minguou porque ali não havia base real mobilizada, porque não se avançou para a organização popular.

Hoje vemos ativistas embaçbacados com a debandada geral a se perguntar o que aconteceu sem obter resposta. Cadê a AGP? Cade aquela juventude anti-globalização? Alguns fazem listas dos que traíram o movimento, sumiram, imaginam novas siglas, novas palavras de ordem para o movimento, tentam novos encontros, novos atos, tudo em vão. E não encontrar respostas enquanto não fizerem para si mesmos uma auto-crítica que ataca o próprio ativismo. Que a coragem não falte a eles...

Está mais do que provado que não é somente com panfletos de propaganda que se convence alguém a ir a um ato, é com organização popular cotidiana, é com inserção social, por mais trabalhoso e difícil que isso seja. E o ativismo renuncia a isso.

O carnaval político e a destruição da mercadoria

O caráter festivo do dito carnaval político e o fetiche pela destruição da mercadoria também são coisas a se criticar. Esse princípio ativista de "transformar a política numa festa" joga o anarquismo no descrédito frente aos movimentos populares, desrespeita as pessoas sem moradia, escola, trabalho, comida, etc. que não tem nada para comemorar. Transformar a luta em festa o Estado faz a cada dois anos durante as eleições, "a grande festa da democracia" e uma vez ao ano no 1º de Maio, que aliás dizíamos antes que era luta e não festa não é?

Já em relação ao simplório ato de destruição da mercadoria, acreditamos que ele não seja nem um pouco louvável, uma vez que isso não nos traz benefício algum por ser bem diferente da expropriação (onde tomamos de volta o que é nosso por direito

enquanto produtores alienados do fruto de nosso trabalho) e, ao contrário do que se pensa não dá prejuízo a ninguém (a não ser a nós mesmos), simplesmente porque todos ganham: o proprietário que recebe o seguro, a seguradora que foi paga para isso e principalmente a mídia burguesa que se farta junto à população desinformada com cenas de "vandalismo sem sentido". Estas explosões de raiva periódicas parecem uma espécie de dia da desforra, onde ativistas que nada fazem no dia-a-dia, exceto talvez acessar a internet, despejam sua raiva acumulada. O ato se converte numa espécie de catarse coletiva, depois da qual cada um volta ao seu cotidiano, onde a militância raramente está presente. De tempos em tempos uma nova catarse se segue, cada qual se alivia, sente que fez sua parte e que o culpado mesmo é o povo que só olhou e ficou parado. Que pensamentos reconfortantes podem ocorrer nas cabecinhas ocas dos ativistas...

Será que a população que vê tudo bem distante, pela televisão, entende o porquê de o banco, onde está o seu dinheiro conquistado com muito esforço, estar sendo apedrejado? Fica meio difícil explicar que focinho de porco não é tomada quando se está distante dos movimentos sociais organizados que agregam uma boa parte da população e que muitas vezes têm o respeito e o apoio da parte ainda não organizada. Além do mais, destruir a mercadoria sempre foi uma tática da burguesia para regular a economia capitalista segundo seus critérios, com a diferença de que ela sabe exatamente o que está fazendo.

A aceitação do uso da violência e de práticas "ilícitas" por parte dos movimentos sociais sempre foi um ponto delicado de se tocar, principalmente num momento como este, em que a ideologia oficial da burguesia assume um caráter pacifista de combate hipócrita à violência e que é reproduzida pela maioria esmagadora da sociedade. Não que nós sejamos contra o uso da violência, muito pelo contrário, ela é necessária, mas deve ser introduzida nas lutas populares de maneira estrategicamente pensada, do contrário só servirá para nos deturpar e prejudicar como freqüentemente vem sendo feito.

Alguns, argumentando em favor da destruição sem sentido da mercadoria, ainda dizem que ela é justificável porque o coração do capitalismo, ou "sociedade espetacular" segundo seus termos, é feito de vitrines que apresentam a mercadoria deificada. Bom, se esse fosse mesmo o coração do sistema, então estaríamos no século XVI e provavelmente o chamaríamos de mercantilismo.

O "colonialismo ativista", a classe média se dando bem e o porque da militância

O modelo ativista, em alguns aspectos, pode até se justificar em alguns países do chamado primeiro mundo. Mas este tipo de prática vem sendo importada por parcelas do chamado "movimento anti-globalização" sem nenhuma adequação à nossa realidade. O que somente prova que boa parte de nossa juventude, apesar do discurso anti-EUA, anti-Bush, segue tendo uma cabeça muito colonizada. Como se já não bastassem modas de fora, bandas e letras feitas em inglês, convivemos agora com movimentos importados, é o imperialismo ativista, que acha possível se deitar pacificamente no chão numa manifestação de rua em São Paulo: a pedagogia das borrachadas e as marcas nos corpos lembraram aos nossos "europeus", tomados pelo "espírito de Seattle" que vivemos no Brasil.

Existe uma infinidade de organizações populares no campo e na cidade, uma outra infinidade de problemas sociais existentes onde ainda se pode trabalhar. Afastar-se de todos eles sob a desculpa esfarrapada de que são hierárquicos, institucionais,

de que tem problemas, etc é o mesmo que dizer: “eu só atuo onde tudo for libertário, autônomo”. Mas neste caso para que atuar? É uma posição muito cômoda e conformista, não nos envolvermos com nada além de nós. É quase a escolha de atuar por prazer, naquilo que gosto, naquilo que nada me exige além do que eu estou acostumado a fazer, atuar onde estão os meus iguais, minha turma, meus amigos, sem gente diferente, estranha, com outros gostos.

Na verdade, é triste reconhecer isso, boa parte dos ativistas são elementos da classe média com alguma dose de remorso pela situação social da qual se beneficiam e que desejam fazer algo. Mas esse algo tem quer ser agradável, fácil, não exigir sacrifícios, muita dedicação ou convivência com este “estranho povo”. Muitos sabem que isso não dará em nada, e hoje em

dia já há quem viva destes movimentos quase mortos. Vídeos, livros, artigos, palestras e entrevistas na TV fazem muito bem ao ego dos nossos “dirigentes anti-globalização”. Lamentável? Certamente, mas ambição e personalismo se encontram aos montes por aí, não apenas entre os burgueses, mas amiúde entre os nossos ativistas.

Para nós, as disparidades existentes entre a militância anarquista e a dinâmica ativista são gritantes e é por isso que optamos e propomos a atuação da organização anarquista nos movimentos sociais de nossa gente, contribuindo sempre para que sejam combativos e estejam organizados de forma horizontal e que num futuro, não muito distante, esperamos, dêem origem aos legítimos organismos de poder popular em oposição ao poder burguês do Estado e do capital.



Agitação classista na maior favela do Brasil, Sol Nascente, 2023.

Sobre a luta reivindicativa e o papel do trabalho de base combativo: nem subjetivismo, nem fatalismo

Texto foi escrito por Antônio Galego à Plenária Nacional da RECC e ao 1º Encontro Nacional de Oposições Populares, Estudantis e Sindicais (ENOPES) que ocorreram em Novembro de 2013. Hoje Antônio é editor do jornal O Amigo do Povo e militante do GLP.

“... a ciência social, enquanto doutrina moral, não faz outra coisa senão desenvolver e formular os instintos populares. Mas entre estes instintos e esta ciência, há no entanto um abismo que é preciso preencher. Pois se os instintos justos fossem suficientes para a libertação dos povos, eles já estariam libertos há muito tempo. Estes instintos não impediram as massas de aceitar no decurso da sua história, tão melancólica e tão trágica, todos os absurdos religiosos, políticos, econômicos e sociais de que foram eternamente vítimas.” (Mikhail Bakunin)

O objetivo inicial desse texto era combater o subjetivismo na militância, aspecto este responsável em grande parte por erros no curso das lutas reivindicativas e que levam em muitos casos a posteriores “desilusões” ou sectarismos diversos, porém, com o desenrolar da reflexão vimos a importância de incluir o seu oposto na crítica (o fatalismo), tendo em vista dissolver mal entendidos e de fato apresentar uma análise mais “completa” (ainda que obviamente com diversas lacunas).

Primeiramente, devemos entender que as lutas reivindicativas não são logicamente construídas, elas não ocorrem ou deixam de ocorrer simplesmente por serem consideradas mais “justas” ou não, ou seja, as lutas reivindicativas não se formam unicamente por meio da argumentação lógica da justeza de uma causa “X” ou “Y” (o mesmo vale para a revolução: ela não é construída por meio da propaganda e da explicação lógica para os trabalhadores de que a revolução é necessária para acabar com seus males). As lutas reivindicativas ocorrem pelas condições objetivas e históricas que se encontra determinada fração de classe específica (no caso de reivindicações específicas), e o que determina se elas são lutas reivindicativas avançadas ou atrasadas é determinado nesse sentido por estes fatores históricos e objetivos, ou seja, relativos. Por exemplo, a luta internacional pela jornada de trabalho de 8 horas, ocorrida desde o século XIX, não nos torna mais avançados por lutarmos pela jornada de 6h atualmente. O mesmo pode ocorrer em algum local do país onde os estudantes estejam reivindicando o meio-passe, ao invés do passe-livre. Ou trabalhadores rurais que reivindicam o pagamento do salário atrasado, da marmita estragada, ou demais lutas reativas e defensivas, ao invés do salário mínimo indicado pelo DIEESE. Estudantes que defendem a não adesão ao ENEM, ou o fim das taxas do vestibular, ao invés do fim do vestibular. Talvez realmente em termos políticos estas sejam reivindicações “atrasadas”, porém, o são relativamente ao que está em pauta nas frações ou setores mais avançados do proletariado brasileiro, mas não, muitas

vezes, em relação as condições particulares de determinado local de trabalho, estudo ou moradia.

As conjunturas de refluxo ou assenso colocam toda a classe trabalhadora nestas condições, até mesmo seus setores mais combativos. Não é uma simples escolha própria (uma questão de decisão) fazer lutas “defensivas” ou “ofensivas”. Devemos sim compreender nossas tarefas na atual conjuntura internacional, nacional, estadual, em cada curso, escola, etc. e a partir das condições que encontramos nestes locais, buscar, a partir do nível de organização, da consciência da fração de classe, do nível de conflito social, disputar (isso sim!) o curso do desenvolvimento da luta reivindicativa. O que significa “disputar o curso da luta”? Significa dar a nossa opinião, a nossa orientação, propor métodos e formas de organização combativas, desfazer ilusões e desmascarar os oportunistas aos olhos da base, demonstrando que uma direção combativa pode levar as massas para as vitórias imediatas e históricas. E tudo isso especialmente pela prática, pela ação, pelo exemplo.

Isso significa então que não devemos nos adaptar, estagnar, aceitar como “dado” o nível da consciência aparentemente “atrasada” de um determinado setor (nem desanimar frente a possíveis concepções conservadoras do povo), mas devemos trabalhar em cima dela para avançá-la, e não dar um *salto mortal* entre aquilo que achamos correto e aquilo que está dado. Um exemplo bem prático: uma escola que não possui grandes experiências de luta e os estudantes fazem um abaixo-assinado ou um “plebiscito” por alguma demanda, acredito que nós (militantes combativos) devemos participar e ajudar, mesmo sabendo que muito provavelmente esse método de luta não terá grandes efeitos. Ou seja, a greve estudantil, a manifestação de rua, a ocupação de órgãos públicos e demais métodos de ação direta de massas nem sempre são possíveis e, portanto, nem sempre devem ser defendidos, mesmo que saibamos que apenas eles poderão resolver um determinado problema pois, por outro lado, podem levar a grandes derrotas se organizadas de forma irresponsável (sem base e apoio real), podendo levar a grandes retrocessos políticos para os setores combativos (demissão, prisão, etc. sem uma retaguarda preparada).

Combater conjuntamente o subjetivismo e o fatalismo

Porém, depois de levantar toda essa questão devemos encarar um fato: O que hoje aparenta estar dado está sujeito a transformações, ou seja, não está dado. Aquilo que é hoje, não o será

amanhã. O que determina essas modificações de conjuntura (da passividade à ação, da desorganização à organização, de uma direção reformista à uma revolucionária) não é nem por um lado só a conjuntura (como um “fato dado”), o que nos faria cair em um fatalismo ou determinismo, nem tão somente a nossa própria ação (enquanto sujeitos individuais ou coletivos, grupos, etc.), o que nos faria cair no erro oposto: o subjetivismo.

O subjetivismo faz com que os militantes e os grupos em geral percam de vista a importância da análise da realidade, as potencialidades e limites estruturais ou conjunturais as quais os militantes estão envolvidos. Isso é um erro profundo, pois faz parecer ao militante que ele deve simplesmente “aplicar” um programa na realidade, independente do momento, do local, ou seja, independente das condições histórico-geográficas. Aqueles que quiserem efetivar os ideais mais sublimes devem se curvar à materialidade da vida, das condições objetivas, sob o risco do subjetivismo cair facilmente no sectarismo, ou seja, de uma ideia proposta de forma mecânica que quer provar a sua validade unicamente pela “justeza” de sua argumentação ou ação (e se a massa não fica ao seu lado: são atrasados demais, alienados demais, etc.). Esse sectarismo pode ser tanto pelo lado dos pelegos quanto pelo lado dos revolucionários, e se expressa quando ambos se deslocam da realidade das lutas (com a diferença que os pelegos, frente a uma base mobilizada e ideologicamente combativa, atuam em geral reforçando a ideologia dominante, o que faz aparentar que suas defesas do pacifismo, das eleições burguesas, etc. sejam vistas mais como “senso comum” do que propriamente como sectarismo).

Muitos, no entanto, ao combater o subjetivismo caem no seu oposto: o fatalismo ou determinismo, ou seja, se curvam frente ao que está dado pela realidade (em geral ressaltando as insuficiências e dificuldades da atuação revolucionária, ou seja, das dificuldades em se modificar essa realidade). Não compreendem que a realidade da luta de classes é também formada pela ação dos sujeitos reais e vivos que interveem (ou não) nessa mesma realidade. Esse erro recai não poucas vezes em diversos outros erros: pessimismo, academicismo, reformismo, etc.

Em geral, a postura dos partidos reformistas brasileiros são um ótimo exemplo de como o fatalismo é manejado nos interesses da classe dominante. Um exemplo é a argumentação recente contra a violência nas manifestações advinda do PSTU, um partido que em palavras (de forma obviamente oportunista) defende uma revolução no Brasil (sic!). Dizem, no entanto, que atualmente não existem condições para utilizar a violência e a autodefesa popular nas manifestações (e acusam de irresponsáveis aqueles que ousam demonstrar sua viabilidade e necessidade), e por sua vez tratam de eternizar tal “condição” com sua prática cotidiana pacifista e legalista (juntamente com todos os outros partidos eleitoreiros, com a mídia corporativa, etc.). Ou seja, a defesa da realidade “tal como é” (ou tal como criam em suas cabeças!) vira um subterfúgio para justificar a covardia política e o reacionarismo das posições reformistas.

Isso obviamente são deformações anti-dialéticas da compreensão da realidade. Como dissemos, a realidade é constante movimento, é processo de destruição e construção de coisas novas. Nesse processo nós somos sujeito e objeto ao mesmo tempo, não há separação entre o Ser e a Coisa analisada (ou entre nós e a realidade). Tendo em vista também que não somos “seres externos” à classe trabalhadora, devemos ter claro que quando falamos que uma fração específica da classe possui determinadas características, isso também nos inclui como objeto de análise. Quando falamos que a classe deve se organizar isso

tem um significado específico para nós (como trabalhadores combativos que somos) como uma tarefa concreta e diária e não um mero problema acadêmico analisado “externamente”, de dentro dos escritórios.

No subjetivismo o “Ser” se torna o fator “determinante” da realidade, e no fatalismo a realidade é quase intransponível pelo Ser. Existe em ambas uma separação imprópria entre sujeito e objeto que impede uma correta conduta e compreensão no processo da luta de classes. Os partidos reformistas e seus “argumentos” devem ser desmascarados nesse sentido: eles são a causa do que eles mesmos dizem combater (que os protestos são desorganizados demais, e blá blá blá!), e a nova conjuntura e os novos protestos combativos são, no que há de melhor e de pior, a consequência e, ao mesmo tempo, a superação, deste velho reformismo brasileiro.

Portanto, as organizações, partidos, sindicatos e correntes obviamente por seus métodos, programas e teorias podem atrasar ou avançar a luta de massas, claro, mas sob certas condições. As disputas entre as forças políticas existem são fundamentais para definir se uma luta será ou não vitoriosa, se ela avançará ou não na organização e consciência dos trabalhadores e estudantes (exemplos é o que não faltam). Mas as possibilidades inclusive de uma oposição combativa se alçar como direção de uma luta de massas estão também no fato de que a classe vai aprendendo principalmente com as experiências coletivas de luta (e não apenas argumentativas). De que os fatos históricos da luta de classes não podem simplesmente serem “controlados” por um agrupamento “X” ou “Y” (seja pelego ou revolucionário). Obviamente as lutas podem e devem ser suscitadas e direcionadas de forma combativa (através da agitação, propaganda, organização e direção), mas sempre sob determinados condições que fogem às nossas escolhas.

O exemplo das Jornadas de Junho de 2013

O melhor exemplo para esse debate são as recentes mobilizações iniciadas em junho, as chamadas “Jornadas de Junho”. Muitos grupos e partidos e até mesmo “grandes” intelectuais analisaram com desconfiança e/ou teceram longas críticas às pautas de reivindicações e métodos de luta utilizados pelo povo nas ruas. Diziam que os protestos começaram legítimos (contra o aumento das passagens), mas que descambaram para pautas de direita (contra a corrupção, etc.) ou até mesmo que haviam perdido o foco (havia muitas reivindicações difusas e sem centralidade). Por outro lado muitos deles chegaram a afirmar que protestos legítimos haviam descambado para a violência “fascista” e antidemocrática dos vândalos.

No final das contas o que todas essas organizações reformistas fizeram e fazem frente às Jornadas de Junho e seu legado é: 1) Não compreenderam que toda essa explosão não caiu do céu, ou do facebook, ela é fruto de todo um processo histórico e também de uma conjuntura recente de ampliação da exploração das massas populares no campo e na cidade sob a égide do projeto desenvolvimentista, e não “quiseram” compreender precisamente por fazerem parte desse projeto; 2) As massas que se viram atacadas pelo Estado desenvolvimentista e militarista não se reconheceram, portanto, nos partidos e sindicatos da esquerda reformista que por sinal compõem este Estado, e nesse sentido se lançaram nas ruas obviamente sem uma grande organização, mas que não tira o mérito de imprimir uma característica relativamente autônoma às lutas (exatamente pela falta da velha tutela burocrática); 3) Dessa forma, os partidos reformistas se desligaram profundamente dos setores mais avançados das massas e da juventude,

aqueles que efetivamente estavam e estão construindo novas vias de luta popular no Brasil, sendo que os “dias nacionais de luta” (dia 11 de julho e dia 30 de Agosto) são os melhores exemplos dessa política de fato sectária, anti-dialética e reacionária (pois comprometida com o velho).

Não sem críticas ou propostas próprias, os setores combativos (a exemplo da Rede Estudantil Classista e Combativa, dentre outros) estiveram sempre lado a lado com o povo nas manifestações por “melhores condições de vida” e buscando fazer avançar a consciência de classe e a organização popular. Buscando desenvolver o novo e se fundir ao novo movimento, os grupos e militantes combativos se lançaram às barricadas sem qualquer apego pelos debates infrutíferos e sectários sobre uma pretensa “unidade de esquerda” (que na verdade só serviria para paralisar e tutelar a ação do povo novamente para dentro do Estado burguês... nada mais reacionário).

Todo a estabilidade (teórica e prática) do reformismo foi abalada com as Jornadas de Junho, e continuam a ser até os dias de hoje com as importantes batalhas que os professores do Rio de Janeiro protagonizam junto aos jovens mascarados. O que antes era visto como sectarismo de “grupelhos lunáticos” (ação direta, combatividade, rejeição aos partidos eleitoreiros, etc.) foi finalmente experimentado pelo povo em luta, e foi nesse momento que a realidade se transformou profundamente. Sectários e intragáveis viraram então todas as centrais e partidos reformistas que, nesse momento, com todas as verbas do imposto sindical, aparatos, mandatos parlamentares, acordos de gabinete, anos de experiência no oportunismo, simplesmente se desmancharam no ar.

Esse é um exemplo de por que devemos compreender a realidade como processo em constante transformação. Na luta de classes sempre existe um espaço para debatermos nossas propostas, e nós vivemos atualmente um momento privilegiado para tal. Entremos nas disputas, nos debates, demonstremos as incoerências e atrasos do reformismo e estabeleçamos uma linha alternativa e revolucionária para pensar e agir na realidade. Não caímos, portanto, na covardia política dos partidos reformistas travestida de “análises objetivas” (como já dissemos anteriormente sobre o caso do PSTU); mas também não caímos no subjetivismo “fogo de palha” (próprio de alguns grupos informais e militantes “nascidos” nas últimas lutas) pois este cedo ou tarde demonstrará seus limites. Busquemos na própria luta, ombro-a-ombro com o povo, aproximar essa nova geração da militância combativa para um verdadeiro projeto de construção revolucionária a curto, médio e longo prazo.

Ação militante e compreensão da realidade

Nós, militantes combativos e classistas, atuamos dentro das contradições do sistema capitalista, estamos o tempo inteiro regulados e sob a hegemonia e ofensiva do Capital e do Estado.

Apenas a ação e experiência de luta da classe trabalhadora (e de sua vanguarda combativa) pode colocar-nos futuramente na ofensiva contra a burguesia e seu Estado. A luta deve ser desenvolvida desde já, com a utilização das táticas necessárias de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido o trabalho cotidiano de análise de conjuntura serve justamente para a militância combativa se situar na realidade e indicar possíveis cenários desta, fator que pode prepará-la para os desafios futuros.

Qual é então o papel dos militantes combativos? Devemos agir junto ao povo no sentido de gerar experiência coletiva de luta, único meio capaz de avançar efetivamente na consciência e na organização das massas populares. Devemos estar nas vitórias e nas derrotas, apontando os elementos passíveis de aprendizado, cimentando os pontos positivos e retificando os erros.

Atuar junto ao povo, não significa de forma alguma, “seguir a correnteza”, agradar as “maiorias” pré-estabelecidas (tal como aceitar, por exemplo, que a CUT, a UNE e o MST são as únicas vias possíveis, pois atualmente hegemônicas), significa sim a identificação das ações necessárias para desenvolver as potencialidades de luta das massas (e de setores específicos), olhando para o presente e para o futuro, para aquilo que somos hoje e aquilo que seremos amanhã seguindo determinada conduta. A conduta da militância combativa junto ao povo não deve, portanto, levar em consideração qualquer “respeito” pelas pretensões de validade das posições e dos discursos da burocracia partidária e sindical, elas estão sendo desmascaradas pela própria realidade, é nossa função ajudar o povo a “enterrar de vez” o oportunismo em suas fileiras.

Tal perspectiva de pensar o movimento da realidade (e, portanto, o presente e o futuro) nos fará ver exatamente que o aprofundamento do conflito de classe, através da ação direta dos trabalhadores contra o Estado burguês, leva a óbvia possibilidade de crise do reformismo (de seus métodos, programa e teoria) e traz possibilidades incalculáveis para a ação dos setores combativos. É quando a “minorias” se funde definitivamente na realidade convulsionada (pois já possuía em si os germes do novo) e se torna “maioria” no próprio processo histórico.

Portanto, a luta contra o subjetivismo e o fatalismo em nossas fileiras servem para que possamos cumprir e avançar em nossas tarefas enquanto militantes revolucionários. De que não podemos desanimar na primeira queda, nem tampouco devemos cair novamente, devemos aprender com os erros. Assim como o povo nas Jornadas de Junho, nós também não iremos nos instruir primeiro para depois agir, é na riqueza da luta concreta, nos combates e nas barricadas, que iremos conhecer melhor nós e os nossos inimigos. Melhorar nossa ação militante, nossa determinação ideológica, enrijecer os nervos, para atacar o inimigo até sua derrota.

NÃO RETROCEDER, AVANTE!

A tirania das organizações sem estrutura

Texto da militante feminista estadunidense Jo Freeman, um ensaio clássico do início dos anos 1970.

Durante os anos em que o movimento feminista se formava, dava-se grande ênfase ao que se chamava de grupos sem liderança e sem estrutura como a principal – se não a única – forma organizacional do movimento. Essa ideia tinha origem numa reação natural contra a sociedade superestruturada na qual a maioria de nós se encontrava, no controle inevitável que isso dava a outros sobre nossas vidas e no elitismo persistente na esquerda e em grupos similares que supostamente combatiam essa superestruturação.

A ideia da “ausência de estrutura”, no entanto, passou de uma oposição saudável a essas tendências a um dogma. A ideia é tão pouco examinada quanto o termo é utilizado, mas tornou-se uma parte intrínseca e inquestionável da ideologia de libertação das mulheres. Para o desenvolvimento inicial do movimento, isso não importava muito. Ele definiu inicialmente seu objetivo e método principal como a conscientização e o grupo de discussão “sem estrutura” era um meio excelente para esse fim. Sua flexibilidade e informalidade encorajavam a participação na discussão e o ambiente frequentemente receptivo promovia a compreensão pessoal. Se nada de mais concreto do que a compreensão pessoal resultasse desses grupos, isso não importava muito, porque seu propósito, na verdade, não ia além disso.

Os problemas básicos não apareceram até que grupos de discussão individuais exauriram as potencialidades da conscientização e decidiram que queriam fazer algo mais específico. Neste ponto, eles normalmente falhavam porque a maioria dos grupos não estava disposta a mudar sua estrutura quando mudava sua tarefa. As mulheres tinham aceito completamente a ideia de “ausência de estrutura” sem perceber as limitações de seus usos. As pessoas tentavam usar o grupo “sem estrutura” e a reunião informal para fins aos quais não eram apropriados, acreditando cegamente que quaisquer outros meios seriam simplesmente opressivos.

Se o movimento quiser avançar além desses estágios elementares de desenvolvimento, ele deverá livrar-se de alguns de seus preconceitos sobre organização e estrutura. Não há nada de intrinsecamente ruim em nenhum dos dois. Eles podem e frequentemente são mal-usados, mas rejeitá-los de antemão porque são mal-usados é nos negar as ferramentas necessárias ao nosso desenvolvimento posterior. Precisamos entender porque a “ausência de estrutura” não funciona.

Estruturas formais e informais

Ao contrário do que gostaríamos de acreditar, não existe algo como um grupo “sem estrutura”. Qualquer grupo de pessoas, de qualquer natureza, reunindo-se por qualquer período de tempo, para qualquer propósito, inevitavelmente se estruturará de alguma forma. A estrutura pode ser flexível, pode variar com

o tempo, pode distribuir de forma igual ou desigual entre os membros do grupo as tarefas, o poder e os recursos. Mas ela será formada a despeito das habilidades, personalidades e intenções das pessoas envolvidas. O simples fato de que somos indivíduos com aptidões, predisposições e experiências diferentes torna isso inevitável. Apenas se nos recusamos a nos relacionar ou interagir em qualquer base poderemos nos aproximar da “ausência de estrutura” – e essa não é a natureza de um grupo humano.

Isso significa que lutar por um grupo “sem estrutura” é tão útil e tão ilusório quanto almejar uma reportagem “objetiva”, uma ciência social “desprovida de valores” ou uma economia “livre”. Um grupo de “laissez-faire” é quase tão realista quanto uma sociedade de “laissez-faire”; a ideia se torna uma dissimulação para que os fortes ou os afortunados estabeleçam uma hegemonia inquestionável sobre os outros. Essa hegemonia pode facilmente ser estabelecida porque a ideia de “ausência de estrutura” não impede a formação de estruturas informais, apenas das formais. Da mesma forma, a filosofia do “laissez-faire” não impedia os economicamente poderosos de estabelecerem o controle sobre os salários, preços e a distribuição dos bens; ela apenas impedia o governo de fazê-lo. Assim, a “ausência de estrutura” torna-se uma forma de mascarar o poder e no movimento feminista é normalmente defendida com mais vigor pelas mais poderosas (estejam elas conscientes de seu poder ou não). Na medida em que a estrutura do grupo permanece informal, as regras sobre como as decisões são tomadas são conhecidas apenas por poucas e, a consciência do poder é limitada a àquelas que conhecem as regras. Quem não conhece as regras e não é escolhido para iniciação deve permanecer confusa ou sofrer de desilusões paranoicas de que algo que não sabe bem o que é está acontecendo.

Para que todas as pessoas tenham a oportunidade de se envolver num dado grupo e participar de suas atividades, é preciso que a estrutura seja explícita e não implícita. As regras de deliberação devem ser abertas e disponíveis a todos e isso só pode acontecer se elas forem formalizadas. Isto não significa que a formalização da estrutura de um grupo irá destruir a estrutura informal. Ela normalmente não destrói. Mas impede a estrutura informal de ter o controle predominante e torna disponível alguns meios para atacá-la se as pessoas envolvidas não estão ao menos comprometidas com as necessidades do grupo em geral. A “ausência de estrutura” é organizacionalmente impossível. Nós não podemos decidir se teremos um grupo estruturado ou sem estrutura, apenas se teremos ou não um grupo formalmente estruturado. Assim, a expressão “ausência de estrutura” não será mais usada, a não ser para referir-se à ideia que representa. O termo “sem estrutura” irá ser usado para referir-se àqueles grupos que não foram deliberadamente estruturados em uma forma particular. O termo “estruturado” irá referir-se àqueles que o foram. Um

grupo estruturado tem sempre uma estrutura formal e pode também ter uma estrutura informal ou encoberta. É esta estrutura informal, particularmente em grupos sem estrutura, que fornece o fundamento para as elites.

A natureza das elites

“Elite” é, provavelmente, a palavra mais abusada no movimento de libertação das mulheres. É usada com frequência, e pelas mesmas razões que “vermelho” [“pinko”] era usado nos anos de 1950. E raramente é usada de forma correta. No movimento, ela normalmente se refere a indivíduos, ainda que suas atividades e características pessoais divirjam enormemente. Um indivíduo, enquanto indivíduo, nunca pode ser uma “elite” porque o termo “elite” só se aplica adequadamente a grupos. Nenhum indivíduo, independente de quão notório seja, pode ser uma elite.

De uma forma mais apropriada, uma elite refere-se a um pequeno grupo de pessoas que tem poder sobre um grupo maior do qual faz parte, normalmente sem responsabilidade direta perante ele e, frequentemente, sem seu conhecimento ou consentimento. Uma pessoa torna-se parte da elite por tomar parte ou defender o domínio deste pequeno grupo, seja esta pessoa bem conhecida ou totalmente desconhecida. Notoriedade não é uma definição de um membro da elite. As elites mais traiçoeiras são normalmente comandadas por pessoas totalmente desconhecidas do grande público. Membros inteligentes da elite são, em geral, espertos o suficiente para não se deixarem tornar muito conhecidos. Quando eles são conhecidos eles são vigiados e a máscara que esconde seu poder não fica mais presa tão firme.

As elites não são conspirações. Muito raramente um pequeno grupo de pessoas se reúne e tenta tomar o grupo maior para seus próprios fins. As elites são, nada mais, nada menos, do que um grupo de amigos que coincide em participar das mesmas atividades políticas. Eles provavelmente manteriam sua amizade, participassem ou não dessas atividades políticas; e participariam das atividades, mantivessem ou não sua amizade. É a coincidência destes dois fenômenos que cria elites em qualquer grupo e as torna tão difíceis de serem destruídas.

Esses grupos de amigos funcionam como redes de comunicação à parte de quaisquer canais regulares de comunicação que possam ter sido estabelecidos por um grupo. Se nenhum canal foi estabelecido, elas funcionam como as únicas redes de comunicação. Por serem amigas, normalmente compartilham os mesmos valores e posições, conversam socialmente entre si e se consultam quando as decisões comuns têm de ser tomadas, as pessoas que participam dessas redes têm mais poder no grupo do que aquelas que não participam. E são raros os grupos que não estabelecem redes de comunicação informal por meio das amizades que são feitas neles.

Alguns grupos, dependendo de seu tamanho, podem ter mais do que uma dessas redes informais de comunicação. As redes podem até sobrepor-se. Quando apenas uma rede dessas existe, ela é a elite de um grupo que seria de outra forma sem estrutura — queiram os seus participantes ser membros da elite ou não. Se ela é a única dessas redes num grupo estruturado, ela pode ser ou não uma elite, dependendo da sua composição e da natureza da estrutura formal. Se existem duas ou mais dessas redes de amigos, elas podem competir pelo poder dentro do grupo, formando assim facções, ou uma delas pode deliberadamente abandonar a competição deixando a outra como elite. Num grupo estruturado, duas ou mais dessas redes de amizades normalmente competem entre si pelo poder formal. Essa é, em

geral, a situação mais saudável. Os outros membros estão na posição de arbitrar entre os dois competidores pelo poder e são assim capazes de colocar exigências do grupo àqueles a quem deram uma confiança temporária.

A natureza inevitavelmente elitista e excludente de redes informais de comunicação entre amigos não é nem um novo fenômeno característico do movimento de mulheres nem é um fenômeno novo para as mulheres. Tais relações informais têm impedido mulheres de participar em grupos integrados dos quais façam parte há séculos. Em qualquer profissão ou organização estas redes criaram a mentalidade do “corredor” e os laços da “velha guarda” que efetivamente tem impedido as mulheres enquanto grupo (assim como a alguns homens individualmente) de terem igual acesso as fontes de poder e satisfação social. Muita da energia dos movimentos de mulheres no passado foi direcionada para formalizar as estruturas de tomada de decisões e os processos de seleção, para que a exclusão das mulheres pudesse ser confrontada diretamente. Como nós bem sabemos, estes esforços não impediram que redes informais masculinas discriminassem as mulheres, mas o tornaram mais difícil.

O fato das elites serem informais não significa que sejam invisíveis. Num encontro de um grupo pequeno, qualquer um com um olhar aguçado e um ouvido atento sabe dizer quem está influenciando quem. Os membros de um grupo de amigos vão se relacionar mais com pessoas do seu grupo do que com outras. Eles ouvem mais atentamente e interrompem menos; eles repetem os argumentos dos outros membros e cedem amigavelmente. Eles tendem a ignorar ou a enfrentar os “de fora” cuja aprovação não é necessária para se tomar uma decisão. No entanto, é necessário para os “de fora” manter uma boa relação com os “de dentro”. É claro que as linhas não são tão bem definidas quanto as que eu tracei. Elas têm nuances de interação e não são roteiros pré-concebidos. Mas elas são discerníveis e têm o seu efeito. Quando se sabe quem é importante consultar antes de uma decisão ser tomada e a aprovação de quem é garantia de aceitação, então se sabe quem está mandando.

Uma vez que os grupos do movimento não decidiram concretamente quem deve exercer o poder dentro deles, diferentes critérios são usados pelo país. Muitos dos critérios estão dentro das linhas de características tradicionalmente femininas. Por exemplo, no início do movimento o casamento era normalmente um pré-requisito para participar da elite informal. As mulheres casadas foram tradicionalmente ensinadas a se relacionarem principalmente entre si e a olharem as mulheres solteiras como muito ameaçadoras para se ter como amigas íntimas. Em muitas cidades o critério foi ainda mais específico, incluindo apenas aquelas mulheres casados com homens da Nova Esquerda [New Left]. No entanto, este padrão tinha mais do que a tradição por detrás, uma vez que homens da Nova Esquerda frequentemente tinham acesso aos recursos que o movimento precisava – como listas de endereço, gráficas, contatos e informação – e as mulheres estavam acostumadas a conseguirem o que queriam mais através dos homens do que de forma independente. À medida em que o movimento foi mudando com o passar do tempo, o casamento tornou-se um critério menos universal para a participação efetiva, embora todas as elites informais ainda estabeleçam padrões pelos quais apenas as mulheres que possuem certas características materiais ou pessoais possam participar.

Os padrões frequentemente incluem: origem de classe média (apesar de toda retórica sobre a relação com a classe operária); ser casada ou não ser casada, mas viver com alguém; ser ou fingir ser lésbica; ter entre 20 e 30 anos; ter formação universitária ou,

pelo menos, alguma passagem pela universidade; ser “descolada”; não ser muito “descolada”; seguir uma certa linha política ou se identificar como “radical”; ter filhos ou pelo menos gostar de crianças; não ter filhos; possuir certos traços de personalidade “femininos”, como ser “gentil”; vestir-se adequadamente (seja no estilo tradicional, seja no anti-tradicional), etc. Existem também algumas características que quase sempre estigmatizariam a mulher como “divergente”, uma pessoa com a qual não se deve relacionar. Elas incluem: ser velha demais, trabalhar período integral (principalmente se está ativamente dedicada à “carreira profissional”), não ser “gentil” e ser declaradamente solteira (ou seja, nem ativamente heterossexual, nem homossexual).

Outros critérios poderiam ser incluídos, mas eles têm todos temas comuns. O pré-requisito característico para participar das elites informais do movimento e, portanto, para exercer o poder, diz respeito à origem, à personalidade e à disponibilidade de tempo. Eles não incluem a competência, a dedicação ao feminismo, a posse de talentos ou a contribuição potencial ao movimento. Os primeiros, são critérios que normalmente se usa para escolher os amigos. Os últimos, são critérios que qualquer movimento ou organização tem de usar se pretende ser politicamente eficaz.

Os critérios de participação podem diferir de grupo para grupo, mas os meios para se tornar um membro da elite informal são basicamente os mesmos. A única diferença depende de se o membro está no grupo desde o início ou se entrou depois que ele já existia. Se está envolvido desde o começo, é importante que o maior número possível de amigos também esteja envolvido. Se ninguém se conhece muito bem, então alguém deve deliberadamente formar amizades com um número seletivo de pessoas e estabelecer os padrões informais de interação cruciais para a criação de uma estrutura informal. Uma vez que os padrões informais estão formados, eles agem para a sua manutenção e uma das táticas mais eficazes para se manter é recrutar continuamente pessoas que “se encaixam”.

Uma pessoa entra para uma elite do mesmo jeito que se entra para uma organização. Se é vista como uma potencial adição para a estrutura informal, a pessoa é “capturada” por um membro e eventualmente iniciada ou deixada de lado. Se a sororidade não é politicamente consciente o suficiente para iniciar ativamente o processo, ele pode ser começado pelo membro de fora mais ou menos do mesmo jeito pelo qual se entra para um clube privado. Acha-se um mentor, isto é, um membro da elite que aparenta ser bem respeitado e cultiva-se ativamente uma amizade com ele. Eventualmente é provável que ela te leve para o grupo.

Tudo isto toma tempo. Portanto, é geralmente impossível para uma pessoa que trabalha o dia inteiro ou tem algum outro grande compromisso participar da elite simplesmente porque não há tempo livre o suficiente para ir a todas as reuniões e para cultivar as relações pessoais necessárias para se ter uma voz na tomada de decisões. É por isto que estruturas formais são benéficas para pessoas atoladas de trabalho, pois ao haver um processo estabelecido para a tomada de decisões se garante que todos possam participar em alguma medida.

Embora essa dissecação do processo de formação de elites em grupos pequenos tenha sido crítica em suas perspectivas, ela não foi feita com a crença de que essas estruturas informais são inevitavelmente ruins, apenas de que são inevitáveis. Todos os grupos criam estruturas informais como resultado dos padrões de interação entre seus membros. Essas estruturas informais podem fazer coisas bastante úteis. Mas apenas grupos sem estrutura são totalmente governados por elas. Quando elites informais estão juntas com o mito da “ausência de estrutura”, não há meios de pôr limites ao uso de poder. Ele se torna caprichoso.

Isto tem duas consequências potencialmente negativas para as quais deveríamos estar atentos. A primeira é que a estrutura informal de deliberação será como uma sororidade, na qual se escuta as pessoas porque se gosta delas e não porque dizem algo significativo. Enquanto o movimento não faz coisas significativas, isso não importa muito. Mas para que seu desenvolvimento não pare numa etapa preliminar, ele deve alterar essa tendência. A segunda consequência é que as estruturas informais não têm obrigação de serem responsáveis perante o grupo como um todo. Seu poder não lhes foi dado e não pode ser tirado. Sua influência não se baseia no que fazem pelo grupo; portanto elas não podem ser diretamente influenciadas pelo grupo. Isso não torna as estruturas informais necessariamente irresponsáveis. Aqueles que se interessam em manter sua influência normalmente tentarão ser responsáveis. O grupo apenas não pode obrigar a elite a ter essa responsabilidade, ela depende dos seus próprios interesses.

O sistema de “estrelas”

A “ideia” da “ausência de estrutura” criou o sistema de “estrelas”. Vivemos numa sociedade que espera que grupos políticos tomem decisões e escolham pessoas que articulem essas decisões para o público em geral. A imprensa e o público não sabem como escutar seriamente as mulheres enquanto mulheres; eles querem saber como o grupo se sente. Apenas três técnicas foram desenvolvidas para estabelecer a opinião de grandes grupos: o voto ou o referendo, o questionário de pesquisa de opinião pública e a seleção, num encontro apropriado, de porta-vozes do grupo. O movimento de libertação das mulheres não tem usado nenhuma dessas técnicas para se comunicar com o público. Nem o movimento como um todo, nem a maioria dos inúmeros grupos dentro dele estabeleceram meios de explicar suas posições sobre os vários assuntos. Mas o público está condicionado a procurar por porta-vozes.

Apesar de não ter escolhido conscientemente porta-vozes, o movimento lançou muitas mulheres que chamaram a atenção do público por diversas razões. Essas mulheres não representam um grupo particular ou uma opinião estabelecida; elas sabem disso e normalmente o dizem. Mas como não há porta-vozes oficiais nem qualquer corpo deliberativo que a imprensa possa entrevistar, quando ela quer saber a posição do movimento sobre um dado assunto, essas mulheres são tomadas como porta-vozes. Assim, queiram ou não, goste o movimento ou não, por omissão, as mulheres com distinção pública são colocadas no papel de porta-vozes.

Essa é uma das principais origens da ira que normalmente se sente das mulheres consideradas “estrelas”. Já que elas não foram escolhidas pelas mulheres do movimento para representar as posições do movimento, outras mulheres se indignam quando a imprensa pressupõe que elas falam pelo movimento. Mas enquanto o movimento não selecionar as suas próprias porta-vozes, tais mulheres serão colocadas neste papel pela imprensa e pelo público, independente da sua vontade. Isto tem várias consequências negativas, tanto para o movimento quanto para as mulheres que são consideradas “estrelas”. Primeiro, como o movimento não as colocou na posição de porta-voz, o movimento não pode removê-las desta posição.

A imprensa as colocou nesta posição e somente a imprensa pode escolher não ouvi-las. A imprensa vai continuar a procurar as “estrelas” enquanto não houverem alternativas oficiais que possam falar pelo movimento. Enquanto acreditar que não precisa de nenhum representante, o movimento não vai ter controle

sobre quem o representa perante o público. Segundo, mulheres que se encontram nesta posição se veem violentamente atacadas pelas suas irmãs. Isto não leva o movimento a lugar nenhum e é dolorosamente destrutivo para os indivíduos envolvidos. Tais ataques apenas levam a mulher a sair completamente do movimento – com frequência amargamente excluídas – ou a deixar de se sentir responsável perante suas “irmãs”. Ela pode manter alguma forma vaga de lealdade com o movimento, mas ela não é mais suscetível a pressões de outras mulheres.

Ninguém pode se sentir responsável perante pessoas que são a causa de tanta dor sem ser masoquista, e estas mulheres geralmente são muito fortes para se curvar diante deste tipo de pressão pessoal. Assim, a reação às “estrelas”, na verdade, encoraja precisamente o tipo de irresponsabilidade individual que o movimento condena. Ao expulsar uma irmã sob a pecha de “estrela”, o movimento perde qualquer controle que possa ter tido sobre a pessoa, que se torna livre para cometer todo tipo de pecado individualista de que foi acusada.

Impotência política

Grupos sem estrutura podem ser muito eficazes para fazer as mulheres falarem sobre suas vidas, mas eles não são muito bons para fazer as coisas acontecerem. A não ser que a natureza da operação mude, os grupos derrapam quando chega o momento em que as pessoas se cansam de “apenas conversar” e querem fazer algo mais. Ocasionalmente, a estrutura informal desenvolvida pelo grupo coincide com uma necessidade que o grupo pede preencher de uma forma tal que parece que o grupo sem estrutura “funciona”. Isto é, o grupo fortuitamente desenvolveu precisamente o tipo de estrutura melhor adaptada a cumprir determinado projeto. Ainda que trabalhar em um grupo deste tipo seja uma experiência inebriante, ele também é muito raro e difícil de replicar. Há quatro condições que são quase inevitavelmente encontradas nestes grupos:

1. Ele é orientado para uma tarefa. Sua função é muito estreita e específica, como organizar uma conferência ou publicar um jornal. É a tarefa que basicamente estrutura o grupo. A tarefa determina o que precisa ser feito e quando. Ela fornece um guia através do qual as pessoas podem julgar suas ações e fazer planos para atividades futuras.

2. Ele é relativamente pequeno e homogêneo. Homogeneidade é necessária para assegurar que os participantes tenham uma “linguagem comum” para interagirem. Pessoas de contextos muito diferentes podem fornecer diversidade a um grupo de conscientização, onde podem aprender com as experiências uns dos outros, mas uma diversidade tão grande entre os membros de um grupo voltado para uma tarefa apenas significa que eles vão se desentender frequentemente. Pessoas tão diversas interpretam palavras e ações de formas diferentes. Elas têm expectativas diferentes sobre o comportamento de cada um e julgam os resultados de acordo com critérios diferentes. Se todo mundo se conhece bem o suficiente para entender as nuances, estas podem ser acomodadas. Normalmente, elas apenas levam a confusão e a muitas horas gastas para resolver os conflitos que ninguém sequer pensava que pudessem surgir.

3. Há um alto nível de comunicação. Informação deve ser passada para todos, opiniões checadas, trabalho dividido e a participação garantida nas decisões relevantes. Isto só é possível se o grupo é pequeno e se as pessoas praticamente morarem juntas

durante as fases mais críticas da tarefa. É desnecessário dizer que o número de interações necessário para envolver todo mundo aumenta geometricamente segundo o número de participantes. Isto inevitavelmente limita o grupo a cerca de cinco participantes, ou exclui alguns de parte das decisões. Grupos exitosos podem ter até dez ou quinze membros, mas apenas quando são na verdade formados por subgrupos menores que realizam partes específicas da tarefa, e cujos membros se sobrepõem de forma que o conhecimento sobre o que cada subgrupo está fazendo possa ser facilmente passado.

4. Há um baixo grau de especialização. Nem todo mundo tem que ser capaz de fazer tudo, mas tudo deve poder ser feito por mais de uma pessoa. Assim, ninguém é indispensável. Dentro de certos limites, as pessoas se tornam partes intercambiáveis.

Ainda que estas condições possam acontecer acidentalmente em pequenos grupos, isto não é possível em grupos maiores. Consequentemente, como o movimento, na maioria das cidades, é tão sem estrutura quanto os grupos de discussão individuais, ele não é muito mais eficaz em tarefas específicas do que os grupos separados. A estrutura informal raramente está suficientemente junta ou suficientemente em contato com as pessoas para ser capaz de operar eficazmente. Assim, o movimento gera muita agitação e poucos resultados. Infelizmente, as consequências de toda essa agitação não são tão inócuas quanto os resultados e a vítima é o próprio movimento.

Alguns grupos tornaram-se projetos de ação local que não envolvem muitas pessoas e trabalham em pequena escala. Mas essa forma restringe a atividade do movimento ao nível local, ela não pode ser levada ao nível regional ou nacional. Além disso, para funcionarem bem, os grupos precisam normalmente se reduzir àqueles grupos informais de amigas que tocavam as coisas inicialmente. Isto impede muitas mulheres de participarem. Enquanto a única forma de participação no movimento for a filiação a um pequeno grupo, aquelas mulheres que não aderem estão em evidente desvantagem. Enquanto os grupos de amizade forem o principal meio de atividade organizacional, as elites se tornam institucionalizadas.

Para aqueles grupos que não conseguem encontrar um projeto local ao qual se dedicar, o mero ato de estar junto torna-se a razão para estar junto. Quando um grupo não tem uma tarefa específica (e a conscientização é uma tarefa), as pessoas voltam suas energias para o controle de outras pessoas do grupo. Isto não é feito tanto por um desejo maligno de manipular os outros (embora às vezes o seja) quanto pela falta de alguma coisa melhor para fazer com seus talentos. Pessoas hábeis com tempo disponível e uma necessidade de justificar seus encontros se empenham no controle pessoal e gastam seu tempo criticando as personalidades dos outros membros do grupo. Disputas internas e jogos de poder pessoais tomam conta do dia. Quando um grupo está envolvido numa tarefa, as pessoas aprendem a conviver umas com as outras e a desprezar antipatias em benefício de objetivos maiores. Há limites colocados à compulsão de moldar cada pessoa segundo a nossa concepção do que elas deveriam ser.

O fim da conscientização deixa as pessoas sem direção e a falta de estrutura as deixa sem meios de chegar lá. As mulheres do movimento ou se voltam para si mesmas e suas irmãs ou buscam outras alternativas de ação. E há poucas alternativas disponíveis. Algumas mulheres simplesmente “fazem suas próprias coisas”. Isso pode levar a um grande grau de criatividade individual que pode, em grande parte, ser útil ao movimento, mas não é uma alternativa viável para a maioria das mulheres e certamente não

promove um espírito de esforço cooperativo de grupo. Outras mulheres abandonam inteiramente o movimento porque não querem desenvolver um projeto pessoal e não encontraram meios de descobrir, associar-se ou começar projetos de grupo que as interessem.

Muitas se voltam para outras organizações políticas em busca do tipo de atividade estruturada e eficaz que elas não conseguiram encontrar no movimento das mulheres. Dessa forma, essas organizações políticas que vêm a libertação das mulheres como apenas uma questão entre outras consideram o movimento um vasto manancial para o recrutamento de novos membros. Essas organizações não precisam se “infiltrar” (embora isso não exclua que o façam). O desejo de uma atividade política significativa gerado pelas mulheres ao se tornarem parte do movimento de libertação é suficiente para torná-las ansiosas para entrarem em outras organizações, quando o próprio movimento não permite nenhum tipo de vazão para suas novas ideias e energias.

Aquelas mulheres que entram em outras organizações políticas e permanecem no movimento de libertação das mulheres ou que entram no movimento de libertação e permanecem em outras organizações políticas, tornam-se, por sua vez, pontos de apoio para novas estruturas informais. Essas redes de amizade se baseiam mais nas suas políticas não-feministas em comum do que nas características discutidas anteriormente; no entanto, a rede opera praticamente da mesma forma. Já que essas mulheres partilham valores, ideias e orientações políticas comuns, elas também se tornam elites irresponsáveis, não escolhidas, não planejadas e informais — pretendam sê-las ou não.

Essas novas elites informais são frequentemente sentidas como ameaças pelas velhas elites informais estruturadas anteriormente a partir de outros movimentos. Trata-se de uma percepção correta. Essas redes politicamente orientadas dificilmente estão dispostas a ser meras “sororidades”, como muitas das antigas eram, e querem divulgar suas ideias políticas e feministas. Isso é natural, mas as implicações disso para o movimento de libertação das mulheres nunca foram adequadamente discutidas. As velhas elites dificilmente estão dispostas a discutir abertamente essas diferenças de opinião porque isso implicaria em expor a natureza da estrutura informal do grupo. Muitas dessas elites informais têm se escondido sob a bandeira do “anti-elitismo” e da “ausência de estrutura”.

Para combater efetivamente a competição de outra estrutura informal, elas teriam que tornar-se “públicas” e essa possibilidade está cheia de implicações perigosas. Assim, para manter seu próprio poder, torna-se mais fácil racionalizar a exclusão dos membros da outra estrutura informal por meios como o “combate aos vermelhos”, o “combate às lésbicas” ou o “combate às heteros”. A única outra alternativa é estruturar o grupo formalmente de tal maneira que o poder original seja institucionalizado. Isso nem sempre é possível. Se as elites informais forem bem estruturadas e tiverem exercido uma boa quantidade de poder no passado, tal tarefa é viável. Esses grupos têm uma história de atividade política relativamente eficaz, na qual a firmeza da estrutura informal se mostrou um substituto adequado à estrutura formal. A sua estruturação não altera muito sua operação, embora a institucionalização da estrutura de poder abra espaço para a contestação formal.

Normalmente, os grupos que mais necessitam de estrutura são os menos capazes de criá-la. Suas estruturas informais não foram bem formadas e a adesão à ideologia da “ausência de estrutura” os faz relutantes em mudar de estratégia. Quanto mais sem estrutura um grupo é, tanto mais carece de estruturas

formais; quanto mais adere a uma ideologia de “ausência de estrutura”, mais vulnerável está a ser tomado por um grupo de companheiras oriundas de organizações políticas.

Uma vez que o movimento como um todo é tão sem estrutura quanto a maioria dos grupos que o constitui, ele é igualmente suscetível à influência indireta de outras organizações. Mas o fenômeno manifesta-se diferentemente. Num nível local, a maior parte dos grupos consegue operar autonomamente, mas apenas os grupos que conseguem organizar uma atividade no nível nacional podem ser considerados grupos nacionalmente organizados. Assim, são as organizações feministas estruturadas que em geral fornecem as direções nacionais para as atividades feministas e essas direções são determinadas pelas prioridades dessas organizações.

Grupos como a “Organização Nacional das Mulheres” (NOW) e a “Liga de Ação pela Igualdade das Mulheres” (WEAL) e alguns grupos [caucuses] feministas de esquerda são as únicas organizações capazes de montar uma campanha nacional. Os inúmeros grupos de libertação das mulheres sem estrutura podem escolher se vão apoiar ou não as campanhas nacionais, mas são incapazes de organizar uma campanha própria. Dessa forma, seus membros se tornam as tropas sob a liderança das organizações estruturadas. Grupos declaradamente sem estrutura não possuem maneiras de acessar os vastos recursos do movimento para apoiar suas prioridades. Eles não têm sequer os meios de decidir quais devem ser as prioridades.

Quanto mais sem estrutura um movimento é, menos controle ele tem sobre as direções na qual se desenvolve e sobre as ações políticas na qual se engaja. Isso não significa que suas ideias não se espalham. Dado um certo grau de interesse dos meios de comunicação e condições sociais favoráveis, as ideias ainda serão difundidas amplamente. Mas o fato das ideias serem difundidas não implica que serão implementadas; significa apenas que serão discutidas. Na medida em que podem ser aplicadas individualmente, elas podem ser realizadas, mas na medida em que requerem poder político coordenado para ser implementadas, elas não o serão.

Enquanto o movimento de libertação das mulheres permanece dedicado a uma forma de organização que enfatiza os pequenos e inativos grupos de discussão entre amigas, os piores problemas da falta de estruturação não se farão sentir. Mas esse estilo de organização tem seus limites; é politicamente ineficiente, excludente e discriminatório quanto às mulheres que não estão ou não podem estar ligadas a redes de amigas. Aquelas que não se enquadram no esquema existente por motivo de classe, raça, profissão, casamento, maternidade ou personalidade serão inevitavelmente desencorajadas de tentar participar. Aquelas que se encaixam desenvolverão o interesse dissimulado de manter as coisas como estão.

Os interesses dissimulados dos grupos informais serão mantidos pelas estruturas informais que existem e o movimento não terá meios de determinar quem deve exercer o poder no seu interior. Se o movimento continua deliberadamente a não escolher quem deve exercer o poder, ele termina por não abolir o poder. Tudo que faz é abdicar o direito de exigir daquele que exerce o poder e a influência que tenha responsabilidade por esse poder e essa influência. Se o movimento continua a manter o poder tão difuso quanto possível porque sabe que não pode exigir responsabilidade daquele que o tem, ele impede qualquer grupo ou pessoa de dominá-lo totalmente. Mas, simultaneamente, ele se condena a ser tão ineficaz quanto possível. Um meio-termo entre a dominação e a ineficácia pode e deve ser encontrado.

Esses problemas estão surgindo agora porque a natureza do movimento está necessariamente mudando. A conscientização, como função principal do movimento de libertação das mulheres, está se tornando obsoleta. Devido à intensa publicidade da imprensa nos últimos dois anos e aos inúmeros livros e artigos que circulam agora nos meios estabelecidos, a libertação das mulheres se tornou uma expressão conhecida. Seus temas são debatidos e os grupos de discussão informais são formados por pessoas que não têm conexão explícita com nenhum grupo do movimento. O movimento deve seguir para outras tarefas. Ele agora precisa estabelecer suas prioridades, determinar suas finalidades e perseguir seus objetivos de maneira coordenada. Para fazê-lo ele deve organizar-se localmente, regionalmente e nacionalmente.

Princípios da Estruturação Democrática

Apartir do momento em que o movimento não se prende mais tenazmente à ideologia da “ausência de estrutura” ele estará livre para desenvolver aquelas formas de organização que melhor se adequam ao seu funcionamento saudável. Isto não significa que devemos ir ao outro extremo e imitar cegamente as formas tradicionais de organização. Mas nós também não devemos rejeitar cegamente todas elas. Algumas das técnicas tradicionais vão se mostrar úteis, ainda que imperfeitas; outras nos darão ideias sobre o que devemos ou não fazer para obter certos fins com custos mínimos para as pessoas no movimento. Na maior parte dos casos, nós teremos que experimentar com formas diferentes de estruturação e desenvolver uma variedade de técnicas para usar em situações diferentes. O “sistema de sorteio” é uma dessas ideias que surgiram do movimento. Ele não é aplicável a todas situações, mas é útil em algumas. Outras ideias para a estruturação são necessárias. Mas antes que procedamos na experimentação inteligente, devemos aceitar a ideia de que não há nada de inerentemente ruim na estrutura em si mesma — apenas no seu uso excessivo.

Enquanto entramos nesse processo de tentativa e erro, existem alguns princípios que podemos ter em mente que são essenciais para a estruturação democrática e que são também politicamente eficazes:

1. Delegação, por meios democráticos, de autoridade específica a indivíduos específicos para tarefas específicas. Deixar pessoas assumirem trabalhos ou tarefas por omissão ou negligência significa apenas que eles não serão feitos de forma segura. Se as pessoas são escolhidas para uma tarefa, preferencialmente após manifestarem um interesse ou vontade de fazê-la, elas assumem um compromisso que não pode ser facilmente ignorado.

2. Exigência de que aqueles a quem a autoridade foi delegada sejam responsáveis frente aqueles que os escolheram. Essa é a forma pela qual o grupo tem controle sobre as pessoas em posições de autoridade. Indivíduos podem exercer o poder, mas é o grupo quem tem a última palavra sobre a forma como o

poder é exercido.

3. Distribuição da autoridade entre tantas pessoas quanto possa ser razoavelmente possível. Isso impede o monopólio do poder e exige daqueles em posições de autoridade que consultem muitas outras pessoas no exercício de seu poder. Também oferece a muitas pessoas a oportunidade de ter responsabilidade por tarefas específicas e dessa forma aprender habilidades específicas.

4. Rotação de tarefas entre as pessoas. Responsabilidades que são mantidas durante muito tempo por uma mesma pessoa, formalmente ou informalmente, passam a ser vistas como sua “propriedade” e não são facilmente substituídas ou controladas pelo grupo. Inversamente, se a rotatividade das tarefas é muito frequente, as pessoas não têm tempo para aprender seu trabalho direito e adquirir o sentimento do trabalho bem feito.

5. Alocação de tarefas segundo critérios racionais. Escolher pessoas para uma posição porque elas são queridas pelo grupo ou lhes dar um trabalho pesado porque não são queridas, prejudica, a longo prazo, o grupo e a pessoa. Habilidade, interesse e responsabilidade têm de ser as principais preocupações nessa seleção. As pessoas devem ter a oportunidade de aprender habilidades que não possuem, mas isso é melhor implementado por uma espécie de programa de “aprendizes” do que pelo método do “nada ou afoga”. Ter uma responsabilidade maior do que se aguenta pode ser desmoralizante. Inversamente, ser rejeitado naquilo que se faz bem não encoraja ninguém a desenvolver suas habilidades. As mulheres têm sido punidas por serem competentes por toda história humana. O movimento não precisa repetir esse processo.

6. Difusão de informação a todos com a maior frequência possível. Informação é poder. O acesso à informação aumenta o poder. Quando uma rede informal dissemina novas ideias e informações entre si, sem passar pelo grupo, ela está envolvida num processo de formação de opinião sem a participação do grupo. Quanto mais se sabe como as coisas funcionam, mais politicamente eficaz se é.

7. Acesso igualitário aos recursos necessários ao grupo. Isto nem sempre é possível, mas deve se lutar para consegui-lo. Um membro que mantenha um monopólio sobre um recurso necessário (por exemplo, uma gráfica ou um laboratório de revelação do marido) pode influenciar indevidamente o uso daquele recurso. Habilidades e informação também são recursos. E as habilidades e informações dos membros só estarão igualmente distribuídos quando os membros quiserem ensinar o que sabem para os outros.

Quando esses princípios são aplicados, eles asseguram que quaisquer estruturas que sejam desenvolvidas serão controladas pelo grupo e assumirão responsabilidades frente a ele. O grupo de pessoas em posição de autoridade será difuso, flexível, aberto e temporário. Eles não estarão numa posição que facilita a institucionalização do seu poder, porque as decisões definitivas serão feitas pelo grupo como um todo. O grupo terá assim o poder de determinar quem deve exercer a autoridade dentro dele.

Sobre a disciplina revolucionária

Texto do anarquista revolucionário Nestor Makhno, publicado em Dielo Trouda (Causa do Povo) n°s 7-8, dezembro de 1925 – janeiro de 1926

Alguns camaradas me fizeram a seguinte pergunta: como é que eu entendo a disciplina revolucionária? Vou lhes responder.

Compreendo a disciplina revolucionária como uma autodisciplina do indivíduo, estabelecida num coletivo atuante, de modo igual para todos, e rigorosamente elaborada.

Ela deve ser a linha de conduta responsável dos membros desse coletivo, induzindo a um acordo estrito entre sua prática e sua teoria.

Sem disciplina na organização, é impossível empreender qualquer ação revolucionária séria. Sem disciplina, a vanguarda revolucionária não pode existir, porque então ela se encontrará em completa desunião prática e será incapaz de formular as tarefas do momento, de cumprir o papel de iniciador que dela esperam as massas.

Faço repousar esta questão sobre a observação e a experiência de uma prática revolucionária conseqüente. De minha parte, baseio-me sobre a experiência da revolução russa, que tinha um conteúdo tipicamente libertário sob muitos aspectos.

Se os anarquistas estivessem firmemente ligados no plano organizativo e tivessem observado, em suas ações, uma disciplina bem determinada, não teriam jamais sofrido uma tal derrota. Mas, porque os anarquistas “de todo estilo e de todas as tendências” não representavam, mesmo em seus grupos específicos, um coletivo homogêneo, com uma disciplina de ação bem definida, não puderam suportar o exame político e estratégico que lhes impuseram as circunstâncias revolucionárias.

A desorganização conduziu os anarquistas à impotência política, dividindo-os em duas categorias:

- a primeira foi a dos que se dedicaram à sistemática ocupação das residências burguesas, nas quais se alojaram e viveram para o seu bem-estar. Eram os que eu chamo de turistas,

os diversos anarquistas que vão de cidade em cidade, na esperança de encontrar um lugar onde permanecer algum tempo, espreguiçando-se e desfrutando o máximo possível de conforto e prazer.

- a segunda se compunha dos que romperam todos os laços honestos com o anarquismo (ainda que alguns deles, na URSS, façam-se passar agora pelos únicos representantes do anarquismo revolucionário) e se lançaram sobre os cargos oferecidos pelos bolcheviques, no momento mesmo em que o poder fuzilava os anarquistas que permaneciam fiéis ao seu posto de revolucionários e denunciaram a traição dos bolcheviques.

Diante desses fatos, compreende-se facilmente porque eu não posso continuar indiferente ao estado de despreocupação e negligência que existem atualmente em nossos meios.

De uma parte, isso impede a criação de um coletivo libertário coerente, que permitirá aos anarquistas ocuparem o lugar que lhes cabe na revolução. Doutra parte, isso permite contentar-se com belas frases e grandes pensamentos, omitindo-se no momento de agir.

Eis porque eu falo de uma organização libertária apoiada sobre o princípio duma disciplina fraternal. Uma tal organização conduzirá ao acordo indispensável de todas as forças vivas do anarquismo revolucionário e o ajudará a ocupar seu lugar na luta do Trabalho contra o Capital.

Por esse meio, as idéias libertárias certamente ganharão as massas e não se empobrecerão. Somente os fanfarrões consumados e irresponsáveis fugirão diante de uma tal estrutura organizacional.

A responsabilidade e a disciplina organizacionais não devem horrorizar: elas são companheiras de viagem da prática do anarquismo social.





III

ANÁLISE DE CONJUNTURA



Trabalhador chileno lê jornal do MIR.

Huerta Grande: a Importância da Teoria

Texto da Federação Anarquista Uruguia (FAU - Histórica), anos 70.

Para entender o que acontece(a conjuntura) é preciso poder pensar corretamente. Pensar corretamente significa ordenar e tratar adequadamente os dados que se produzem, em quantidade, sobre a realidade.

Pensar corretamente é a condição indispensável para analisar corretamente o que acontece em um país em um momento dado da História desse país ou de qualquer outro. Isso exige instrumentos. Esses instrumentos são os conceitos. Para pensar com coerência é necessário um conjunto de conceitos coerentemente articulados entre si. Se exige um sistema de conceitos, uma teoria.

Sem teoria se corre o risco de pensar cada problema só em particular, isoladamente, a partir de pontos de vista que podem ser diferentes em cada caso. Ou em base a subjetividades, palpites, aparências, etc.

O partido pode evitar graves erros porque pensou a si mesmo a partir de conceitos que têm um grau importante de coerência. Também cometeu erros graves por um insuficiente desenvolvimento de seu pensamento teórico enquanto Organização.

Para propor um programa é preciso conhecer a realidade econômica, política, ideológica de nosso país. O mesmo vale para se formular uma linha política suficientemente clara e concreta. Se conhece-se pouco e mal não haverá programa e só poderá haver uma linha muito geral, muito difícil de concretizar em cada lugar em que o partido trabalhe. Se não há uma linha clara e concreta não há política eficaz. A vontade política do partido corre então o risco de diluir-se. O "voluntarismo" se converte em fazer com boa vontade o que vai aparecendo. Mas não se incide de modo determinado sobre os acontecimentos, na base de sua previsão aproximada. Se é determinado por eles e perante eles se atua espontaneamente.

Sem linha para o trabalho teórico, uma Organização, por maior que seja, é confundida por condições que ela não condiciona nem compreende. A linha política pressupõe um programa, ou seja, as metas que se quer alcançar em cada etapa. O programa indica que forças são favoráveis, quais são os inimigos e quem são os aliados circunstanciais. Mas para saber isso é preciso conhecer profundamente a realidade do país. Por isso, adquirir agora esse conhecimento é a tarefa prioritária. E para conhecer é preciso teoria.

O partido necessita de um esquema claro para poder pensar coerentemente o país e a região (América Latina) e as lutas do movimento operário internacional através da História. Precisamos ter um cabedal eficaz para ordenar a massa crescente de dados referentes à nossa realidade econômica, política e ideológica. Precisamos ter um método para tratar esses dados. Para ver quais são os mais importantes, quais se precisa primeiro e quais depois. Para poder assim administrar corretamente nossas forças disponíveis para cada frente de trabalho. Um esquema conceitual que permita vincular umas coisas com outras, seguindo uma ordem sistemática, coerente e que nos sirva para o que queremos fazer como militância de partido. Que nos aproxime exemplos de como trabalhar com esses outros esquemas conceituais que atuam em outras realidades.

Mas este trabalho de conhecer nosso país teremos que fazer nós mesmos, porque ninguém vai fazer por nós.

Não iremos inventar esquemas teóricos a partir do zero. Não vamos criar uma nova teoria em todos os seus termos. E é assim por causa do atraso geral do nosso meio e suas instituições especializadas e nossa escassa disponibilidade para empreender essa tarefa.

Teremos, então, que tomar a teoria conforme vamos elaborando, analisando-a criticamente. Não podemos aceitar qualquer teoria de olhos fechados, sem crítica, como se fosse um dogma.

Queremos estudar e pensar o país e a região como revolucionários. Então, entre os elementos que incluem as diferentes tendências da corrente socialista, tomaremos sempre os elementos que melhor nos sirvam para isso: para pensar e analisar de forma revolucionária o país, a região ou outras regiões e experiências.

Não iremos adotar uma teoria para pô-la em um "cartazinho de moda". Para viver repetindo "citações" que outros disseram em outros lugares, em outro tempo, a propósito de outras citações e problemas. A teoria não é para isso. Para isso a usam os charlatães.

A teoria é um instrumento, uma ferramenta, serve para fazer um trabalho, serve para produzir o conhecimento que necessitamos produzir. A primeira coisa que nos interessa conhecer é o nosso país. Se não nos serve para produzir novos conhecimentos úteis para a prática política, a teoria não serve para nada, se converte em mero tema de palestra improdutiva, de estéril polêmica ideologizante.

Quem compra um grande torno moderno e, ao invés de tornear fica falando do torno, faz um mal papel, é um charlatão. Da mesma forma aquele que, podendo ter um torno e usá-lo, prefere tornear à mão, porque era assim que se fazia antes...

Algumas diferenças entre teoria e ideologia

Cabe aqui pontuar algumas diferenças entre o que habitualmente se chama teoria e ideologia.

A teoria aponta para a elaboração de instrumentos conceituais para pensar rigorosamente e conhecer profundamente a realidade concreta. É neste sentido que se pode falar da teoria como equivalente à ciência.

A ideologia, em troca, é composta de elementos de natureza não científica, que contribuem para dinamizar a ação, motivando-a, baseada em circunstâncias que, ainda que tendo relação com as condições objetivas, não derivam dela, no sentido estrito. A ideologia está condicionada pelas condições objetivas, ainda que não seja determinada mecanicamente por elas.

A análise profunda e rigorosa de uma situação concreta, em seus termos reais, rigorosos, objetivos, será assim uma análise teórica de caráter o mais científico possível. A expressão de motivações, a proposta de objetivos, de aspirações, de metas ideais, isso pertence ao campo da ideologia.

A teoria torna precisa, circunstancializa as condicionantes da ação política: a ideologia motiva-a e a impulsiona, configurando-a em suas metas "ideais" e seu estilo.

Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreito, já que as propostas destas se confundem e se apoiam nas conclusões da análise teórica. Uma ideologia será tanto mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente se apoie nas aquisições da teoria.

Os alcances do trabalho teórico

O trabalho teórico é sempre um trabalho que se sustenta e se baseia nos processos reais, no que acontece na realidade histórica. Sem dúvida, como trabalho, se situa inteiramente no campo do pensamento: não há conceitos que sejam mais reais que outros.

A respeito disso cabe pontuar duas proposições básicas:

1 – A distinção entre a realidade existente, concreta, os processos reais, históricos e por outro lado os processos do pensamento, apontados ao conhecimento e compreensão daquela realidade. É necessário, para dizer em outros termos, afirmar a diferença entre o ser e o pensamento, entre a realidade tal como é e o conhecimento que sobre ela se pode ter.

2 – A primazia do ser sobre o pensamento, da realidade sobre o conhecimento. Dito de outra maneira, é mais importante, pesa mais como determinante do curso dos acontecimentos o que se passa na realidade, do que o que sobre esses fatos se possa pensar ou conhecer.

A partir destas afirmações básicas, cabe realizar certos apontamentos para precisar os alcances do trabalho teórico, ou seja, o esforço do conhecimento guiado por propósitos de conhecimento rigoroso, científico.

O trabalho teórico é sempre realizado a partir de uma matéria prima determinada. Não parte do real concreto, da realidade propriamente dita, senão que parte de informações, de dados e noções sobre esta realidade. Este material primário é tratado, no processo de trabalho teórico, por meio de certos conceitos úteis, de certos instrumentos do pensamento. O produto deste tratamento é o conhecimento.

Dito em outros termos: só existem, propriamente falando, objetos reais, concretos e singulares (situações históricas determinadas, em momentos determinados). O processo do pensamento teórico tem por fim conhecê-los.

Às vezes o trabalho de conhecimento aponta para objetos abstratos, que não existem na realidade, que só existem no pensamento, mas que são instrumentos indispensáveis, condição prévia para poder conhecer os objetos reais (por exemplo o conceito de classe social, etc.). No processo de produção de conhecimento, portanto, se transforma a matéria prima (percepção superficial da realidade) em um produto (conhecimento rigoroso, científico, dela).

O termo “conhecimento científico” deve se tornar preciso no que diz respeito à realidade social. Aplicado a esta realidade, alude à sua compreensão em termos rigorosos, o mais aproximado possível da realidade tal como ela é.

Fica dito com isso que o processo de conhecimento da realidade social, como o de toda realidade objeto de estudo, é suscetível de um aprofundamento teórico infinito. Assim como a física, a química e outras ciências podem aprofundar infinitamente o conhecimento das realidades que constituem seus respectivos objetos de estudo, a ciência social pode aprofundar indefinidamente o conhecimento da realidade social. Por isso é inadequado esperar um conhecimento “acabado” da realidade social para começar a atuar sobre ela tratando de transformá-la. Não menos inadequado é tentar transformá-la sem conhecê-la a fundo.

O conhecimento rigoroso, científico, da realidade local, de nossa formação social, só se conquista trabalhando sobre informações, dados estatísticos, etc., por meio dos instrumentos conceituais mais abstratos que proporcionam e constituem a teoria. Através da prática teórica busca-se a produção desses instrumentos conceituais, cada vez mais precisos e mais concretos, que conduzam ao conhecimento da realidade específica de nosso meio.

Somente a partir de uma compreensão teórica adequada, ou seja, profunda e científica, podem desenvolver-se elementos ideológicos (aspirações, valores, ideais, etc.) que constituem os meios adequados para a transformação de tal realidade social com coerência de princípios e eficácia na prática política.

A prática política e o conhecimento da realidade

Uma prática política eficaz exige, portanto, o conhecimento da realidade (teoria), a postulação harmônica com ela de valores objetivos de transformação (ideologia) e meios políticos concretos para conquistá-la (prática política). Os três elementos se fundem em uma unidade dialética que constitui um esforço pela transformação social que o partido postula.

Pergunta-se: devemos esperar um desenvolvimento teórico acabado para começar a atuar? Não. O desenvolvimento teórico não é um problema acadêmico, não parte do zero. Se fundamenta, se motiva e se desenvolve a partir da existência de valores ideológicos, de uma prática política. Mais ou menos corretos, mais ou menos errôneos, estes elementos existem historicamente antes que a teoria, e motivaram seu desenvolvimento.

A luta de classes existiu muito antes de sua conceitualização teórica. A luta dos explorados não esperou a elaboração do trabalho teórico que desse razão para ela desencadear-se. Seu ser, sua existência, foi anterior ao seu conhecimento, à análise teórica de sua existência.

Por isso, a partir dessa comprovação básica é que surge como fundamental e prioritário a atuação, a prática política. Somente a partir dela, em sua existência concreta, nas condições comprovadas de seu desenvolvimento, pode chegar a elaborar-se um pensamento teórico útil. Que não seja uma gratuita acumulação de postulações abstratas com mais ou menos coerência e lógica interna, mas sem coerência com o desenvolvimento de processos reais. Para teorizar com eficácia é imprescindível atuar.

Podemos prescindir da teoria em nossas urgências práticas? Não. Pode existir, admitimos, uma prática política fundamentada somente em critérios ideológicos, ou seja, não fundamentada ou insuficientemente fundamentada em adequadas análises teóricas. Isso é o habitual em nosso meio.

Ninguém poderá sustentar que existe, em nossa realidade e ainda na região americana, uma análise teórica adequada; uma compreensão conceitual suficiente, menos ainda. Esta comprovação é extensiva, por outra parte, ao conjunto da realidade. A teoria é esboçada em uma etapa apenas inicial de desenvolvimento. Apesar disto, há muitos decênios se combate, se luta. Esta comprovação não deve conduzir ao desdém da importância fundamental do trabalho teórico.

À pergunta formulada antes cabe responder então: o prioritário é a prática, mas na condição de eficácia desta radica no conhecimento o mais rigoroso da realidade.

Em uma realidade como a nossa, com a formação social de nosso país, o desenvolvimento teórico tem que partir, como em todas as partes, de um conjunto de conceitos teóricos eficazes, operando sobre uma massa o mais ampla possível de dados, que se constitua a matéria prima da prática teórica.

Os dados por si só, tomados isoladamente, sem um tratamento conceitual adequado, não dão noção da realidade. Simplesmente adornam e dissimulam as ideologias a cujo serviço se funcionalizam aqueles dados.

Os conceitos abstratos, em si mesmos, sem se encaixar em uma base informativa adequada, não aportam tampouco ao conhecimento das realidades.

O trabalho no campo teórico que se desenvolve em nosso país, flutua habitualmente entre ambos extremos errôneos.

Método de análise de conjuntura

Texto do Coletivo Pró-Organização Anarquista em Goiás (COPOAG), presente no seu Caderno de Formação nº3 "Atuação anarquista no nível social: Entidades de base e Tendência".

Categorias Fundamentais

Conflito: Choque entre forças sociais pelo controle de um ou de alguns objetos de disputa (alvos, interesses, espaços, algo para conquistar). Os objetos podem ser bem variados: dinheiro, recursos naturais, opinião pública, alimentos, energia...etc.

Poder: É a relação que as forças (agentes + sujeitos sociais) estabelecem na disputa pelos: postos-chave das estruturas, formas de organizar as próprias estruturas e os recursos que a elas alimentam. Esta relação é o que constrói e poder dar ou não estabilidade e consistência para as mesmas (quaisquer estruturas de qualquer tipo de sociedade). O poder sempre se origina de uma relação de força. Desta forma, numa sociedade de classe, poder é o ato de imposição da vontade que pode gerar resistência contra esta imposição, das intenções de um agente sobre o outro.

Estrutura: São as partes mais consistentes e estáveis de um sistema social. São as formas que organizam o nosso convívio coletivo. Daí que podemos dizer que a sociedade está estruturada, gerando assim uma série de instituições fundamentais gerando assim uma série de postos-chave nas relações de poder. É a correlação de forças entre os agentes antagonistas que tornam estáveis (ou não) as estruturas de um determinado sistema social.

Conjuntura: Manifestação da estrutura e dos agentes sobre esta, em uma determinada realidade durante um período de tempo estipulado (geralmente as análises conjunturais são feitas no momento exato em que se vive).

Cenários Conjunturais: É o momento vivido, a partir de um tema conjuntural eleito para a análise, como: a repressão aos catadores de rua, a crise política, as eleições, entre outros temas de interesse. É preciso definir o lugar da análise: na nossa cidade, micro-região, Estado, Região, Federação, etc. Após isto, definir a análise no tempo, ou seja, descrever quais os acontecimentos que foram se sucedendo no tempo até configurar a situação em que se encontra a conjuntura que vamos analisar.

Objetos em disputa: é o que está em jogo, sendo disputado a partir do interesse dos agentes, sujeitos ou atores. Estes objetos podem ser: recursos (financeiros, naturais ou humanos) públicos ou privados, opinião pública, votos, leis, meios de produção, etc.

Agentes: São as associações de pessoas que incidem no nível político (agentes políticos) e político-social (agentes sociais) para atingir a seus objetivos e vontades políticas além dos interesses materiais. Uma idéia mais ampla pode classificar como agente, em diversos níveis: social, político, militar, econômico,

jurídico, religioso, cultural, entre outros. Estes âmbitos ou níveis de análise não são totalmente separados e o recorte é apenas para intervenção.

Sujeitos Sociais: São os setores e segmentos da classe como um todo. Dentro destes, incidindo sobre os sujeitos sociais, estão os agentes que os tentam organizar ou controlar.

Ator(es): Podem atuar em vários níveis (ex: político, político-social, militar, etc.). São os indivíduos que incidem mais que nada a partir de sua perspectiva individual/pessoal. Exemplo clássico é uma liderança cristalizada, tipo chefe político.

Mecanismos de poder: são as táticas empregadas pelos agentes e atores, ou seja é a forma como eles jogam em uma determinada conjuntura e expressa os objetivos a serem alcançados naquele tempo sobre o tema conjuntural em questão.

Fazendo uma análise de conjuntura

Primeiramente se verifica alguns aspectos estruturais que condicionam uma determinada conjuntura em uma etapa do processo histórico. Como, por exemplo, o caráter de predomínio capitalista na produção e na circulação de mercadorias, ou a centralização do poder político nas mãos do Estado. Ou seja, como foi se formando determinada situação e porque ela ficou desse jeito, atualmente?

Identificado o cenário, parte-se para a análise do conflito propriamente dito. O conflito se constitui a partir do que é perceptível aos olhos, sentido na carne ou divulgado pela mídia. O conflito se constitui com a luta, a disputa por alguns objetos determinados. Para a compreensão do conflito é necessário identificar quais são estes objetos (o que está em disputa?) e quais são os agentes sociais, políticos ou atores (quem?) que os disputam.

Com isso, realizamos, por fim, a análise dos mecanismos utilizados para o aperfeiçoamento e/ou ampliação da força social (conceitos, procedimentos e atitudes), ou seja, os mecanismos de poder, a tecnologia dos acontecimentos.

Por último, classifica-se os acontecimentos conjunturais de acordo com os níveis fundamentais da vida em sociedade como o nível econômico, político, ideológico, militar, social, jurídico e nas diferentes dimensões: municipal, estadual, nacional, internacional, global, etc. Dessa forma, uma análise de conjuntura poderá ser recortada de acordo com o nível e a dimensão que se deseja analisar, podendo, assim, servir de suporte para "previsão" (visualização) de novos fatos e acontecimentos conjunturais e como um pano de fundo para o planejamento de ações para intervenção em conjunturas históricas da luta de classes.

Como se Faz Análise de Conjuntura

Capítulos do livro "Como se Faz Análise de Conjuntura" (1984) do sociólogo e militante Herbert José de Souza (Betinho)

Introdução

No momento em que toda a sociedade brasileira acompanha ativamente o desenrolar dos acontecimentos políticos, fica evidente que não basta apenas estar com a leitura dos jornais em dia para entender o que está ocorrendo. No volume de informações que é veiculado todos os dias é necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo. Fazer isso é fazer análise de conjuntura.

Na verdade a todo momento e em relação às mais variadas situações fazemos "análises" de conjuntura sabendo ou não, querendo ou não: quando decidimos sair de casa, sair do emprego, entrar num partido, participar de uma luta política, casar, colocar o filho num colégio, evitar ou buscar uma briga, descansar ou ficar atento, em todas essas situações, tomamos decisões baseados em uma avaliação da situação vista sob a ótica de nosso interesse ou necessidade. Nessas decisões levamos em conta as informações que temos, buscamos nos informar, avaliamos as possibilidades, fazemos hipóteses de desenvolvimento dos fatos, das reações possíveis das pessoas ou dos grupos, medimos a "força" ou o perigo de nossos eventuais "inimigos" ou dos "perigos" e, a partir desse conjunto de conhecimentos, informações e avaliações, tomamos nossas decisões.

A análise da conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade e interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos.

A análise da conjuntura é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. Faz análise política quem faz política, mesmo sem saber.

Mas a análise da conjuntura é uma tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações.

Não deixa de ser surpreendente que para uma atividade tão importante como é a de analisar e acompanhar o desenvolvimento da situação política e econômica de um país falte a elaboração de teorias e métodos específicos. O texto que segue visa oferecer alguns elementos metodológicos para se analisar a realidade política e perceber mais claramente a conjuntura.

Algumas categorias para a análise da conjuntura

Para se fazer análise de conjuntura são necessárias algumas ferramentas próprias para isso. São categorias com que se trabalha:

- Acontecimentos
- Cenários

- Atores
- Relação de forças
- Articulação (relação) entre "estrutura" e "conjuntura"

Cada uma destas categorias merece um tratamento à parte, mas no conjunto elas poderiam ser estudadas como elementos da "representação da vida" ou uma peça de teatro. Essas categorias, por exemplo, foram utilizadas por Marx em seus estudos da revolução francesa no "18 de Brumário" que constitui um dos mais brilhantes estudos de uma situação política (uma conjuntura) já realizados.

Tentamos ver um pouco mais o sentido de cada uma.

a) Acontecimentos

Devemos distinguir fato de acontecimento. Na vida real ocorrem milhares de fatos todos os dias em todas as partes, mas somente alguns desses fatos são "considerados" como acontecimentos: aqueles que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa.

Alguém pode cair de um cavalo e isso se constitui somente num fato banal, mas se esta é a queda de um presidente, provavelmente será um acontecimento. O nascimento do filho de um rei é um acontecimento para o país, o nascimento do filho de um operário é um acontecimento para a família. O beijo pode ser um fato comum, mas o beijo de Judas foi um acontecimento.

Existem ocorrências que se constituem em "acontecimentos" tais como greves gerais, eleições presidenciais (principalmente se são diretas...), golpes militares, catástrofes, descobertas científicas de grande alcance. Estas ocorrências por sua dimensão e seus efeitos afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto.

Na análise da conjuntura o importante é analisar os acontecimentos, sabendo distinguir primeiro fatos de acontecimentos e depois distinguir os acontecimentos segundo sua importância. Essa importância e peso são sempre relativos e dependem da ótica de quem analisa a conjuntura, porque uma conjuntura pode ser boa para alguém e péssima para outros: um ladrão que chega num lugar policiado vai verificar que a conjuntura está ruim para ele naquele dia, a mãe que chega na praça com seu filho vai pensar o contrário.

A importância da análise a partir dos acontecimentos é que eles indicam sempre certos "sentidos" e revelam também a percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos.

Identificar os principais acontecimentos num determinado momento, ou período de tempo, é um passo fundamental para se caracterizar e analisar uma conjuntura.

b) Cenários

As ações da trama social e política se desenvolvem em determinados espaços que podem ser considerados como cenários. Ouvimos

sempre falar nos cenários da guerra, cenários da luta. O cenário de um conflito pode se deslocar de acordo com o desenvolvimento da luta: passar das ruas e praças para o parlamento, daí para os gabinetes ministeriais e daí para os bastidores... Cada cenário apresenta particularidades que influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de uma mudança no processo. A capacidade de definir os cenários onde as lutas vão se dar um fator de vantagem importante. Quando o governo consegue deslocar a luta das praças para os gabinetes já está de alguma forma deslocando as forças em conflito para um campo onde seu poder é maior. Daí a importância de identificar os cenários onde as lutas se desenvolvem e as particularidades dos diferentes cenários.

Numa ditadura militar os cenários do poder e da luta contra esse poder serão necessariamente diferentes dos cenários de uma sociedade democrática. Numa, talvez o quartel; noutra, o parlamento, as ruas e as praças.

c) Atores

Outra categoria que podemos usar na análise de conjuntura é a de atores.

O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.

Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais.

Mas a ideia de "ator" não se limita somente a pessoas ou grupos sociais. Instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas.

d) Relação de forças

As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação. Encontrar formas de verificar a relação de forças, ter uma ideia mais clara dessa relação é decisivo se se quer tirar consequências práticas da análise de conjuntura. Algumas vezes essa relação de forças se revela através de indicadores até quantitativos, como é o caso de uma eleição: o número de votos indicará a relação de forças entre partidos, grupos e classes sociais.

Outras vezes devemos buscar formas de verificação menos "visíveis": qual é a força de um movimento social ou político emergente? Como medir o novo, aquilo que não tem registros quantitativos?

Outra ideia importante é a de que a relação de forças não é um dado imutável, colocando de uma vez por todas: a relação de forças sofre mudanças permanentemente e é por isso que a política é tão cheia de surpresas: um candidato, um empresário, um partido político podem achar que mantêm uma relação de superioridade e quando são chamados a demonstrar sua "força" percebem que a relação mudou e que a derrota ou vitória devem ser explicadas depois...

e) Análise de fatos, eventos tendo como pano de fundo as "estruturas", ou articulação entre estrutura e conjuntura

A questão aqui é que os acontecimentos, a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história,

com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo. Uma greve geral que marca uma conjuntura é um acontecimento novo que pode provocar mudanças mais profundas, mas ela não cai do céu, ela é o resultado de um processo mais longo e está situada numa determinada estrutura industrial que define suas características básicas, seu alcance e limites. Um quadro de seca no Nordeste pode marcar uma conjuntura social grave, mas ela deve se relacionar à estrutura fundiária que, de alguma maneira, interfere na forma como a seca atinge as populações, a quem atinge e como.

A isso chamamos relacionar a conjuntura (os dados, os acontecimentos, os atores) à estrutura.

Além de considerar essas categorias, existem outras indicações que devem ser levadas em conta para se fazer uma análise de conjuntura.

É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos. Tão importante quanto aprender o sentido de um acontecimento é perceber quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram. Se o acontecimento aparece diretamente a nossa percepção este pano de fundo que o produz nem sempre está claro. Um esforço e um cuidado maiores devem então ser feitos para situar os acontecimentos e extrair deles os seus possíveis sentidos.

Procurar ver também os sinais de saída para o "novo", o não-acontecido, o inédito. Tão importante quanto entender aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar.

Buscar ver o fio condutor dos acontecimentos. Não se pode afirmar a priori que todos os acontecimentos "acontecem" dentro de uma lógica determinada, segundo um enredo predeterminado. Na realidade, os processos são cheios de sentidos e dinâmicas que escapam ou não estão subordinados a determinações lógicas. Isto, no entanto, não nos impede de procurar, de pesquisar o encadeamento, a lógica, as articulações, os sentidos comuns dos acontecimentos, quando somos capazes de perceber a lógica interna de uma determinada política econômica ficará mais fácil entender o sentido dos decretos, das ações e até mesmo das visitas dos ministros do Planejamento...

Existem duas leituras possíveis dos acontecimentos ou dos modos de ler a conjuntura:

- A partir da situação ou do ponto de vista do poder dominante (a lógica do poder);
- A partir da situação ou do ponto de vista dos movimentos populares, das classes subordinadas, da oposição ao poder dominante.

De modo geral as análises de conjuntura são conservadoras: sua finalidade é reordenar os elementos da realidade, da situação dominante, para manter o funcionamento dos sistemas, do regime. Uma análise feita tendo como pressuposto uma correção de rota, mas não de direção fundamental. Esse tipo de análise parte do ponto de vista do poder dominante e, de certa forma, determinará não somente a seleção dos acontecimentos e atores a serem analisados, como atribuirá a estes acontecimentos um sentido afinado com os interesses das classes dominantes. Todo acontecimento é uma realidade com um sentido atribuído, não é um puro fato, mas um fato lido e visto por interesses específicos.

Partir do ponto de vista dos movimentos populares não é, obviamente, inventar situações, acontecimentos e correlações de forças que beneficiem o campo popular ao nível da fantasia

e da imaginação dos analistas interessados. É partir dos acontecimentos social e historicamente determinados, existentes, concretos, mas percebe-los, analisa-los sob a ótica dos interesses das classes subordinadas, dado que toda análise de conjuntura se adquire sentido quando é usada como um elemento de transformação da realidade.

A análise de conjuntura deve levar em conta as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores, das forças sociais.

A importância dos elementos na análise de conjuntura depende de cada situação, de relação ou posição num contexto mais amplo e mais permanente.

A análise de conjuntura de modo geral é uma análise interessada em produzir um tipo de intervenção na política; é um elemento fundamental na organização da política, na definição das estratégias e táticas das diversas forças sociais em luta.

Uma questão chave na análise de conjuntura é a percepção da complexidade e da dificuldade em determinar relações de causalidade de tipo unilinear, simples. Existe um elemento constante de imprevisibilidade em relação à ação política: sua existência, seus efeitos, suas causas. A ação política é em si mesma um elemento da realidade política: é a base da possibilidade de transformações de mudança, do surgimento do novo. Falar de uma lógica da ação é falar também de sua imprevisibilidade.

As categorias “estratégia” e “tática” são também instrumentos úteis para a análise da ação dos diferentes atores sociais. É possível buscar identificar as linhas gerais de ação, as estratégias empregadas por estes atores sociais para conseguir realizar seus objetivos. Poderíamos definir estratégia como a articulação, a definição de um conjunto de meios, de forças, de elementos, tendo em vista realizar objetivos gerais ou “projetos” mais globais que respondem a interesses e objetivos sociais, econômicos e políticos de determinadas forças ou classes sociais.

Se na estratégia observamos os objetivos e linhas de ação mais gerais, na tática observamos os meios e formas particulares, concretas de ação, tendo em vista a realização de estratégias determinadas. Nem sempre, porém, um acontecimento, ou um conjunto de ações aparentemente articuladas entre si constituem uma tática ou uma parte de uma estratégia. Na sociedade, no processo social, o que acontece não tem que ver necessariamente com uma lógica ou um plano estabelecido. Só as teorias conspirativas ou “estruturalistas” da história acreditam nisso. Por

isso, as análises de conjuntura deveriam estar sempre abertas à descoberta de várias possibilidades e alternativas. (...)

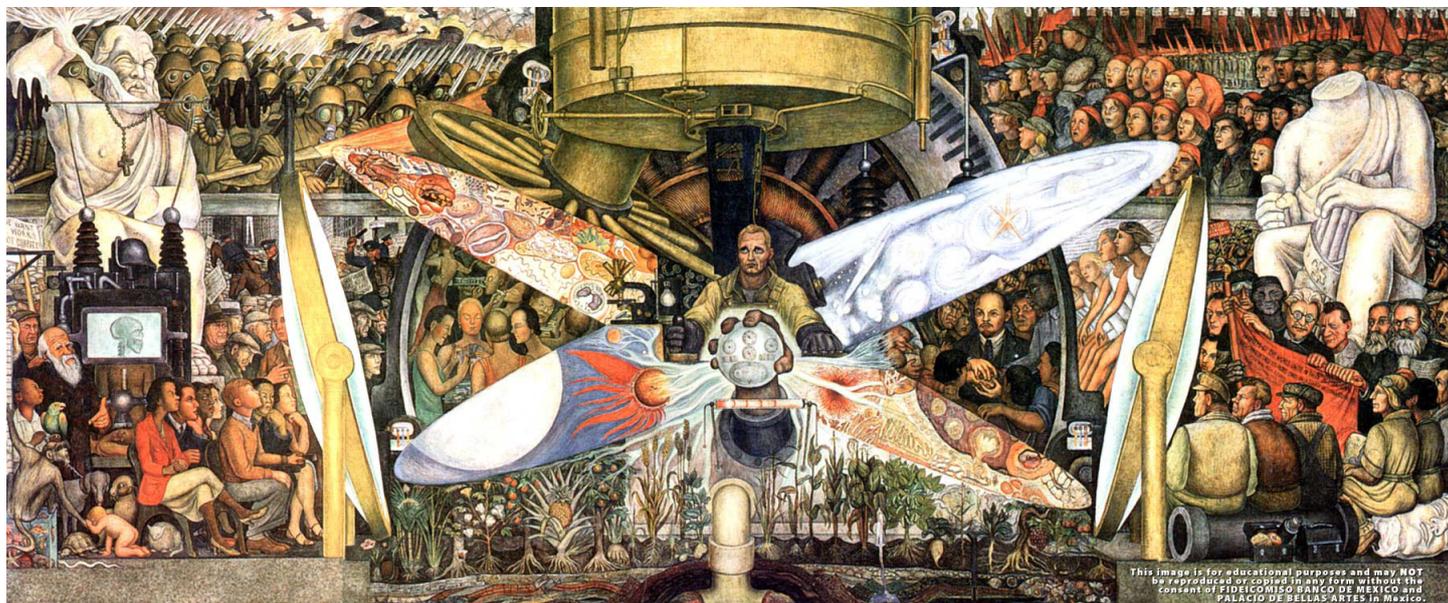
Um método prático de fazer análise de conjuntura com os movimentos populares: a representação da conjuntura

Uma forma concreta de se fazer uma análise de conjuntura em reuniões organizadas com os movimentos populares é a de representar a situação através de um exercício de “teatro” realizado pelos próprios participantes. Este método já foi aplicado em várias situações com êxito porque possibilitou uma reflexão coletiva sobre a realidade.

Os passos para se organizar esse tipo de análise seriam os seguintes:

1. Levantar as grandes questões do momento e listá-las num quadro negro, com a participação de todos.
2. Identificar e selecionar as forças sociais que estão diretamente envolvidas nessas grandes questões.
3. Identificar e selecionar os atores (pessoas, lideranças) que representam estas forças sociais.
4. Escolher entre os participantes as pessoas que irão representar estes atores sociais.
5. Dispor estas pessoas num palco improvisado e organizar um debate “público e aberto” entre esses atores como se estivessem falando para o conjunto do país, debatendo suas ideias e confrontando suas posições.
6. O debate será livre e sem nenhum tipo de direção e de intervenção do plenário. Pode ter um tempo de 20 minutos e será interrompido para que logo depois se faça uma avaliação do que “aconteceu” na representação e comparar isso com o que acontece na realidade.

As experiências realizadas com este método foram muito interessantes tanto pelo que foi produzido como análise coletiva de conjuntura, como pela tomada de consciência dos participantes sobre o seu nível de informação e conhecimento da realidade. A representação é reveladora também das atitudes básicas que temos sobre as diferentes forças sociais que atuam na luta política e o quanto estamos ou somos influenciados pela informação e ideologia dominantes.



This image is for educational purposes and may NOT be reproduced or copied in any form without the consent of FIDELCOMISO BANCO DE MEXICO and PALACIO DE BELLAS ARTES in Mexico.

"É verdade que há no povo uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo e à das classes dirigentes tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta incontestável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado. Por isso o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de chegar a um fim vitorioso - não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro."

Mikhail Bakunin

